

**ANA ROSA DOMINGUES DOS SANTOS**

**A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FRONTEIRAS**

**ETNOGRAFIA DO COTIDIANO FRONTEIRIÇO CHUÍ/CHUY**

BRASÍLIA – DF

2006

ANA ROSA DOMINGUES DOS SANTOS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FRONTEIRAS:  
ETNOGRAFIA DO COTIDIANO FRONTEIRIÇO CHUÍ/CHUY

Dissertação apresentada ao  
Centro de Pesquisa e Pós Graduação  
sobre as Américas como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Mestre em Ciências Sociais,  
especialista em estudos comparados  
sobre as Américas.

Orientadores: Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva  
Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira  
(*in memoriam*)

Brasília, julho de 2006.

ANA ROSA DOMINGUES DOS SANTOS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FRONTEIRAS:  
ETNOGRAFIA DO COTIDIANO FRONTEIRIÇO CHUÍ/CHUY

Dissertação apresentada ao  
Centro de Pesquisa e Pós Graduação  
sobre as Américas como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Mestre em Ciências Sociais,  
especialista em estudos comparados  
sobre as Américas.

Aprovada em: 15/12/2006

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva (Orientador)  
Universidade de Brasília

---

Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski  
Universidade de Brasília

---

Dra. Marcia Anita Sprandel  
Associação Brasileira de Antropologia

Aos Meus Pais, pelo apoio e amor  
incondicionais.

## **AGRADECIMENTOS**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo incentivo à pesquisa, sem o qual seria impossível a realização deste trabalho.

Aos professores pelo conhecimento compartilhado e pelo incentivo nesta jornada através das Ciências Sociais.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira e Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva, os meus mais sinceros agradecimentos, por estarem sempre presentes, por tudo o que me ensinaram e por terem me guiado pelos (des) caminhos da identidade.

Aos colegas e amigos do CEPPAC pela solidariedade, motivação e pelo espírito de grupo.

Ao staff do Hotel Bertelli – Chuí, que durante o trabalho de campo foi verdadeiramente uma família para mim.

A todos aqueles com quem convivi no trabalho de campo, pela hospitalidade, pelas preciosas informações e pela disponibilidade em me ajudar. Um agradecimento especial às famílias Sena e Rocha dos Santos, que me abriram as portas de suas casas e de suas vidas.

A Adrián Sena, pelas fotos disponibilizadas.

Aos amigos Adriana, Aline, Fernando, Luciana e Társis, pelo apoio e incentivo fundamentais.

Aos amigos e colegas Flávio, Eliane, Mayra, Rosa, Ana Carolina, Pedro Ivo, Camilo, Cristian, Adriana, companheiros de reflexões teóricas e de outras nem tanto.

À Laura Rudzewicz, Teresa, Fernando Varesi e Chris, que mesmo longe, continuam presentes.

Ao Fernando Varesi, novamente, pela ajuda para entender a “uruguayedad”.

A Sonia Romero Gorski, pela gentileza em ceder-me uma cópia do seu trabalho no Chuy.

Ao Castrogiovanni, Susana, Neka, Berê e Cleusa, e tantos outros, amigos e mestres, sem os quais eu não teria chegado até aqui.

Aos todos meus amigos e amigas, de perto e de longe, os “velhos” e os “novos”, que de uma forma ou de outra me ajudaram nesta caminhada.

A toda minha família, que me ajudou de tantas formas a conseguir terminar este trabalho, dando incentivo, colo e amor na medida certa, e ainda discutindo e estimulando as descobertas intelectuais. Amo vocês.

*“And more, much more than this, I did it my way”.*

## RESUMO

A investigação dos contextos sociais das fronteiras nacionais oferece uma oportunidade de estudo das formas de interação onde a articulação entre a identidade e a nacionalidade possui um valor claramente estratégico para as populações envolvidas, possibilitando elucidar os mecanismos de identificação social e as instâncias através das quais as fronteiras são constantemente (re)atualizadas; sendo também um importante *lócus* para observar as relações complexas e mutáveis entre os Estados, seus agentes e as populações locais. São de particular interesse as chamadas fronteiras secas (que se caracterizam pela contigüidade territorial), geralmente marcadas por um mecanismo de interdependência onde, apesar de existir um alto grau de interação social e uma grande influência da conjuntura política e econômica, se fixam as identidades de duas ou mais populações dialeticamente “unificadas”. Este trabalho busca compreender a organização social das fronteiras, a partir de uma etnografia do cotidiano da fronteira seca entre Chuí (Brasil) e Chuy (Uruguai), um universo complexo que se articula através de contatos, alianças, conflitos e interações entre nações fronteiriças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteiras; Identidades sociais; Estado-nação; Chuí/Chuy.



## ABSTRACT

The research at national border's social contexts offers the opportunity to investigate social interaction ways which articulates identity and nationality in a clearly strategic manner, allowing the elucidation the mechanisms of social identification and spheres through which borders are constantly (re) actualized; also being an important *locus* to perceive complex and shifting relations between States, its agents and local peoples. Borders located in a contiguous territory, with no physical obstacles, are of particular interest - they are marked by a mechanism of interdependence which, in spite of both its high level of social interaction and a great influence of economical and political conjuncture, fixes the identities from two or more peoples dialectically "unified". This research seeks to comprehend the social organization of borders, from ethnography of daily life at the border between Chuí (Brazil) and Chuy (Uruguay), a complex universe which articulates through contacts, alliances, conflicts and interactions of border nations.

**KEY WORDS:** Borders; Social Identities; Nation-state; Chuí/Chuy

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Foto 1</b>	Arroio Chuí .....	50
<b>Foto 2</b>	Visão estratégica da região a partir de uma das torres do Forte de São Miguel .....	53
<b>Foto 3</b>	Forte de São Miguel .....	56
<b>Foto 4</b>	Delimitação de territórios na Lagoa Mirim (Marco principal no. 3) .....	66
<b>Foto 5</b>	Marco principal no. 2 .....	68
<b>Foto 6</b>	Molhes da Barra del Chuy, com o Farol ao fundo .....	79
<b>Foto 7</b>	Sujeira no centro .....	88
<b>Foto 8</b>	Ruas não pavimentadas .....	89
<b>Foto 9</b>	Canteiro central .....	94
<b>Foto 10</b>	Marco fronteiro (visão do Uruguai para o lado brasileiro) .....	95
<b>Foto 11</b>	Desfile de Sete de Setembro .....	100
<b>Foto 12</b>	Praia da Barra del Chuy no verão .....	106
<b>Foto 13</b>	Praia da Barra del Chuy vazia .....	108
<b>Foto 14</b>	<i>Parrillada</i> .....	117
<b>Foto 15</b>	Chegada do piquete carregando a Chama Crioula ao CTG Sentinela da Fronteira como parte das comemorações da Semana Farroupilha .....	142
<b>Mapa 1</b>	Cidades na fronteira Brasil/Uruguai .....	47
<b>Mapa 2</b>	Marcos fronteiros na área do Chuí .....	67
<b>Mapa 3</b>	Mapa da região do Chuí .....	71
<b>Mapa 4</b>	Núcleo urbano Chuí/Chuy .....	85
<b>Mapa 5</b>	Localização dos postos aduaneiros .....	93
<b>Ilustração 1</b>	Mescla de idiomas no panfleto do mercado uruguaio “ <i>Lo de Leo</i> ” .....	112
<b>Ilustração 2</b>	Representação gráfica das etnicidades na região do Chuí .....	167

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	12
1.1	Estratégias de pesquisa	15
1.2	Organização interna da dissertação	19
<b>2</b>	<b>AS FRONTEIRAS E AS NAÇÕES</b>	21
2.1	Fronteira: Origens e Significados	21
2.2	A abordagem (geo) política	30
2.3	A abordagem antropológica	35
2.3.1	<i>As fronteiras sociais</i>	36
2.3.2	<i>Antropologia e fronteiras políticas</i>	38
<b>3</b>	<b>A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA CHUÍ/CHUY</b>	46
3.1	A gênese da fronteira meridional do Brasil	46
3.1.1	<i>Das primeiras fronteiras à União das Coroas Ibéricas</i>	48
3.1.2	<i>As disputas sobre a Banda Oriental do Rio Uruguai</i>	51
3.1.3	<i>Os movimentos de independência e a demarcação de fronteiras no século XIX</i>	58
3.1.4	<i>O século XX: ajustes na linha fronteira e integração regional</i>	73
<b>4</b>	<b>CHUÍ/ CHUY HOJE</b>	84
4.1	Cotidiano fronteiriço	86
4.1.1	<i>Infra-estrutura urbana</i>	87
4.1.2	<i>Os níveis governamentais</i>	90
4.1.3	<i>Cruzar a fronteira/ passar pela aduana</i>	92
4.1.4	<i>Comércio</i>	99
4.1.5	<i>Moedas e diferenças cambiais</i>	102
4.1.6	<i>Inverno versus Verão</i>	104
4.1.7	<i>População</i>	108
4.1.8	<i>Falar “brasileiro”, falar “uruguaio”: a questão dos idiomas</i>	110
4.1.9	<i>Hábitos alimentares</i>	115
4.1.10	<i>Lazer e entretenimento</i>	120
4.1.11	<i>Futebol</i>	125
4.2	Entrelaçamentos: relações sociais, identidades, nacionalidades e a fronteira ...	127
4.2.1	<i>Percepções sobre as cidades</i>	127
4.2.2	<i>Visões sobre a fronteira</i>	129
4.2.3	<i>Relações sociais</i>	131
4.2.4	<i>Nós, os outros e os outros, entre outros: a multiplicidade das etnicidades</i>	135
<b>5</b>	<b>A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FRONTEIRAS</b>	154
5.1	A presença do(s) Estado(s) no cotidiano fronteiriço	154
5.2	Identidades e nacionalidades na fronteira Chuí/Chuy	160
5.3	Considerações finais	169
	<b>REFERÊNCIAS</b>	174

## 1 APRESENTAÇÃO

*Saudações aos visitantes*  
*Trago neste enredo*  
*Fatos bem marcantes*  
*Os modernos bandeirantes*  
*Do Oiapoque ao Chuí*

(ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA.  
**Os modernos bandeirantes.** Samba-enredo,  
1971. disponível em <[www.mangueira.com.br](http://www.mangueira.com.br)>,  
acesso em 4 nov. 2006 )

A frase “Do Oiapoque ao Chuí” é sempre invocada quando se quer falar do Brasil em sua totalidade, ou de todos brasileiros envolvidos numa mesma ação, pois estes dois pontos foram considerados os pontos mais extremos do Brasil por muitas décadas. Por isso é tão comum o seu uso em discursos políticos, letras de música, nomes de expedições, títulos de livros ou outras manifestações artísticas, ainda que tenha sido descoberto que o Oiapoque não é o ponto mais ao norte do país (e sim a nascente do Rio Ailã, em Roraima).

Fica claro que, de qualquer maneira, tanto o Oiapoque como o Chuí fazem parte do imaginário nacional brasileiro, pois ao “representar” os pontos mais extremos ao sul e ao norte do país, nos falam dos limites do mapa do Brasil. O mapa é a representação gráfica da nação, e está incorporado à imaginação popular, conforme nos ensina Anderson no capítulo “Censo, Mapa, Museu” de sua obra “*Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*” (1996). Este autor aponta que, no período dos grandes impérios colonialistas, foi se formando uma ideologia nacionalista de construção da nação (*nation-building*), através da comunicação de massa, dos sistemas educacionais, das regulamentações administrativas, e outros fatores. Esta ideologia não somente justificava os atos dos governos, como também criava um imaginário de pertencimento a uma comunidade nacional (aprofundaremos esta idéia no próximo capítulo). Para este autor, a gramática das ideologias e políticas coloniais se torna mais visível a partir de três instituições: o censo, o mapa e o museu, que moldaram profundamente a visão do estado sobre seus domínios –

quem eram os homens que governava, qual era a geografia dos seus domínios, e como se legitimava a sua ancestralidade, respectivamente.

O autor prossegue dizendo que, a partir da prática dos grandes impérios coloniais de colorir os territórios de cada um deles com a mesma cor nos mapas, estes últimos passaram a se parecer com quebras-cabeça, nos quais cada “peça” poderia ser destacada de seu contexto geográfico. Conseqüentemente, a representação gráfica de cada local começou a ser facilmente reconhecível, tornando-se uma espécie de “logotipo” de cada nação, reproduzível em pôsteres, capas de revistas, roupas, selos, etc. Deste modo, o mapa não só demarcava os limites da soberania se determinado governo, mas era incorporado ao imaginário popular.

Assim, consideramos que se o Chuí possui um valor simbólico no imaginário popular brasileiro, seria um local particularmente interessante para o estudo de identidades nacionais em áreas de fronteira, linha de pesquisa na qual se insere este trabalho. A investigação dos contextos sociais das fronteiras nacionais oferece uma oportunidade de estudo das formas de interação onde a *articulação* entre a identidade e a nacionalidade possui claramente um valor estratégico, possibilitando assim “[...] elucidar os mecanismos de identificação pelos outros, tanto quanto os de auto-identificação, não obstante esta ser reflexo daquela”.(CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p.90).

As fronteiras nacionais são um local privilegiado para a pesquisa, dado que nestes locais a identidade nacional é um fator diacrítico presente no cotidiano das populações envolvidas. As diferenças que podem ser observadas nessas áreas de contato são produzidas pela fronteira (enquanto fenômeno social), “[...] e tudo o que ela implica: sistemas escolares, regimentos, meios de comunicação, condição de estar afetado por uma economia e uma política ‘nacionais’.”<sup>1</sup>, sendo estas últimas dadas por fatores como uma crise econômica ou repressão política, por exemplo (GRIMSON, 2000, p.30, tradução nossa).

Embora sejam cada vez mais comuns os “[...] discursos jornalísticos, políticos e acadêmicos que afirmam a desapareção das nações, a comunicação sem fronteiras, a

---

<sup>1</sup> Las diferencias sólo son producidas por la frontera y todo lo que ella implica: sistemas escolares, regimientos, medios de comunicación, condición de estar afectados por una economía y una política “nacionales” (en un territorio hay crisis económica o represión política, mientras el otro no).

globalização como processo de uniformização” (op.cit., p.11, tradução nossa)<sup>2</sup>, as fronteiras continuam sendo barreiras alfandegárias, migratórias e identitárias.

Como eixo fundacional, a fronteira marca o olhar das populações locais sobre o mundo, é um suporte que organiza a existência humana. A diversidade e irreversibilidade dos processos culturais nas fronteiras vão criando e recriando os atributos simbólicos referenciais. Assim sendo, faz-se necessário compreender as formas em que se constroem as relações, em que se produzem identificações e sentidos, como se fez a fronteira atual, seus limites e características. Ou seja, como se organizam socialmente as fronteiras.

Este trabalho procura analisar mais profundamente a fronteira Chuí/ Chuy, escolhida em função de sua peculiaridade, o que torna mais complexa a organização social das diferenças culturais entre as populações fronteiriças. O principal fator para a escolha desse local foi, conforme visto, o fato do Chuí ser a cidade mais meridional do Brasil, fazendo parte do imaginário brasileiro como sendo o início (ou o fim, conforme o referencial do observador) do país: ou seja, tem valor simbólico para a identidade nacional. Além disso, é uma conurbação urbana em uma fronteira seca, o que permitiria maior interação entre os dois lados, facilitando os fluxos econômicos, sócio-culturais e simbólicos. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que a interação social é facilitada, sua dinâmica sofre grande influência da conjuntura política e econômica, e os conflitos interétnicos (quando existem) se distribuem em tantas instâncias da vida social que são até diluídos.

Assim, este par de cidades (Chuí/Chuy) é um lócus particularmente interessante: para além da contigüidade física, há também semelhanças em termos de composição étnica e formação histórica, ou seja, há um repertório cultural compartilhado<sup>3</sup>. Considerando tais fatores, a pesquisa visa descobrir quais são as instâncias cotidianas onde as nacionalidades são importantes, de que forma e porque elas se manifestam, analisando também a relação entre as identidades nacionais na zona da fronteira. Dessa maneira, o objetivo principal desta pesquisa é compreender a organização social das fronteiras.

---

<sup>2</sup> [...] los discursos periodísticos, políticos y académicos que afirman la desaparición de las naciones, la comunicación sin fronteras, la globalización como proceso de uniformización...

<sup>3</sup> Cabe destacar que não há uma correlação direta entre fronteira seca e repertório cultural compartilhado. Em muitos casos se observa uma grande diferença cultural entre a população de cada um dos lados da fronteira.

O foco da investigação localiza-se no universo cotidiano das relações sociais, investigando as interações e tensões micro-regionais, observando e interpretando hábitos e práticas sociais entre os universos culturais na região estudada para entender como a fronteira é (re) produzida pela população local e pelos agentes estatais. A opção por este âmbito cotidiano foi feita em função da importância do mesmo na “[...] formação das subjetividades, das ‘consciências práticas e discursivas’, dos atores sociais”, como aponta Ribeiro (2000, p.43). Segundo o mesmo autor, as redes sociais definidoras do cotidiano podem ser consideradas enquanto “[...] *agências* que, por meio de processos coercitivos ou de cooptação acabam por delimitar um quadro de opções possíveis para a adaptação ou manipulação individual/coletiva a/de um conjunto de atributos socialmente compartilhados e considerados necessários para os desempenhos socialmente aceitos” (loc.cit.).

Assim, este trabalho busca discutir a construção da identidade nacional em áreas de fronteira, entendendo suas funções simbólicas e políticas. São objetivos deste estudo investigar e comparar os processos sócio-culturais de identidade e memória nas cidades citadas, procurando identificar as principais semelhanças e diferenças; assim como analisar quais os aspectos históricos e culturais que influenciam nesse processo, num universo complexo que se articula através de contatos, conflitos e interações entre nações fronteiriças.

## **1.1 Estratégias de pesquisa**

Nesta pesquisa, foi realizado um estudo de caso nas cidades de Chuí e Chuy, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, visando analisar as semelhanças e, principalmente, as diferenças culturais das duas populações, pois é através do contraste que as identidades são marcadas. Para tanto é preciso ter em vista que a questão das identidades nacionais, enquanto fenômenos sociais, são extremamente complexos e multifacetados. Seu entendimento requer um esforço de compreendê-las cientificamente, ou seja, torná-la apreensível de uma maneira sistemática, ou seja, uma “domesticação” da realidade que se pretende conhecer, cuja possibilidade se dá pelo uso de métodos. Porém, é preciso considerar que todo e qualquer método encontra limites no que Ricouer chama de excedentes de significação. “Isso quer dizer precisamente que o método, não conseguindo

abrigar sob seus parâmetros toda a realidade sócio-cultural, deixa escapar algo cujo sentido ou cuja significação esse método não está (pré) determinado a dar conta”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000a, p.88) Nenhuma abordagem é capaz de abranger todas as facetas da realidade social, posto que sempre têm limitações (inclusive teóricas).

Com o intuito de traçar um retrato multidimensional da vida social e integrar o estudo das manifestações culturais à análise de seu substrato social e econômico, esta pesquisa parte fundamentalmente de dois procedimentos metodológicos, a sistemogênese (LASK, *in*: GRIMSON 2000) e a etnografia comparada da fronteira. A primeira diz respeito a um estudo diacrônico que procura considerar o máximo de elementos para a compreensão de um fenômeno geopolítico, incluindo tanto os aspectos geográficos quanto os políticos e históricos. A segunda é de um esforço de análise e interpretação na busca de traços culturais recorrentes, e ao mesmo tempo singulares, que caracterizam a cultura de um determinado grupo social. Através do “estranhamento”, permite conhecer a realidade social em questão, numa tarefa inventariante dos usos e costumes, crenças e valores que diferenciam os grupos sociais e através dos quais operam as redes de sociabilidade.

Para captar essa realidade social, buscou-se primeiramente, a pesquisa bibliográfica e documental sobre a região, incluindo a investigação em bibliotecas e cartórios locais. A segunda fase foi a observação direta ou participante, respaldada também por entrevistas com agentes públicos e com membros da comunidade local. Foram feitas 23 entrevistas semi-estruturadas, das quais 7 foram realizadas com funcionários públicos de diversos órgãos regionais ou federais, de ambas nacionalidades. As demais, foram feitas com membros da comunidade local, de acordo com a disponibilidade dos mesmos em contribuir para este trabalho. Buscou-se o máximo de diversidade possível, em termos de nacionalidade, etnia, gênero, estrato social, idade e naturalidade.

Esta última foi realizada em duas etapas: entre o dia 5 de setembro de 2005 e o dia 7 de dezembro do mesmo ano (com algumas pausas por viagens a Montevideu e Porto Alegre), e um retorno entre os dias 4 e 23 de janeiro de 2006 (estadia ininterrupta), totalizando aproximadamente 3 meses e meio de pesquisa de campo. Além do período de pesquisa ter sido relativamente curto, outros fatores influenciaram a obtenção de informações e dados. O mais importante advém das próprias características dessa comunidade fronteiriça: um núcleo urbano pequeno, onde todos se conhecem, e com uma



população bastante conservadora. Inicialmente esta dissertação versaria sobre as uniões afetivas bi-nacionais<sup>4</sup>, através um estudo das redes sociais e a análise de drama (*drama analysis*), mas ao tomar contato com a realidade do campo, ficou claro que esta perspectiva não resultaria numa boa pesquisa, não somente porque a quantidade de uniões deste tipo é muito grande (e por isso não havia, segundo os habitantes, nenhuma diferença entre um casamento entre pessoas de mesma nacionalidade ou um casamento entre pessoas de nacionalidades distintas, *cf.* item relações sociais), mas também porque, embora todos tenham sido bastante simpáticos e hospitaleiros, havia uma grande dificuldade de conversar com as pessoas sobre suas vidas íntimas e uma grande desconfiança a meu respeito e aos motivos da minha estada ali. O primeiro estranhamento era em relação ao meu interesse pela(s) cidade(s), no sentido de que ali não haveria nada interessante para se estudar, e por eu ter ido sozinha, não com um grupo de colegas. Pelo fato de morar em Brasília, algumas pessoas (que eu não conhecia, soube através de terceiros) acreditavam que eu era funcionária da Receita ou da Polícia Federal, e que estava ali fazendo “espionagem”. Houve ainda os que achavam que eu não estava pesquisando sobre casamentos, e sim procurando um casamento. O foco do trabalho foi modificado quando a pesquisa sobre relacionamentos bi-nacionais se mostrou praticamente inviável dentro do tempo disponível em campo.

Assim, as descrições contidas nesse trabalho atingem apenas o grau de profundidade que uma pesquisa como esta permitiram, na medida do tempo relativamente curto de estudo de campo e da percepção das pessoas em relação à pesquisa. Isso significa que toda a experiência de campo deve ser considerada a partir da própria inserção da pesquisadora na realidade local: as pessoas com quem convivi, os locais nos quais eu circulava, e as visões (e preconceitos) da comunidade local a meu respeito.

A utilização da comparação como recurso analítico-interpretativo é bastante útil para a compreensão de realidades fronteiriças, e pode tomar diversas formas: “[...] a análise histórica de uma fronteira dentro de um estado; a comparação de ambos os lados de uma fronteira internacional; uma comparação de fronteiras diferentes dentro de um mesmo

---

<sup>4</sup>*Cf.* Item 4.2.3 (Relações Sociais) deste trabalho.

estado; e a comparação de fronteiras de diferentes estados” (WILSON e DONNAN, 1998, p.25-6, tradução nossa)<sup>5</sup> .

A comparação possibilita um estudo de similaridades e diferenças, em múltiplos contextos. Przeworski e Teune (1970) propõem que há duas maneiras de comparação em ciências sociais: uma focalizada em buscar as semelhanças entre sistemas distintos (*most different systems*), e a outra, oposta, centrada em sistemas semelhantes, buscando as diferenças entre ambos (*most similar systems*).

São, portanto, inúmeras as possibilidades e problemas de pesquisa que podem envolver a comparação em antropologia, cujo delineamento vai depender dos objetivos, conteúdo e localização da mesma, seja de forma sincrônica ou diacrônica.

Segundo Cardoso de Oliveira (2006, p. 220),

[...] tais investigações comparativas teriam como indissociável característica o exercício da ‘compreensão de sentido’ (*Verstehen*), de conformidade com a tradição hermenêutica [...]. Em seguida, há de se privilegiar, de acordo com essa mesma tradição, a ‘experiência vivida’ (*Erlebnis*) do pesquisador nos contextos socioculturais postos em comparação – o que significa, em termos da própria disciplina antropológica, realizar a familiar *observação direta e participante* (que são meras técnicas, porém jamais métodos), como condição de possibilidade da interpretação compreensiva, compreensão que não se esgota [...] na experiência vivida pelo pesquisador no *fieldwork*...

No presente trabalho, a comparação se dá numa única localidade, sendo um extremo do contexto de sistemas semelhantes de Przeworski e Teune. O exercício comparativo surgiu como algo quase inerente ao cotidiano fronteiriço Chuí/Chuy e seus diferentes horizontes semânticos. Assim, buscou-se “[...] primeiro procurar conhecer como o próprio sistema se divide e classifica, e por meio de que lógica se liga internamente, para depois buscar o seu estudo” (DaMatta, 1979, *apud* Cardoso de Oliveira, 2006, p.211). Ao privilegiar na pesquisa empírica as próprias categorias nativas, a comparação surgiu através das muitas situações e imagens da (e na) fronteira, na medida que é um exercício realizado cotidianamente pela população local, muitas vezes tão naturalizado que passa despercebido.

---

<sup>5</sup> [...] the historical analysis of one border within a state; the comparison of both sides of an inter-state border;

Assim, em termos da pesquisa em si, a comparação aparece muito mais como uma tentativa de elucidar reciprocamente os “mundos da vida” (*life worlds*), no que Cardoso de Oliveira (op.cit.) chama de *comparação elucidativa*, que não sendo metódica, tampouco é sistemática.

## 1.2 Organização interna da dissertação

Este trabalho é composto por quatro capítulos. No capítulo 2, são abordadas as diversas visões teóricas sobre as fronteiras e suas relações com as nações, tanto da perspectiva da geopolítica como do ponto de vista da antropologia, buscando mostrar as diversas possibilidades teóricas de análise deste objeto. O capítulo seguinte, relativo à sistemogênese, é uma exposição sobre a formação histórica da região, destacando alguns eventos que, acredito, influenciaram na composição do cotidiano fronteiriço (ou seja, concorrem para que este cotidiano seja assim e não de outra maneira). No quarto capítulo – referente à etnografia - apresento um apanhado de descrições sobre situações e visões sobre a fronteira, as cidades, os habitantes e as influências externas, sejam elas experiências vividas por mim ou por algum dos interlocutores, buscando ao máximo ser fiel às percepções destes últimos. No quinto capítulo, à guisa de considerações finais, são apresentadas as análises das descrições do capítulo anterior à luz das teorias sobre identidades culturais, seguidas de um debate sobre o papel dos Estados no cotidiano das populações. Esclareço que as subdivisões de cada capítulo são arbitrárias e que buscam somente facilitar a leitura e a compreensão do trabalho. Nesse intuito também optei por traduzir as citações e comentários em idioma estrangeiro, e não enxertar diretamente no idioma original, visando não apenas facilitar a leitura por quem não domine um ou outro idioma, mas principalmente para não levar o leitor a diferenciar de forma equivocada os relatos e entrevistas com a população local (ou seja, de que comentários em espanhol seriam feitos por uruguaios e em português por brasileiros, desconsiderando que grande parte da

população domina ambos idiomas e muitas vezes não se comunicam no seu idioma “nacional”). Ainda com o objetivo de auxiliar a leitura, todos os relatos e entrevistas foram colocados em *itálico*, diferenciando-os do resto do texto.

## 2 AS FRONTEIRAS E AS NAÇÕES

Devido a sua utilização em diversos contextos, o termo “fronteira” adquiriu um caráter polissêmico. Conseqüentemente, para apreendê-lo conceitualmente faz-se necessária a compreensão das distintas conotações que teve e tem ao longo do tempo. Um dos fatores que mais influenciou estas conotações foi o advento do Estado-nação e as tentativas de justificar os seus contornos territoriais através da geopolítica. Contudo, a própria modificação das visões sobre a nação acabou gerando conseqüências sobre as concepções sobre o “termo” fronteira. A partir deste quadro, buscaremos apresentar neste capítulo algumas das discussões em torno dos temas “fronteira” e “nações”.

### 2.1 Fronteira: Origens e significados

Etimologicamente, “fronteira” deriva do latim *frons* ou *frontis*, que significa fachada, frente, rosto; remetendo ao que se projeta, o que está à frente. O exemplo mais claro desse sentido original do termo seria o *front* de batalha, o setor mais avançado das tropas de um exército diante de um inimigo. Se em sua origem o termo indicava “[...] a parte do território situada ‘in frente’, isto é, nas margens” (MARTIN, 1998, p.21), ou seja, as margens do mundo conhecido, ele não assumia o caráter jurídico ou político muitas vezes conferido pelo senso comum. A fronteira separava esse mundo “conhecido” de outro, inteiramente estranho e hostil, adquirindo uma função simbólica e, por vezes, religiosa (quando a delimitação da base territorial de determinado grupo – sendo ritualizada – assumia uma sacralidade, ou quando as regiões além da fronteira eram consideradas como sujeitas à ação de forças extramundanas, ou seja, ganhavam um sentido mitológico).

A idéia de fronteira – ou mais precisamente de limites -, está presente em todas as sociedades nas quais exista uma apropriação coletiva e demarcação territorial, ou seja, uma consciência de grupo e território comum. Uma vez que cada grupo procurará defender seu território, e ao fazê-lo, “[...] antes de considerar-se como parcela de um todo maior, prefere

afirmar sua identidade específica contra o resto do mundo” (id., p.22), a fronteira passa a se constituir também em marcos de significação e distinção entre populações: embora nem sempre os limites sejam precisos (especialmente no caso de agrupamentos que estejam isolados de outros grupos por centenas de quilômetros), eles existem como forma de diferenciação entre “Nós” e os “Outros”. Esta discussão é de crucial importância neste trabalho, e será retomada mais adiante (no item 2.3 deste capítulo e no capítulo 4).

A demarcação territorial surgiria, portanto, como uma necessidade natural de conhecer a extensão das terras pertencentes à determinada população, se caracterizando mais como um limite interno do que exterior (MARCANO, 1996, p.28). A noção de limite externo surge depois, como separação entre dois sistemas de poder.

Inicialmente mais como limite de desconhecimento que de reconhecimento de outro poder, passando posteriormente ao caráter estratégico do limite como consequência da expansão do Estado territorial e sua fixação em um determinado território (GREÑO, 1974, *apud* MARCANO, id., tradução nossa<sup>6</sup>).

Isso fica bastante claro se pensarmos na edificação das muralhas nas fronteiras do Império Romano, as quais separavam os estrangeiros (“bárbaros”) dos civilizados. Tais fronteiras, assim como a Grande Muralha da China, serviam ao mesmo tempo para a defesa contra os inimigos e para unificar as várias partes que estavam contidas nelas. Assim, as fronteiras passavam a ter também um feitiço militar e estratégico, ainda que nem sempre fossem um limite definido ou fim de uma unidade política (porém, mesmo nesses casos, já se pode observar a fronteira como índice de uma vontade política, ou seja, as barreiras e suas implicações de poder).

Tal visão perdura até o final da Idade Média, conforme aponta Temprano (1987, p.498):

---

<sup>6</sup> “Inicialmente más como límite de desconocimiento que de reconocimiento de otro poder, pasando posteriormente al carácter estratégico del límite como consecuencia de la expansión del Estado territorial y su fijación en un determinado territorio”.

Na Idade Média, o termo empregado era a marca ou linha de demarcação de dois sistemas de poder, que se caracterizava pela falta de estabilidade. Era uma zona não perfeitamente definida e também despovoada devido à insegurança. [...] Tal situação perdurou até o séc. XIII, quando começa a surgir uma tendência dos reinos para estabelecerem com certa clareza os limites de sua soberania. A transformação da marca em fronteira se consumou no séc. XIII.

Foi ainda na Idade Média, a partir de negociações entre príncipes poloneses e os Cavaleiros da Ordem Teutônica, que se inicia “[...] o desenvolvimento jurídico do conceito e a noção de que, antes de mais nada, as fronteiras resultam de um ‘contrato entre partes’.” (MARTIN, 1998, p.34, grifos no original).

Contudo, é o Tratado de Westfalia (de 1648) que dá origem ao sistema moderno de fronteiras na Europa ocidental, pois pressupõe a autonomia territorial dos Estados. “Por ‘moderno’ entenda-se aqui um tipo muito particular de centralização do poder político cuja base social é representada pela ‘nação’. Em larga medida, portanto desde essa época, a ‘problemática das fronteiras’ confunde-se com a questão das nacionalidades” (id., p.35-6).

Magnoli corrobora tal visão, ao dizer que

Fronteiras e países não estiveram sempre onde estão, e não existiram sempre. Não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais. Seu significado atual é fruto *recente* da história humana, com raízes fincadas na Europa pós-medieval, matriz dos Estados nacionais (MAGNOLI, s/d, p.81).

Uma vez que a territorialidade do Estado-Nação exige uma correspondente demarcação ou delimitação de soberanias, as fronteiras políticas adquirem importância vital na constituição dos Estados modernos: são sua evidência territorial. Ou seja, a fronteira separa ou delimita o alcance territorial de uma unidade política e o princípio de outra, cada qual com suas próprias leis, sistemas sociais distintos, etc. Também afirma e faz reconhecer a extensão exata da sua soberania (e o que isto implica em termos de autoridade, propriedade e deveres do Estado), pois “só o estabelecimento de fronteiras relativamente seguras garante um mínimo de tranquilidade coletiva necessária para que o aparelho estatal possa se dedicar a outras atividades [...]” (MARTIN, 1998, p.51). Assim, o caráter político

do termo “fronteira” – que é também sua acepção mais comum e consolidada – está ligado ao surgimento dos Estados Nacionais.

Há diversas abordagens e interpretações sobre o que é a nação. Sobral (2006, p.9) sistematiza as principais correntes dentro das ciências sociais da seguinte maneira:

Podemos agregá-las, para feitos de síntese, nos seguintes conjuntos: primordialistas – como Van den Berghe (1995) –, que retratam a nação como algo inerente à própria natureza humana concebida em termos sócio-biológicos; perenialistas, que aceitam a existência de nações nos tempos pré-modernos, como John Armstrong (1982); modernistas, para quem, pelo contrário, a nação é algo de moderno, dependente de factores económicos, como a industrialização, como Gellner (1983), o desenvolvimento de noções de soberania popular em ligação com o estado, no caso de Hobsbawm (1994 [1990]), ou do impacto de dinâmicas de difusão e uniformização culturais resultantes da conjugação entre capitalismo e tipografia (Anderson 1983); etno-simbolistas, como Anthony Smith (1991, 2004) ou John Hutchinson (2005), que concebem a nação como um colectivo moderno, mas pensam que ela tem como suporte comunidades étnicas anteriores; e, finalmente, pós-modernistas como Homi Bhabha, que vêm no facto nacional o produto do discurso de poder do estado-nação (Bhabha 1990).

Fica claro que a problemática do surgimento das nações (e dos Estados-nação) foi e tem sido estudada por diversos autores, de onde surge o que Ramos (1993, p.3) chama de “campo minado de concepções e contra-concepções”. Em função dos objetivos deste trabalho, destacamos apenas as idéias de Mauss (1972), Anderson (1996), Smith (s/d;1991) e Hobsbawm (2004).

Mauss desenvolve suas idéias sobre a nação num pequeno ensaio (*La nation*)<sup>7</sup>, que nunca chegou a ser finalizado, mas de grande importância. Para ele, a nação deve ser entendida como o conjunto dos cidadãos de um Estado, porém distinto do Estado. Nesta visão, destaca-se a ênfase nos indivíduos, que não são indivíduos quaisquer, mas cidadãos: o que implica, portanto, em acatar os direitos e deveres impostos pelo Estado. Em suas palavras,

---

<sup>7</sup> Os manuscritos, publicados postumamente, foram bastante influenciados por sua experiência durante a I Guerra Mundial (na qual participou na função de intérprete), a partir da qual observou uma aparente contradição entre as correntes nacionalistas e a vinculação entre diferentes grupos nacionais.



Entendemos por nação uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, com *fronteiras determinadas*, com relativa unidade moral, mental e cultural de seus habitantes que acatam conseqüentemente ao Estados e suas leis. (MAUSS, 1972, p.286, grifo nosso, tradução nossa) <sup>8</sup>

O autor dá grande destaque às fronteiras como delimitadoras da soberania e também do que chama de caráter nacional (que incluiria a raça, a civilização, a língua, a moral...), embora aponte que as fronteiras lingüísticas e legais não necessariamente eram as mesmas das tribos e dos Estados que as praticavam (id., p.296). Esta idéia de caráter nacional (precursora da noção de consciência nacional) fica mais clara quando o autor afirma que

Uma nação digna desse nome tem *sua* civilização, estética, moral e material, e quase sempre *sua* língua. Possui *sua* mentalidade, *sua* sensibilidade, *sua* moralidade, *sua* vontade, *sua* forma de progresso, e todos os cidadãos que a compõe participam em suma da *Idéia* que a empurra. (ibid., p. 193, grifos do autor, tradução nossa)<sup>9</sup>

Embora pondere a importância de aspectos como a política, a técnica, o direito, a religião, a língua, a moral e até mesmo a raça<sup>10</sup>; Mauss enfatiza os fenômenos econômicos para a compreensão da “nação”. Contudo, a idéia que nem todas as sociedades podem ser consideradas nações (pelo contrário, somente um número reduzido possuíam este *status*) permeia o texto. A nação seria, assim, uma categoria a ser alcançada, sendo as “[...] últimas e mais perfeitas formas de vida em sociedade” (op. cit., p.329, tradução nossa)<sup>11</sup>. Estas

---

<sup>8</sup> Entendemos por nación una sociedad material y moralmente integrada, con poder central estable, permanente, con fronteras determinadas, con relativa unidad moral, mental y cultural de sus habitantes que acatan consecuentemente al Estado y sus leyes.

<sup>9</sup> Una nación digna de ese nombre tiene *su* civilización, estética, moral y material, y casi siempre *su* lengua. Posee *su* mentalidad, *su* sensibilidad, *su* moralidad, *su* voluntad, *su* forma de progreso, y todos los ciudadanos que la componen participan en suma de la *Idea* que la empuja.

<sup>10</sup> Um certo ranço evolucionista pode ser observado aqui, bastante condizente com as teorias da época em que o texto foi escrito (1920).

<sup>11</sup> “[...] últimas y más perfectas formas de vida en sociedad”. Nesta passagem, se percebe mais uma vez a força das idéias evolucionistas nas teorias de Mauss.

considerações, embora controversas, revelam uma problemática abordada também pelos outros autores: afinal, o que define uma nação?

Hobsbawn debruçou-se sobre essa questão em diversas obras, como “Nações e Nacionalismo desde 1780”. Conforme o próprio título aponta, Hobsbawn considera a “nação” como um advento da modernidade. Nesta obra, ele discute o surgimento das nações, localizando-as historicamente, e pontua claramente que em sua visão, a nação não pode ser tida como entidade social originária ou imutável:

A ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. [...] eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. (HOBSBAWN, 2004, p.19)

Estas concepções da nação enquanto entidade originária seriam um mito, dado que o nacionalismo pode tanto tomar culturas preexistentes e transformá-las em nações como inventá-las ou mesmo apagá-las. Ou seja, “[...] para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações” (loc.cit.). O nacionalismo, por sua vez, é um princípio que sustenta a unidade política e nacional, com a implicação de que o dever político dos membros de uma nação para com a organização política que a abrange e representa supera todas as demais obrigações públicas (id., p.18).

Hobsbawn postula que as nações só podem ser compreendidas a partir da análise das “[...] suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas” (ib., p.20), uma vez que a consciência nacional se desenvolve de forma desigual entre os grupos e regiões sociais de um país. Em outras palavras, é preciso ter em vista que:

Primeiro, as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles. Segundo, e mais especificamente, não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social. [...] Terceiro, a identificação nacional e tudo o que se acredita nela

implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos. (loc.cit.)

O autor, a partir de uma perspectiva histórico-materialista, considera que a análise das nações e os fenômenos que se associam a ela deve ser situada em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas e políticas, pois “as nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial ou da aspiração em assim se estabelecer [...], como também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico” (op.cit., p.19).

Seguindo uma vertente semelhante de análise histórica, Anderson também considera nacionalidade e nacionalismo como artefatos culturais específicos, criados no final do século XVIII a partir de uma conjunção complexa de forças históricas discretas. Mas, uma vez criados, tais artefatos tornaram-se ‘modulares’: ou seja, capazes de serem transplantados, com graus variados de auto-consciência, para diversos terrenos sociais (ANDERSON, 1991, p. 10). Dentre essas forças históricas destacam-se o declínio das religiões e dos reinos dinásticos, e, principalmente, o surgimento da palavra impressa (que estaria ligado a uma nova etapa do capitalismo, a qual o autor chama de *print capitalism*). O desenvolvimento da imprensa trouxe uma nova noção de simultaneidade – à medida que a disseminação de livros e jornais permitia aos indivíduos um senso de habitar um mesmo espaço e tempo homogêneos. Tornava-se, dessa maneira, possível e até necessário essa instância com a qual indivíduos anônimos possam se identificar e se reconhecer.

Anderson propõe que as nações sejam compreendidas como “comunidades imaginadas”, limitadas e soberanas. “É imaginada porque os membros até das menores nações nunca chegam a se conhecer mutuamente [...], mas em suas mentes está a imagem de sua comunhão” (id, p.6). A questão da comunidade política (nacional) ser imaginada como soberana, segundo o autor, deve-se ao fato do conceito ter surgido após a Revolução Francesa e sob a égide do Iluminismo<sup>12</sup>. Anderson observa que essa comunidade é limitada

---

<sup>12</sup> Segundo Appadurai (1997, pp.33-4), “Após os arranjos associados ao acordo de paz de Westphalia de 1648, o princípio embrionário de soberania territorial torna-se o conceito fundador do Estado-nação [...]. A base lógica política e jurídica fundamental do sistema de Estados-nações é a soberania territorial, mesmo que

porque, independentemente do seu tamanho, tem limites definidos (embora por vezes elásticos), para além dos quais estão outras nações<sup>13</sup>. Desta maneira,

Quando Benedict Anderson propõe que o nacionalismo resulta de um processo de autoconsciência de uma coletividade, ele enfatiza a necessidade de se reconhecer a dimensão imaginada do sentimento de pertencer a uma nação. [...] Apesar das ressalvas que podem ser feitas à capacidade de demonstração que Anderson faz de seu insight e às críticas de que foi alvo por privilegiar uma suposta hegemonia da escrita em detrimento da força das expressões orais da cultura popular (Rowe e Schelling 1991), fica a convicção de que é por vias indiretas, insidiosas e capilares que se faz a ligadura dos componentes da comunidade, transformando-a em nação. (RAMOS, 1993, p.6)

Finalmente, segundo essa perspectiva, as diferenças entre uma nação e outra residem basicamente nas formas diferentes como são imaginadas.

De uma maneira geral, Anthony Smith combina as perspectivas anteriores. Smith foi um dos precursores da corrente etno-simbolista, que, conforme vimos, concebe as nações como um construto moderno, mas que têm como suporte comunidades étnicas anteriores. Esta abordagem de certa forma concilia as visões primordialistas, perenialistas e modernistas, porque reconhece (e destaca) as raízes étnicas das nações e sua continuidade temporal (ou sobrevivência de uma determinada etnia), ao passo que as aponta enquanto fenômeno da modernidade<sup>14</sup>, na medida que: requerem legislação comum e direitos de cidadania; são baseadas em uma economia unificada, com mobilidade de bens e pessoas em todo o território nacional; necessitam de uma base territorial, preferencialmente com

---

compreendida de forma complexa e articulada de modo delicado em cenários pós-imperiais específicos.” (pp.33-4)

<sup>13</sup> As formas de imaginar estes limites eram pautadas, principalmente, pela maneira como os Estados coloniais (e os que os sucederam) pensavam os seus domínios, tendo o auxílio de ferramentas como os censos, os mapas e os museus.

<sup>14</sup> Evidentemente, o autor também se posiciona contra alguns aspectos de ambas abordagens, explicitando rejeitar “[...] as reivindicações tanto de modernistas, que dizem que há uma ruptura radical entre unidades e sentimentos pré-modernos e nações modernas e nacionalismo, e igualmente dos perenialistas, que dizem q estes últimos são simplesmente versões ampliadas e atualizadas dos sentimentos e laços pré-modernos [...]” (p.13). (No original: “[...] claims of both the modernists, who say that there is a radical break between pre-modern units and sentiments and modern nations and nationalism, and equally of the perennialists, who say that the latter are simply larger, updated versions of pre-modern ties and sentiments [...]”).

fronteiras “naturais”<sup>15</sup> defensáveis; e requerem uma única “política cultural”, e educação pública e sistema de comunicação de massa, de forma a socializar futuras gerações para serem “cidadãos” da nova nação (SMITH, 1991, p.68). Smith reflete também sobre o nacionalismo (enquanto ideologia e movimento), distinguindo três termos: tribo, etnia e nação (que não se confunde nem com o "Estado-nação" nem com a "nação-Estado").

Para Smith (1991, p.43) a “nação” é um conceito multidimensional:

Como uma população humana nomeada que compartilha um território histórico, mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública de massa, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns para todos os membros, a nação é um conceito multidimensional, um tipo ideal que provê um padrão ou modelo que exemplos concretos imitam em diferentes graus (grifos do autor, tradução nossa).<sup>16</sup>

O autor propõe a investigação dos fundamentos étnicos e das raízes das nações modernas – formas culturais de sentimentos, atitudes e percepções, que são expressas e codificadas em mitos, memórias, valores e símbolos (sendo os últimos considerados como o núcleo da etnicidade, *core of ethnicity*). Tais sentimentos permitem um senso de comunhão, de coletividade; o que por sua vez é parte importante da solidariedade e identidade do grupo étnico. Assim sendo, Smith busca compreender a “[...]maneira como muitas *etnias* modernas estão sendo transformadas, com mais ou menos sucesso, em nações; e simultaneamente retêm ou reconstroem uma herança étnica particular e ‘autêntica’.”<sup>17</sup> (SMITH, s/d, p. 15, grifos do autor, tradução nossa)

Estes fundamentos étnicos também dariam forma ao caráter e aos limites da nação, uma vez que, conforme exposto acima, as etnias são associadas a um território (muitas vezes sacralizado). Conseqüentemente, os limites presumidos de uma nação são também definidos

---

<sup>15</sup> Fronteiras naturais são aquelas onde a linha divisória acompanha acidentes naturais como rios, montanhas, etc.

<sup>16</sup> As a named human population sharing an historic territory, common myths and historical memories, a mass, public culture, a common economy and common legal rights and duties for all members, the nation is a multidimensional concept, an ideal type that provides a standard or touchstone which concrete examples imitate in varying degrees.

<sup>17</sup> [...] the manner in which many modern *ethnie* are being transformed, more or less successfully, into nations, while at the same time retaining or reconstructing an ‘authentic’ and particularistic ethnic heritage.

pelos mitos e memórias de uma etnia, incluindo cartas de fundação, mitos de “idades de ouro” e reivindicações territoriais.

Assim, observamos que as fronteiras são elementos muito relacionados aos Estados nacionais, suas soberanias e territorialidades. Isto despertou a necessidade de reflexão, por parte dos Estados e dos intelectuais, sobre o tema, conceitualizando-o e operacionalizando-o para justificar a sua própria existência.

## **2.2 A abordagem (geo) política**

As fronteiras nacionais têm sido um dos temas por excelência da geopolítica, tendo sido abordado pela maior parte de seus estudiosos. Sua importância se evidencia por entrelaçar em um espaço geográfico as questões de soberania e defesa nacional, o direito internacional e as políticas estatais.

Os primeiros trabalhos a tratar do tema surgiram na Europa, no final do século XIX, divididos entre duas escolas principais: a escola alemã e a escola francesa.

A escola alemã outorgou primazia à zona fronteiriça. Friedrich Ratzel, seu principal expoente, considera que nas fronteiras existe uma atividade política equiparável somente à das capitais, considerando ambas como órgãos vitais dos Estados. Ratzel, em sua obra “Antropogeografia”, define a fronteira a partir da teoria evolucionista de que um povo que possuísse limites bem definidos forma-se mais rápido e melhor.

Para ele, a origem da ‘fronteira’ reside no movimento, que é próprio de cada ‘ser vivo’ – hoje diríamos simplesmente de cada ser -, e não implica uma zona de paragem duradoura, mas pelo contrário, uma paragem momentânea frente à falta de condições vitais necessárias à continuação do movimento ou então, frente à resistência de outro movimento no sentido oposto. A fronteira poderá avançar se as condições vitais o favorecerem nesse sentido ou se o movimento no sentido contrário enfraquecer. Inversamente poderá recuar se perder vitalidade ou se a força oposta se tornar mais poderosa. (MARTIN, 1998)

Ratzel aborda de forma pioneira o conceito de Estado vinculado ao território, e foi inspirador da teoria do “espaço vital” e das “grandes zonas”, dentre outras.

Considera este autor clássico que a fronteira “é menos uma linha do que uma zona”, cuja formação é acompanhada de atividade, de agitação e disputa, e em consequência está em movimento (Guichonnet Y Raffestin, 1974: 30). A linha é uma abstração. A realidade é a zona fronteira em cujo interior evoluem grupos humanos e uma multiplicidade de forças, às vezes opostas. (MARCANO, 1996, p.22, tradução nossa)<sup>18</sup>

A escola francesa, que desde o início se posicionou contra a escola alemã, teve como principais expoentes Camille Vallaux e Jacques Ancel. O primeiro postula que a zona fronteira é dialeticamente um espaço de disjunção e conjunção, no qual há uma luta constante entre os elementos de integração e desintegração. A fronteira, com um caráter ao mesmo tempo econômico (pela circulação de bens em geral) e político (por estar sob jurisdição do Estado), estaria assim destinada simultaneamente às interpenetrações e separações entre os Estados envolvidos.

Já para Ancel, cuja definição clássica coloca a fronteira como uma isóbara<sup>19</sup> política que fixa o equilíbrio entre duas pressões, ou seja, o resultado da pressão de forças políticas opostas que mantêm uma certa estabilidade, mas que se houver oportunidade para alguma das partes, entram em tensão.

No Brasil, a maioria dos estudos sobre fronteiras se concentra entre os temas diplomáticos e geográficos, porém com um crescente interesse de outras áreas. Segundo Sprandel (2005, p. 157), três fatores chamam a atenção em relação à produção intelectual sobre fronteiras e limites: a grande quantidade de textos produzidos por militares, a afirmação da existência de uma fronteira definitivamente demarcada (desconsiderando todos

---

<sup>18</sup> Considera este autor clásico que la frontera “es menos una línea que una zona, cuya formación se acompaña de actividad, de agitación y disputa, y en consecuencia está en movimiento (Guichonnet Y Raffestin, 1974: 30). La línea es una abstracción. La realidad es la zona fronteriza en cuyo interior evolucionan grupos humanos y una multiplicidad de fuerzas, a veces opuestas.

<sup>19</sup> Isóbara, em mapas e cartas meteorológicas, é linha que separa áreas de pressão atmosférica diferentes. Ao longo do seu traçado, a pressão é constante de ambos os lados.

os litígios existentes) e a importância do Barão do Rio Branco como executor dessa tarefa demarcadora.

A geopolítica ocupou-se não só de conceituar as fronteiras, mas de classificá-las também. São diversos tipos de classificação, ligadas aos aspectos formais, de conteúdos, de tipos de Estado ou tipos de território, em perspectivas sincrônicas ou diacrônicas, etc. Todavia, não abordaremos estas classificações por não caberem no escopo deste trabalho: o que nos interessa é a conceituação do tema.<sup>20</sup>

As fronteiras políticas são limites terrestres, com repercussões marítimas (o mar territorial) e aéreas (o espaço aéreo), estabelecidos em um processo com três etapas: definição, delimitação e demarcação. A definição ocorre a partir de um acordo sobre os princípios gerais para a produção dos limites entre as partes envolvidas. A delimitação, por sua vez, é uma operação cartográfica, o traçado da linha divisória nos mapas. Já a demarcação é a etapa na qual se concretiza a fronteira através da implementação dos marcos de fronteira.

Segundo Temprano (1987, p.498), a fronteira é geralmente definida pelos dicionários como extremidade de uma unidade política (Estado, país ou reino), ainda que o termo seja algumas vezes utilizado como sinônimo de separação ou divisão. “Nesse sentido, **fronteira**, do ponto de vista político, faz referência não só aos confins de um Estado, mas também à separação entre dois países” (id., grifos do autor).

É a fronteira, ainda, um lugar de contato com o exterior, uma vez que nela duas ou mais comunidades políticas se encontram e interagem cotidianamente. As fronteiras podem separar ou aproximar, impedir ou viabilizar a circulação de pessoas, bens, idéias, moedas, etc. Portanto, “são superfícies porosas de contato do território estatal com outros territórios, outros Estados. Com outras realidades sociais, econômicas e políticas.” (id., p.83), “[...] zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas” (MACHADO *In*: STROHAECKER et. All., 1998, p.2). A quantidade e a profundidade dessa interação varia de acordo com os obstáculos físicos, culturais ou estatais que possam existir. Dessa maneira, o limite aparece como dado real.



Mas se a fronteira separa duas coisas distintas, o limite é a borda de cada coisa e a divisa divide uma mesma coisa em duas; ainda resta saber como distinguir o ‘nós’ e o ‘eles’, isto é, resta compreender não apenas *como* se divide o espaço, mas *quem* o faz e *porquê*. (MARTIN, 1998, p.50-1).

Cabe retomar a idéia apresentada anteriormente de que a fronteira está ligada aos processos de territorialização, que por sua vez estão ligados à idéia de soberania do Estado. Machado (*In: STROHAECKER et. All., 1998, p.2*) afirma que a soberania é constituída por uma série de fatores, dentre os quais se destacam: monopólio legítimo do uso da força física, capacidade de estruturar as formas de comunicação e as normas de trocas sociais reprodutivas (como a moeda ou os impostos), e o controle efetivo do território..

Marcano (1996, pp.29-31) corrobora esta visão segundo a qual a fronteira aparece estreitamente vinculada à soberania, destacando os aspectos jurídicos da questão dos limites internacionais: estes designam o alcance da soberania, jurisdição e patrimônio dos Estados. Mais uma vez, a territorialidade é reforçada como uma característica fundamental do Estado-Nação.

Contudo, a autora aponta um alargamento da noção de fronteira jurídica, que se amplia ao incorporar a necessidade de normatizar os movimentos locais sob a égide da segurança nacional (como parte da soberania estatal). São estabelecidos direcionamentos como limitações para edificações por parte de estrangeiros, estabelecimento de zonas de segurança nacional, e outros de índole militar que se diferenciam de outras regiões do Estado nacional.

Este fator é importante também para entender o modo como as populações lidam com o “cruzar” a fronteira. Uma vez que as fronteiras de soberania definem os direitos de cidadania diferenciados entre ambos os lados da linha – ou seja, os cidadãos de um país são estrangeiros no país vizinho e assim não têm os direitos de um cidadão –, acabam sendo consideradas também como limite entre o risco e a segurança.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Alguns exemplos dessas classificações são encontrados em Martin (1998), Marcano (1996) e Sprandel (2005).

<sup>21</sup> Vale lembrar, porém, que houve momentos em que esta situação se inverteu, como por exemplo para os perseguidos políticos que se refugiavam do outro lado da fronteira. Nesses casos, o risco estava no país onde tinha direitos cidadãos e a segurança residia no outro lado.

Esta é exatamente uma das principais características das zonas de fronteira: a presença do Estado se impõe de maneira clara e em muitas instâncias do cotidiano<sup>22</sup>. A influência estatal é vivenciada em vários níveis de intervenção: através dos controles alfandegários, vigilância sanitária, policiamento, orientação de fluxos migratórios, regimes jurídicos especiais (zonas francas, concessão de direitos e vantagens para a população fronteiriça, entre outros), implantação de indústrias (como é o caso das “Maquilladoras” no México), medidas de fechamento da fronteira, e até mesmo “[...]os perímetros controlados e dotados de uma assistência sanitária, escolar e técnica de abrangência variável” (AUBERTIN e LÉNA, 1998, p14).

Evidentemente, cada um desses fatores (e as mudanças que eles podem sofrer) incide de alguma maneira sobre os comportamentos e relações estabelecidos numa determinada zona de fronteira. Assim,

Muitas vezes, embora as características físicas comuns possam haver ensejado estilo de vida semelhantes nos dois lados do limite de uma mesma região fronteiriça, a presença do Estado impõe distinções marcantes. Obrigações como pagamento de impostos e prestação do serviço militar, e direitos como os serviços públicos serão diferentes, assim como o estabelecimento dos preços [...]. (MARTIN, 1998, p.47)

Uma outra forma de intervenção estatal – consequência das transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas, em nível mundial – é o esforço de consolidação dos processos de integração regional. Mediante acordos bilaterais, busca-se a cooperação nas áreas de saúde, educação, emprego, segurança pública, cultura e esporte; bem como a facilitação da circulação de pessoas, bens e serviços.

Contudo, as sociedades fronteiriças têm uma dinâmica própria, que muitas vezes não obedece aos padrões concebidos pelos governos centrais (um exemplo claro é a integração espontânea, que se dá independentemente das integrações econômicas ou políticas). A complexa problemática do desenvolvimento e integração em zonas de fronteira

---

<sup>22</sup> Porém, como nos lembra Campos (2005, p.144), nenhuma medida de pressão ou controle exercida pelos Estados-Nação impede que se produzam cotidianamente fluxo de pessoas, bens e idéias, legal ou ilegalmente.

se evidenciou, e a busca de respostas deve levar em conta as relações entre as populações fronteiriças, as necessidades e potencialidades locais.

Assim, parafraseando Souza Junior (*apud* Sprandel, 2005, p.4), uma fronteira não é estável senão como expressão de um equilíbrio dinâmico, transitório, resultante das ações que mutuamente exerçam os Estados e populações vizinhas.

### **2.3 A abordagem antropológica**

Conforme exposto anteriormente, a fronteira se constitui – para além do limite político – em marcos de significação e distinção entre populações, como forma de diferenciação entre “Nós” e os “Outros”, designando também separação, divisão ou diferença entre os vários grupos sociais. Esta visão de fronteira social, uma visão metafórica, começa a ganhar importância a partir da publicação de “*Ethnic groups and boundaries: The Social Organization of Culture Difference*”, de Fredrik Barth, em 1969.<sup>23</sup> Em função disto, Grimson (2000, p.9), a respeito das fronteiras, afirma que

Justamente uma de suas características é a duplicidade: fronteira foi e é simultaneamente um objeto/ conceito e um conceito/ metáfora. De uma parte parece haver fronteiras físicas, territoriais; da outra, fronteiras culturais simbólicas.<sup>24</sup> (tradução nossa)

---

<sup>23</sup> Cardoso de Oliveira (2006, p.101) propõe o uso da expressão “limite cultural” ao invés de “fronteira cultural” para dar conta do sentido do termo “*boundaries*” utilizado por Barth, de forma que o termo “fronteira” seja equivalente a “fronteira política”.

### 2.3.1 As fronteiras sociais

As fronteiras às quais Barth se refere não são geográficas ou jurídicas (ainda que possam ter uma contrapartida espacial ou legal), mas fronteiras entre distinções coletivas entre grupos sociais (ou mais especificamente, grupos étnicos). Caracterizam-se por ser mais situacionais que primordiais. Para Barth (*In*: POUTIGNAT e STREIFFERNART, 1999, p.188)

[...] fica claro que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, *apesar* das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais. Em segundo lugar, descobre-se que as relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são freqüentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes.

Considerando a identidade étnica como relacional (que se constitui na interação com outros grupos, principalmente em oposição a eles), o autor argumenta que a manutenção dessa identidade implica critérios para determinar o pertencimento ao grupo e meios para torná-lo manifesto, através de uma expressão e validação contínuas. Tais critérios de pertença (que demarcam as fronteiras entre os grupos sociais), apesar das modificações que possam vir a sofrer, não deixam de delimitar uma unidade contínua e de canalizar a vida social dos grupos envolvidos. Contudo, “[...] a persistência dos grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais” (id., p.196). O autor prossegue, afirmando que numa situação de contato entre dois grupos

---

<sup>24</sup> Justamente una de sus características es la duplicidad: *frontera* fue y es simultáneamente un objeto/ concepto y un concepto/ metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la otra,

étnicos, uma dicotomização dos *outros* como membros não pertencentes ao grupo implica limitações na compreensão comum e na interação com os mesmos, e diferenças em critérios de julgamento, valor e ação.

Dessa maneira, as fronteiras entre os grupos étnicos encadeiam, seja através dos processos de confronto, diferenciação, oposição, dominação, submissão ou resistência; uma série de outras fronteiras que ocorrem simultaneamente no plano simbólico e no plano das relações sociais.

A partir do estudo das fronteiras culturais é possível elucidar os dispositivos pelos quais se constroem as diferenças, bem como as articulações entre os grupos envolvidos. Estes aspectos podem ser aplicados no estudo de fronteiras internacionais, que são situações de contato entre grupos que se inscrevem em nacionalidades diferentes, e produtos das relações de forças entre os Estados e populações locais. Os Estados, através de diversas formas de intervenção no cotidiano fronteiriço, não deixam de produzir efeitos significativos sobre as visões de “nós” e dos “outros”, de forma que a fronteira política em muitas instâncias se transforma numa fronteira cultural. Tais intervenções podem mudar a configuração social de uma região de fronteira, através da implementação de controles mais rigorosos (como se observa na fronteira Estados Unidos - México), através de incentivos e facilidades oferecidas para que seus cidadãos ou para estrangeiros ocuparem a região (como foi o caso da ocupação brasileira de territórios paraguaios fronteiriços durante a ditadura militar paraguaia).<sup>25</sup>

Grimson (2002, p.53) aponta que

Através de um processo histórico com forte intervenção do Estado a fronteira sucede estruturante de uma diversidade de sentidos. Nas grandes cidades, onde não existe uma fronteira jurídico-política, as fronteiras simbólicas tendem a ser criadas e recriadas das mais diversas formas: os imigrantes, os pobres, os jovens, as minorias sexuais, e outros. Nestas cidades fronteiriças, ao mesmo tempo que todas essas fronteiras simbólicas também são produzidas no interior de cada uma delas, a própria fronteira jurídico-política é imaginada e significada como divisória de classe, de desenvolvimento, de culturas, de nível

---

fronteras culturales simbólicas.

<sup>25</sup> Cf. Sprandel, 2006. A concessão de privilégios para a ocupação civil de zonas fronteiriças remonta à Espanha medieval (TOLOSANA, 1997, p.157).

educativo e de muitas outras coisas até alcançar as práticas sexuais. (tradução nossa)<sup>26</sup>

Em outras palavras, a peculiaridade das zonas fronteiriças internacionais é que muitas vezes as imagens de alteridade são estruturadas pela fronteira em si.

### **2.3.2 Antropologia e fronteiras políticas**

Inseridas num quadro de referência (inter) nacional marcado pelo carácter dinâmico das relações sociais vividas pelas populações fronteiriças, as zonas de fronteiras políticas são extremamente complexas, pois

[...]em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sócio-cultural extremamente complexa. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005, p. 14)

A complexidade se deve ao fato que tais populações, além de não serem necessariamente homogêneas social ou culturalmente, tampouco têm os mesmos interesses,

---

<sup>26</sup> A través de un proceso histórico con fuerte intervención del Estado la frontera deviene estructurante de una diversidad de sentidos. En las grandes ciudades, donde no existe una frontera jurídico-política, las fronteras simbólicas tienden a ser creadas y recreadas de las más diversas formas: los inmigrantes, los pobres, los jóvenes, las minorías sexuales, y otros. En estas ciudades fronterizas, al mismo tiempo que todas esas fronteras simbólicas también son producidas al interior de cada una de ellas, la propia frontera jurídico-política es imaginada y significada como divisoria de clase, de desarrollo, de culturas, de nivel educativo y de muchas otras cosas hasta alcanzar las prácticas sexuales.

ou atribuem os mesmos sentidos à fronteira. Conseqüentemente, a heterogeneidade é uma característica importante das zonas de fronteira.

[...] cada fronteira tem suas características próprias que determinam uma realidade específica, assim como seus agentes, ainda quando se pode identificar situações similares em espaços fronteiriços distintos. Os fenômenos podem ser parecidos, porém obedecem a razões diferentes. Certas causas podem coincidir, produto das características globais, históricas, políticas e sócio-econômicas dos países, que colocam os espaços de fronteira em condição de “periferia” ou de barreira de segurança. Também são características típicas a permeabilidade e a informalidade nos intercâmbios, as quais são uma constante no espaço transfronteiriço. (MARCANO, 1996, p. 205, tradução nossa)<sup>27</sup>

É consenso entre os autores que trabalham com fronteiras a diversidade de situações fronteiriças encontráveis no mundo e suas especificidades. Cada Estado constituiu um vínculo peculiar com a nação, o território e a população, em processos históricos e sociais únicos de renegociação e conflitos constantes. Ou seja, cada zona fronteiriça conjuga de um modo particular a ação estatal e a população local.

Como eixo fundacional, a fronteira marca o olhar das populações locais sobre o mundo, e é um suporte que organiza a existência humana, estrutura as relações sociais na zona, tanto em um nível cognitivo como praxeológico. Assim, a fronteira política se constitui em um operador simbólico da vida local. Ainda que as identificações e alteridades sejam múltiplas, em cada contexto espaço-temporal algumas se apresentam como mais relevantes do que outras. Tal processo – mais situacional que primordial – é formado de alianças, conflitos, disputas e negociações (militares e culturais); movimentos materiais e simbólicos; relações econômicas, políticas, sociais e culturais, sócio-históricas e de sentidos; circuitos de intercâmbio formais/ informais; nos quais participam os atores locais e poderes centrais.

---

<sup>27</sup> [...] cada frontera tiene sus características propias que determinan una realidad específica, así como sus agentes, aún cuando se pueden identificar situaciones similares en espacios fronterizos distintos. Los fenómenos pueden ser parecidos, pero obedecen a razones diferentes. Ciertas causas pueden coincidir, producto de las características globales, históricas, políticas y socio-económicas de los países, que colocan a los espacios de frontera en condición de “periferia” o de barrera de seguridad. También son características típicas la permeabilidad y la informalidad en los intercambios, las cuales son una constante en el espacio transfronterizo.

A delimitação das fronteiras se constitui, assim, em diacríticos, ou seja, marcos de significação e distinção entre populações que podem ser caracterizados territorial e socialmente, tornando-se um local-chave para observar as relações complexas e mutáveis entre os Estados, seus agentes e as populações locais. Se por um lado, o processo de construção das fronteiras políticas não se limita às populações locais, por outro, não se pode compreender a ação estatal sem analisar os complexos vínculos com os atores sociais nas fronteiras<sup>28</sup>. Estes atores, junto com os agentes estatais, são considerados agentes fronteiriços, dado que seus discursos, interesses e práticas influenciam de diversas maneiras as características e sentidos das fronteiras, através das alianças, conflitos e interação entre eles.

Os agentes do Estado (funcionários públicos federais, estaduais ou locais), na fronteira, exercem cotidianamente controles sobre os fluxos da fronteira, isto é, *o que, quem e porquê* cruzam de um a outro país, o que é negociado ou disputado pela população nos diferentes contextos. Há uma série de mecanismos de convivência (formais e informais), bem como espaços de interações, que ajudam a construir as práticas e imagens da nação e da fronteira produzidas, consolidadas e sofridas pela população fronteiriça. Para tal população, “[...] o mundo se torna inteligível na medida em que é classificável em termos nacionais, ao menos de sua própria nacionalidade e a da população vizinha”<sup>29</sup> (GRIMSON, 2002, p.12, tradução nossa). Assim, as questões de cidadania e as imagens de alteridade confirmam a existência da fronteira política como condição de produção de uma multiplicidade de fronteiras simbólicas (id., p.34).

Por conseguinte, concordando com Grimson (2002), as fronteiras são limites, bordas ou zonas de contato carregados de sentidos diversos, que produzem a diferença cultural sobretudo porque é produto dessa diferença. As fronteiras são constantemente (re) atualizadas através de uma diversidade de práticas, crenças, rituais e relações. Por isso,

---

<sup>28</sup> Segundo Grimson (2002) e Sahlins (*in*: WILSON e DONNAN, 1998), apesar da desigualdade estrutural de poder, é necessário destacar que as populações fronteiriças foram agentes de sua própria constituição, através da oposição e articulação com os poderes centrais.

<sup>29</sup> Para los fronterizos el mundo se torna inteligible en la medida en que es clasificable en términos nacionales, al menos de su propia nacionalidad y la de la población vecina.



investigar a fronteira exige que se considere sua sociogênese (pois os processos de significação estão intimamente relacionados com os processos econômicos, sociais e políticos) e o estudo de como ela é cotidianamente produzida, recriada e reproduzida pelos diferentes agentes sociais. Mais ainda, faz-se necessário estudar, desde uma perspectiva relacional, os conflitos, as alianças e as redes que atravessam a fronteira, as experiências pessoais e os imaginários coletivos.

Dessa maneira, podemos retomar a discussão de Barth (1976) sobre a permanência dos limites apesar dos fluxos sociais, culturais e econômicos através deles. Se as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação e aceitação sociais, mas, pelo contrário, são o fundamento sobre o qual estão construídos os sistemas sociais; os habitantes de uma zona fronteiriça entre dois países podem ter mais contatos sociais entre si do que com suas respectivas capitais, sem que isto signifique que se sintam mais próximos culturalmente, e nem prejudiquem a sua “lealdade” ao seu Estado. Estes contatos criam um espaço social transfronteiriço, cuja formação depende das características de cada zona: grau de desenvolvimento dos núcleos urbanos e das regiões em que estes se encontram, influência de projetos binacionais de desenvolvimento, recursos naturais, fontes de emprego, oscilações do câmbio, relações sócio-culturais e a influência de cada Estado na região (MARCANO, 1996, p.205).

Apesar das transformações nesse espaço social transfronteiriço, as fronteiras permanecem. As redes e práticas sociais que atravessam a fronteira material não negam a relevância das fronteiras simbólicas (GRIMSON, 2002, p.359). Assim,

[...] a transnacionalidade das práticas nada indica acerca da transnacionalidade dos sentidos dessas práticas. O espaço nacional foi e continua sendo o âmbito estruturador de sentidos para uma ampla gama de práticas relevantes. Portanto, as conexões transfronteiriças e transnacionais são vividas e significadas de diferentes maneiras em espaços e contextos específicos. Como cada prática se insere num campo nacional de interlocução e ocupa um lugar relacional e histórico específico, seus significados diferem de um país para o outro. Esta diferença é talvez a maneira mais sutil porém mais profunda em que a fronteira existe, persiste e se produz cotidianamente (id., p.358, tradução nossa)<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> [...] la transnacionalidad de las prácticas nada indica acerca de la transnacionalidad de los sentidos de esas prácticas. El espacio nacional ha sido y continua siendo el ámbito estructurador de sentidos para una amplia gama de prácticas relevantes. Por lo tanto, las conexiones transfronterizas y transnacionales son vividas y

As redes, as práticas e outros vínculos se transformam com o passar do tempo, modificando também a própria fronteira e a nacionalidade: seus sentidos são produzidos, ressignificados, diluídos ou reforçados. Ainda que a fronteira se faça presente em algumas instâncias e em outras não (do ponto de vista econômico, jurídico, político, cultural...), é na esfera dos contatos sociais que reside o foco privilegiado para estudar as relações entre nacionalidade e identidade em uma zona de fronteira.

Tais contatos (considerados aqui como interação entre dois diferentes mundos culturais) podem ser decompostos segundo três tipos de situações, vinculadas às respectivas “culturas de contato”, de acordo com a simetria e assimetria das relações entre povos de etnia distinta, e as relações dos grupos entre si e com a sociedade global envolvente, adquirindo assim um caráter interétnico, e uma estrutura e dinâmica de uma situação de contato (que implica um sistema de contrastes, oposições e manipulações identitárias). De tal modo, as relações entre as populações em áreas de fronteiras podem ser consideradas relações interétnicas, a medida que compreendem e estão “[...] inseridas em um sistema social de caráter interétnico, que as condiciona, determinando sua própria estrutura e desenvolvimento” (GRIMSON, 2000, p.21, tradução nossa)<sup>31</sup>, marcado por um mecanismo de interdependência onde, apesar de existir um alto grau de interação social, se fixam as identidades nacionais de duas ou mais populações dialeticamente “unificadas” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000b). Compartilhando esta visão, Silva (2005, p.129) acrescenta que

Dito de outro modo, as fronteiras internas ou externas, seja do ponto de vista dos Estados nacionais ou dos grupos étnicos [...] podem ser pensadas como processos sociais paralelos de um mesmo processo histórico de organização estatal da diferença cultural, designado “territorialização”. As áreas de fronteira poderiam então ser consideradas variações concomitantes de processos de manutenção de

---

significadas de diferentes maneras en espacios y contextos específicos. Como cada práctica se inserta en un campo nacional de interlocución y ocupa un lugar relacional e histórico específico, sus significados difieren de un país a otro. Esta diferencia es quizá la manera más sutil pero más profunda en que la frontera existe, persiste y se produce cotidianamente.

<sup>31</sup> “insertas en un *sistema social* de carácter interétnico, que las condiciona, determinando su propia estructura y desarrollo”

fronteiras étnicas e, nesse sentido, seriam passíveis de ser contrastadas por meio da noção de territorialização enquanto áreas de fricção interétnica geradoras de novas identidades.

Desta maneira, a fronteira surgiria como uma categoria analítica de comparação das variações dos processos de territorialização, e igualmente como uma situação social real da qual emergem experiências históricas únicas, que por sua vez geram novas identidades.

Ao considerar a transposição do modelo de fricção interétnica para uma “fricção inter-nacional”, na qual ao menos dois Estados entram em conjunção, Cardoso de Oliveira (2005, p.18) aponta que:

Podendo-se, ainda, considerar que o processo de transnacionalidade [...] não abrange necessariamente processos de dominação semelhantes àqueles previstos pelo modelo de fricção interétnica, ou melhor, como inerentes ao modelo. Tais são as dificuldades que desde já surgem no plano teórico.

Ainda assim, o modelo pode ser útil para entender as situações de fronteira uma vez que “[...]guardam entre si certa semelhança estrutural, apesar de diferenças igualmente expressivas” (loc.cit.), tornando possível a elucidação recíproca das relações de nacionalidade, identidade nacional e cultura nas áreas de fronteiras internacionais. Conforme exposto anteriormente, podemos considerar que a diferença mais expressiva entre zonas de fronteiras e outras relações interétnicas urbanas consiste no fato que as fronteiras simbólicas remetem direta ou indiretamente às fronteiras políticas, ou seja, estas estruturam as imagens de alteridade.

A identidade nacional é um fator diacrítico presente no cotidiano das populações envolvidas. As diferenças que podem ser observadas nessas áreas de contato são produzidas pela fronteira (enquanto fenômeno social), “[...] e tudo o que ela implica: sistemas escolares, regimentos, meios de comunicação, condição de estar afetados por uma economia e uma política ‘nacionais’<sup>32</sup>” (GRIMSON, 2000, p.30), sendo estas últimas dadas por fatores como

---

<sup>32</sup> “Las diferencias sólo son producidas por la frontera y todo lo que ella implica: sistemas escolares, regimientos, medios de comunicación, condición de estar afectados por una economía y una política “nacionales” (en un territorio hay crisis económica o represión política, mientras el otro no).”

uma crise econômica ou repressão política, por exemplo. Assim, a fronteira está constantemente mudando: os preços, regras alfandegárias, acordos supranacionais (políticas econômicas e de integração), implementação de zonas francas, urbanização e outros fatores, acabam por definir os interesses e movimentos intra e inter-locais, exigindo da população local “[...] periodicamente posicionar-se de diferentes maneiras para maximizar os benefícios ou diminuir os prejuízos de residir nesta zona” (id., p.11, tradução nossa)<sup>33</sup>. Através desses elementos, que regulam a vida local, as fronteiras se tornam cada vez mais presentes. Tais elementos produzem, ainda, sentidos específicos, na medida em que se imbricam com práticas sociais e formas de identificação locais, articulando as fronteiras políticas e as simbólicas.

As fronteiras nacionais constituem-se um lócus onde a nacionalidade ganha operacionalidade e contornos excepcionalmente nítidos, com grande poder de sinalização de indivíduos ou grupos no sistema societário envolvente, uma vez que a identidade nacional está sujeita a ser invocada quase cotidianamente. Os atores vivem, compulsoriamente, em contato com outros indivíduos que se submetem a outras leis, costumes, padrões culturais, idiomas, etc. Nessas circunstâncias, o apelo à nacionalidade dos atores fronteiriços, enquanto critério de percepção e ação, pode ocorrer em situações tão diversas como “[...] numa feira comercial, numa festa, numa praça, numa ponte, assim como em um churrasco ou na sala de estar de uma casa” (GRIMSON, 2002, p.18, tradução nossa).<sup>34</sup>

Assim, nas fronteiras, “[...] aquilo que surge como poderoso determinador social, político e cultural[...] passa a ser a nacionalidade dos agentes sociais. É quando nacionalidade e etnicidade se interseccionam, tal qual identidades que passam a ocupar um mesmo espaço” (id., p.16-7). Contudo, as fronteiras nacionais também produzem processos socioculturais contraditórios, pois ao lado dos conflitos e diferenciações entre grupos nacionais, produzem identidades supranacionais. Em outras palavras, em diversas regiões é

---

<sup>33</sup> “[...]periódicamente posicionarse de diferentes maneras para maximizar los beneficios o menguar los perjuicios de residir en esta zona.”

<sup>34</sup> “La apelación a la nacionalidad de los actores, como criterio relevante de percepción y acción, puede producirse en una feria comercial, en una fiesta, en una plaza, en el puente, así como en un asado o el living de una casa”.

possível observar a construção de distinções identitárias e a construção de elementos ou características compartilhadas para além da fronteira, ao mesmo tempo.

Estes processos aparentemente contraditórios demonstram a complexidade das fronteiras políticas, que unem e separam de diversas maneiras os Estados nacionais e as populações fronteiriças, seja em termos materiais, seja em termos simbólicos.

Em uma região ampla como a do Mercosul<sup>35</sup>, cortada por fronteiras entre vários países, observa-se um grande número de cidades ou vilas, geralmente de pequeno porte, que se situam precisamente em cima das linhas divisórias e, a rigor, possuem como elemento divisor entre os países apenas uma rua, uma ponte, uma praça, ou outro espaço qualquer de uso comum, tornando as relações expostas nos parágrafos anteriores ainda mais complexas. Ou seja, criam-se situações onde a interação entre nacionalidades estruturalmente tem muito a ver com os sistemas interétnicos citados anteriormente (id., p.13). Este é o caso da fronteira entre o Chuí/Chuy, na qual somente uma avenida separa (e unifica) os dois lados da fronteira, cujas formação e características serão descritas nos próximos capítulos, considerando como atuam as diferenças históricas, as conformações étnicas e regionais, as diferenças entre os países em termos de tamanho e poder, no cotidiano fronteiriço e na construção das identidades.

---

<sup>35</sup> Vale ressaltar que pensar em fronteiras no Mercosul é pensar em praticamente todas as fronteiras da América do Sul (com a exceção das fronteiras do Equador e da fronteira Colômbia-Panamá), não somente as fronteiras entre países-membros do bloco.

### **3 A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA CHUÍ/CHUY**

A formação da fronteira Chuí/Chuy evidentemente está relacionada aos processos históricos mais amplos de delimitação de soberanias na América Latina. Assim, buscaremos neste capítulo dar um panorama sobre os movimentos históricos, sempre focalizando as influências destes para a região em questão.

Na América Latina a maioria das fronteiras não coincide com diferenças culturais anteriores significativas, e se formaram em função de interesses e relações de força entre grupos e exércitos, dos quais surgem e se reproduzem as distinções. Os processos históricos de longo prazo permitem notar como fronteiras que somente existiam nos mapas são construídas, marcando novas distinções políticas e culturais. Este é o caso da fronteira do Brasil com o Uruguai que foi criada a partir de negociações, conflitos, alianças e redes sociais entre os impérios ibéricos inicialmente, e mais tarde entre províncias, impérios e nações latino-americanas.

#### **3.1 A gênese da fronteira meridional do Brasil**

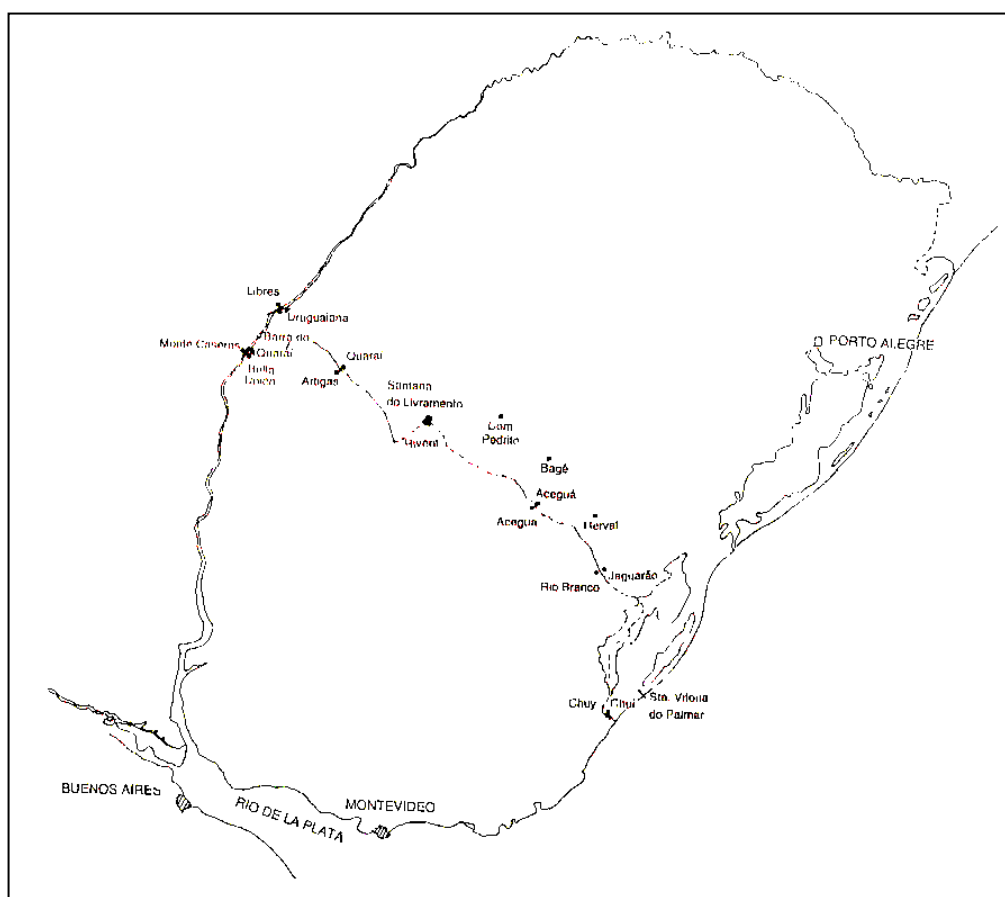
A fronteira entre o Brasil e o Uruguai possui 1003km de extensão, sendo em grande parte uma fronteira seca, isto é, há uma contigüidade física, pois não há rios ou outros acidentes geográficos relevantes que provoquem uma ruptura na paisagem. Ao longo destes 1003km, diversas povoações e cidades foram sendo constituídas, geralmente formando “pares”: ou seja, quando um povoado se estabelecia em um ou outro lado da fronteira, outro povoado era situado frente-a-frente com o primeiro, como forma de impor um “obstáculo” ao avanço do mesmo.

Com diferentes contingentes demográficos e vários níveis de interação (fronteira seca ou fluvial, distintas atividades econômicas no entorno, variável grau de atração para migrantes, processos políticos e históricos particulares), cada par de cidades demanda uma investigação específica, ao mesmo tempo em que

apresentam elementos comuns. O simples exame da toponímia revela os fortes vínculos entre as comunidades: Chui/Chuy, Cerrilhada/Serrilhada, Aceguá/Acegua... (DORFMAN e BENTANCOR, 2005, p.4).

Na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, são 6 os pares de cidades: Barra do Quaraí (BR)/ Bella Unión (UR), Quaraí (BR)/ Artigas (UR), Santana do Livramento (BR)/ Rivera (UR), Aceguá (BR)/ Acegua (UR), Jaguarão (BR)/ Rio Branco (UR) e Chuí (BR)/ Chuy (UR), conforme o mapa abaixo:

MAPA 1 – Cidades na fronteira Brasil/Uruguai



Fonte: adaptado de SCHÄFER (1993, p.15)

Dentre estes pares, constituem-se fronteiras secas Santana do Livramento/ Rivera, Aceguá/Acegua e Chuí/Chuy, sendo que a primeira e a última são conurbações, ou cidades-gêmeas. Estas cidades acabam ganhando contornos específicos, dado a sua situação de contato e entrelaçamento político-social. E é sobre a especificidade desses processos

históricos na região do Chuí que focaremos este capítulo, pois conforme um funcionário público uruguaio apontou em uma entrevista, “*Aqui [na região do Chuí] acontece algo diferente... Para compreender esta região é necessário primeiro entrar um pouco na história do que é esta parte do Brasil*”<sup>36</sup>.

### **3.1.1 Das primeiras fronteiras a União das Coroas Ibéricas**

Compreender as fronteiras internacionais latino-americanas requer uma regressão ao contexto das grandes navegações do século XV, patrocinadas pelos monarcas ibéricos. Portugal também foi pioneiro em lançar-se aos mares, em busca de novas rotas para o Oriente, na busca por especiarias, seda e outros produtos de luxo. A partir de 1418, este começou a viabilizar numerosas viagens de exploração.

A Espanha também tinha interesse em chegar ao Oriente, e para tanto procurou uma outra rota pelo oeste: a expedição comandada por Cristóvão Colombo, que em 1492 alcançou a América. O primeiro tratado referente a esta parte do mundo foi a Bula Papal de Alexandre VI, de 1493, estabelecendo os direitos sobre as novas terras descobertas ou a serem descobertas. Este tratado desenhava uma linha de demarcação de 100 léguas a oeste das ilhas dos Açores e de Cabo Verde<sup>37</sup>, destinando à Espanha o direito exclusivo de adquirir posses territoriais e comercializar em todas as terras a oeste dessa linha, enquanto Portugal ficaria com as terras a leste.

Logo em seguida os portugueses insistiram em alterar este perímetro, o que culminou no Tratado de Tordesilhas, que desenhava uma demarcação a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde e garantia a Portugal e Espanha todas as terras a leste e oeste da linha, respectivamente.

Dessa maneira, Portugal assegurava o domínio sobre o sul do Oceano Atlântico. Ademais, é provável que os portugueses já tivessem uma noção da existência de terras a

---

<sup>36</sup> Acá sucede algo diferente... para comprender esta región hay que primero entrar un poco en la historia de lo que es esta parte de Brasil.

<sup>37</sup> Na época se supunha que ambas eram cortadas pelo mesmo meridiano (RIBEIRO, 1930, p.9).



oeste (ainda que sua extensão fosse desconhecida), e que através do Tratado tenham buscado resguardar parte desses territórios para si.

O Brasil foi oficialmente encontrado por Pedro Álvares Cabral em 1500, e há fortes indícios de que a descoberta tenha sido consciente e intencional. A nova terra foi de pouco interesse para Portugal até 1530, quando a ameaça de uma incursão francesa ou espanhola obrigou o Rei João III a ordenar a colonização da região costeira do Brasil. Contudo, muitas vezes a delimitação proposta no Tratado de Tordesilhas não era respeitada, resultando em mais um acordo, em 1524<sup>38</sup>, para demarcar a fronteira entre as possessões espanholas e portuguesas.

Nessa época, a região do Chuí já era ocupada por indígenas da tradição Vieira (cujo nome se deve à localidade de mesmo nome na cidade de Rio Grande, a aproximadamente 350 km dali, onde foram encontrados os primeiros vestígios, como machados, cerâmicas e pontas de flecha)<sup>39</sup>, dominados posteriormente pelos grupos Charruas, Minuanos e Arachanes. (CHUÍ, s./d., p.14 e GONZÁLEZ, 2003).

Embora tais povos tenham paulatinamente desaparecido nas lutas contra portugueses e espanhóis ou na miscigenação com estes, sua herança pode ser observada nos nomes dados aos acidentes geográficos (como o próprio arroio Chuí) e também em alguns atributos do *gaúcho*: a garra do povo gaúcho, herdada dos *Charruas*, as boleadeiras, e até mesmo o *vento minuano*<sup>40</sup>.

Considera-se como primeiro registro da presença européia na região a expedição comandada por Juan Díaz de Solís, a serviço da Coroa espanhola, que teria avistado a costa

---

<sup>38</sup> A Coroa Espanhola ocupou parte do oriente asiático: as Molucas e as Filipinas, localizadas na zona concedida a Portugal, enquanto este, por sua vez, alargou a extensão sob sua jurisdição nas Américas. Vale lembrar também que nessa época toda a região do Caribe e as costas atlânticas do continente já estavam bastante exploradas, e que quatro anos antes, em 1520, Fernão de Magalhães já havia chegado à extremidade mais meridional da América do Sul.

<sup>39</sup> Há na região sítios arqueológicos chamados Cerritos – cemitérios semelhantes aos sambaquis, onde os arqueólogos encontraram arranjos funerários, ossadas e peças, datados do ano 500 a.C., que indicam que estes indígenas eram caçadores e coletores e viviam entre o banhado, a Lagoa Mirim e a costa oceânica.

<sup>40</sup> O termo *garra charrua* é um referente de coragem e façanha, sendo considerado como parte da identidade cultural local e, de uma forma mais abrangente, da identidade uruguaia. Já os outros termos são assim definidos: Boleadeiras: “artefato composto por esferas (de pedra, marfim ou ferro), forradas por couro espesso (*retovo*) e unidas por três tiras de couro (*sogas*) presas entre si por uma das pontas, usada pelos campeiros para envencilhar animais ou mesmo como arma”. (HOUAISS e VILLAR, 2001, p.481, grifos do autor); Minuano: “vento forte, frio e cortante que sopra no Rio Grande do Sul, depois das chuvas de inverno” (id., p.1928).

oceânica próxima ao Chuí em 1516<sup>41</sup>. Porém, foi o naufrágio de Martim Afonso de Souza, por volta de 1531, que marcou a história da região, dado que muitos historiadores aceitaram como local do acontecimento a foz do arroio (que por isso levou, por muito tempo, o nome do explorador).

FOTO 1 – Arroio Chuí



(Autora: Ana Rosa Domingues dos Santos)

Pouco depois desse período, no ano de 1580, faleceu o último membro da família real portuguesa sem deixar herdeiros, e o Rei Felipe II da Espanha assumiu o trono vacante através de suas forças militares. O período de União das Coroas Ibéricas foi de grande importância, pois as fronteiras entre os Impérios Português e Espanhol deixaram de existir, uma vez que “sob domínio castelhano de 1580 a 1640, não havia que distinguir senão

---

<sup>41</sup> Há historiadores que sustentam que a frota comandada por Américo Vespúcio passou próximo à desembocadura do arroio Chuí, já em 1502, assim como navegadores portugueses teriam estado por ali em fins de 1511.

nominalmente o que era português ou espanhol e foi justamente nesse período que começou a ocupação do interior” (RIBEIRO, 1930, p.11).

Felipe II e seus sucessores governaram Portugal até 1640, e ainda que tenham buscado preservar sua autonomia, administravam em meio a uma crescente insatisfação: as guerras nas quais a Espanha se envolvia estavam interrompendo o comércio português, e taxas e impostos eram cobrados de Portugal para financiá-las. Um movimento nacionalista português surgiu em 1640 contra o domínio da Espanha, comandado pelo Duque de Bragança, em aliança com a Inglaterra. As forças armadas espanholas foram forçadas a sair de Portugal e o duque foi coroado Rei João IV.

### **3.1.2 As disputas sobre a Banda Oriental do Rio Uruguai**

Durante os séculos XVII e XVIII, a área que conforma o atual estado do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai tinha uma importância estratégica para a Coroa Portuguesa - era uma zona fronteira de permanente disputa com a Espanha, e por isso, houve a preocupação de ali assegurar sua presença. O Rio da Prata, com sua rede considerável de afluentes, é uma importante porta de entrada do sul do continente.

Além da localização, outros fatores que revelam a importância estratégica da região são a concentração de índios “civilizados” (aldeados nas missões jesuíticas próximo aos rios Paraná e Paraguai), que os bandeirantes paulistas apreendiam para trabalharem como escravos; e a introdução na área platina do gado bovino – ainda no início do século XVII – mudando assim o perfil econômico da região (bem como os hábitos culturais, como a gastronomia e hábitos populares, como as gineteadas).

Em 1680, quando a ocupação portuguesa se estendia no Brasil somente até Laguna<sup>42</sup>, em Santa Catarina, foi feita a ousada tentativa de ocupar a região platina: a Colônia do Santíssimo Sacramento, uma fortificação militar instalada à esquerda do estuário do Rio da Prata, quase em frente a Buenos Aires. Segundo Soares (1972, p.307),

---

<sup>42</sup> É importante destacar que Laguna era o ponto mais ao sul pelo qual passava a linha do Tratado de Tordesilhas, ou seja, era também o limite oeste do império português nas Américas.

Colônia do Sacramento gera uma quantidade de conflitos entre Portugueses e Espanhóis em dois planos, - o militar e o diplomático. A cada derrota militar, corresponde uma vitória diplomática dos Portugueses[...] Isolada naquelas paragens entre o estuário platino e a campina selvática, mas alimentada por um contrabando gigantesco, Colônia do Sacramento cresce, espanta os espanhóis e ameaça Buenos Aires com a potência de suas 140 peças de bronze e ferro, dos seus 1000 soldados e dos seus 2.600 habitantes.

Narancio (1992, pp.40-1, tradução nossa) também destaca esta questão:

Deve-se observar a importância do tráfico de contrabando que foi realizado pela fronteira norte da Banda [oriental] pelos portugueses, que introduziam tabaco, aguardente, escravos, tecidos e manufaturas que vinham da Inglaterra e levavam prata, gado, couros, chifres, sebo, pêlos, línguas, peles de jaguar e lã de alpaca. Desde a fundação da Colônia, o enclave lusitano foi um centro de grande atividade do comércio ilícito e verdadeira sucursal de mercadores ingleses, que simulavam entrar seus artigos como abastecimento da cidade e na realidade era para levá-los para Buenos Aires”<sup>43</sup>.

Em contrapartida, a Coroa Espanhola tinha intenções de fundar outra povoação no estuário platino, na zona de Montevideú. Em 1718, uma carta cifrada foi enviada ao brigadeiro Bruno Maurício de Zabala, contendo instruções para o estabelecimento do povoado. Contudo, com informações conseguidas pelo serviço de espionagem lusitana, Dom João V antecipa-se aos espanhóis, colocando mais uma base portuguesa no Prata. “A presença dos portugueses nesse ponto do litoral [...] alarmou as autoridades de Buenos Aires, que resolveram jogar uma cartada decisiva: [...] a expedição de Bruno Maurício de Zabala com ordens de desalojar os ocupantes por quaisquer meios, pacíficos ou bélicos” (id., p.309). Somente em 1726 Maurício de Zabala fundaria oficialmente Montevideú.

Já na região do Chuí, por volta do ano de 1733 foi erguido pelo Alferes Esteban de Castilho – comandante das forças espanholas – nas proximidades do Passo do Arroio São Miguel um fortim de madeira, construído num ponto estratégico com visão ampla sobre a

---

<sup>43</sup> “Debe observarse la importancia del trafico de contrabando que se realizó por la frontera norte de la Banda por los portugueses, que introducían tabaco, aguardiente, esclavos, telas y manufacturas que venían de Inglaterra y se llevaban plata, ganados, cueros, astas, sebo, cerdas, lenguas, pieles de jaguar y lana de vicuña. Desde la fundación de la Colonia el enclave lusitano fue un centro de gran actividad del comercio ilícito y verdadera sucursal de mercaderes ingleses, que simulaban entrar sus artículos como abastecimiento de la ciudad y en realidad era para llevarlos luego a Buenos Aires.”

Lagoa Mirim e a planície dos pampas (vide foto 2), mas abandonado poucos anos depois, sendo um dos poucos fatos historicamente documentados do período<sup>44</sup>.

FOTO 2 – Visão estratégica da região a partir de uma das torres do Forte,



(Autora: Ana Rosa Domingues dos Santos)

Em 1737 a região presencia dois fatos importantes: o estabelecimento de uma guarda avançada de doze homens, sob comando de Cristóvão Pereira de Abreu, através de ordens de José da Silva Paes, no ‘lugar onde chamaram Chuy’, e a fundação do presídio e do forte de Jesus-Maria-José, no canal que liga a Lagoa dos Patos à Lagoa Mirim. Esta construção militar daria origem à primeira povoação do estado do Rio Grande do Sul, e um dos principais portos do país: a cidade de Rio Grande.

---

<sup>44</sup> Até essa data, há poucos registros históricos da presença efetiva de gente nessa faixa de litorânea.

Após a fundação desta vila, o mesmo “Silva Paes, seguindo as instruções de Gomes Freire, [...] seguiria logo em seguida para o Sul com um piquete de dragões e uma embarcação via lacustre até os lugares do Chuy e São Miguel, a fim de conhecer sua conformação topográfica como caminho a conduzir à Colônia do Sacramento” (CHUÍ, s./d., p.3)<sup>45</sup>, buscando um caminho terrestre, já que a fundação de Montevideu impedia a via de acesso marítima.

Com a fundação de várias localidades no século XVIII como Montevideu, Maldonado, San Carlos, Rio Grande e Pelotas, e com a fixação do gaúcho no campo, devido aos tropeiros e charqueadas, marca-se o período da conquista e colonização, e também do extermínio indígena na região. Assim nasceram as estâncias, as estações de pouso, as moradas, a ocupação dos campos despovoados, mudando o perfil social da área (que, por nem sempre contar uma defesa militar regular, era anteriormente ocupada em maior parte por índios guerreiros, gaudérios<sup>46</sup>, desertores ou bandoleiros, e servia muitas vezes como esconderijo). Surgiriam as figuras do estancieiro (cujo assentamento também tinha um viés político, de ocupação da terra), tropeiro, *changador* (carregador), coureador, saladeirista (charqueador) e do *faenero* (abatedor).

Em meados desse mesmo século ocorre a assinatura do Tratado de Madri de 1750, que deu aos portugueses as Missões Jesuíticas orientais e parte do território da Banda Oriental até Maldonado (levando a fronteira sul até a região de Castilhos Grandes), em troca da Colônia de Sacramento. A cessão produziu resistência ao cumprimento do tratado e a chamada Guerra Guaranítica<sup>47</sup>.

Por ocasião do tratado de Madrid, já havia um Piquete do Regimento de Dragões, no Chuí, e começava a surgir de forma acanhada uma povoação, com a construção de ranchos e casas isoladas (CHUÍ, s./d., p.3). Por parte da Coroa Espanhola, guardas militares foram criadas em 1751 - por ordem do governador de Montevideu - em pontos estratégicos

---

<sup>45</sup> O Brigadeiro Silva Paes também ergueu o primeiro forte de pedra da região, onde existira antes o Fortim de São Miguel, construído em madeira, localizado na cidade de 18 de Julio, Uruguai.

<sup>46</sup> Indivíduo errante, sem abrigo ou pouso certo, que trabalhava nas fazendas, porém sem ocupação fixa.

<sup>47</sup> Violento conflito entre índios guaranis e as tropas espanholas e luso-brasileiras no sul do Brasil. Os indígenas dos Sete Povos das Missões (sete missões jesuíticas instaladas nas margens oeste do rio Uruguai) recusaram-se a deixar suas terras – agora consideradas território português – e a transferir-se para o outro lado do rio – território espanhol -, conforme tinha sido acertado no Tratado de Madri.

para dominar a comarca. Em ambos casos e em ambas margens do arroio, os postos militares tinham importante papel na organização territorial e na proteção da população civil e das fazendas. As guardas funcionavam ainda como local para pouso, troca de cavalos e enfermarias; além de alertar Maldonado, Montevidéu e Buenos Aires – por via terrestre – sobre a presença de navios; prestar serviços postais; reprimir delitos como o contrabando e os roubos de gado; etc. Os postos militares protegiam os súditos de cada Coroa, muitas vezes dando abrigo a criminosos e desertores tidos como inimigos do outro lado da fronteira.

O Tratado de Madri é de extrema importância para entender a formação dos limites meridionais brasileiros, pois finalmente abandonava a linha de Tordesilhas e constituía a fronteira com base em aspectos naturais e no princípio de *uti possidetis*<sup>48</sup>. Passando por oito modificações, o Tratado durou até 1761, quando um novo acordo foi feito para anulá-lo, consequência do clamor da opinião pública e do descontentamento mútuo em relação à troca das Missões por Colônia. Mais uma vez, rompem as hostilidades no sul da América do Sul “[...] sendo nomeado para governador de Buenos Aires Dom Pedro Ceballos<sup>49</sup> [...] para jurisdicionar no Prata e com os mais amplos poderes militares para reconquistar a Colônia e invadir, mais além, as terras do Continente de São Pedro” (AZAMBUJA, 1978, p.31).

No ano seguinte (1762), os portugueses começam a erguer a Fortaleza de Santa Teresa<sup>50</sup>, de grande resistência e orientada estrategicamente com fins de vigilância. Todavia foi tomada logo depois pelos espanhóis, que finalizaram a sua construção. Sob pretexto da Guerra do Pacto de Família, Cevallos impõe um cerco à Colônia, entregue, sem luta alguma, às forças espanholas. Começa assim uma campanha militar que levaria à tomada dos fortes de Santa Teresa e São Miguel – nas antigas fronteiras de Castilhos Grandes e Chuí – e dos territórios limítrofes: as planícies do Albardão e do Taim, e cujo ápice foi a invasão da Vila de Rio Grande de São Pedro.

---

<sup>48</sup> “Princípio do direito internacional que, em disputas envolvendo soberania territorial, reconhece a legalidade e a legitimidade do poder estatal que de fato exerce controle político e militar sobre a região em litígio.” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 2871). Ou seja, tem direito à terra quem a ocupa.

<sup>49</sup> Alguns nomes apresentados nesse trabalho possuem grafias distintas, como Ceballos – mais comumente escrito Cevallos, forma que será adotada em todo texto. Porém, as grafias de citações serão mantidas conforme o original.

<sup>50</sup> Localizada a aproximadamente 35 quilômetros da linha de fronteira.

Contudo, tal campanha teve que ser contida com o fim da guerra, quando é firmada a Paz de Paris (nome pelo qual ficou conhecida a Convenção para a suspensão das hostilidades e em relação às fronteiras na América). Neste mesmo ano, é assinada a devolução da Colônia do Sacramento e da Ilha de São Gabriel pelo comissionado espanhol para os portugueses.

FOTO 3 – Forte de São Miguel



(Autora: Ana Rosa Domingues dos Santos)

Desse contexto beligerante e político, cujo evento relevante foi invasão de Pedro de Ceballos do Rio Grande, em 1763, surgiria o tratado de Santo Ildefonso, de 1777, cessada a sublevação jesuítica, e sobrevivendo a paz na Europa, resultando a fronteira portuguesa do Brasil no Taim - recuando de Castilhos Grande, pelo Tratado de Madrid -, e a espanhola avançando até o Chuy, ficando área geográfica intermédia - a planície do Albardão e a bacia do arroio Chuy-, como Campos Neutrais, ou seja, terra sem soberania ou autoridade jurisdicional (AZAMBUJA, 2001, p.38).<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Fazem parte desse contexto o imperialismo marítimo francês e inglês, a Contra-Reforma religiosa e o desmoroamento dos estados ibéricos.



Os Campos Neutrais seriam uma área na qual não se poderiam instalar povoações por nenhuma das partes, nem edificações de qualquer natureza, e nem mesmo circular pessoas, se transformando, num certo sentido, em terras de ninguém. É importante destacar que o Chuí passava a ser uma fronteira da Banda Oriental do Uruguai, porém não do Brasil (devido à zona neutra). O estabelecimento dessa área que não obedecia à jurisdição de nenhuma das Coroas no século XVIII mostrou-se relevante para a constituição de uma identidade regional, como foi possível observar em diversos comentários da população local, como este: *“Esta parte do Brasil era o que se chama Campos Neutrais, então é um lugar ao qual veio muita gente, e a diversidade... O brasileiro que há aqui [é diferente]... Esta parte aqui escapou do Brasil português, da vocação imperialista do Brasil”*<sup>52</sup>.

Assim, no século XVIII toda a zona fronteira entre Brasil e Uruguai foi palco da expansão portuguesa e da resistência dos espanhóis a ela, contando ainda com a presença indígena, o que influenciou não somente os aspectos políticos e militares, mas também a sociedade da região, causando um verdadeiro ódio a Portugal e um grande apego à terra, fatos que se manifestarão mais tarde, no processo de independência do Uruguai.

Tal expansão, ainda que intensamente militar, é também intensamente colonizadora. “Cada posto militar transforma-se em crisálida de futura cidade. O desenvolvimento da obra de colonização adere às linhas da penetração militar” (SOARES, 1972, p.308). Ou seja, as cidades estavam ligadas ao projeto português de expansão, resultavam de acampamentos militares depois desmobilizados, quartéis, faróis e guardas, postos avançados das comissões demarcadoras de fronteira, mesas-de-renda (pontos de controles fiscal), etc. Por outro lado, a atividade econômica que sustentou esse processo – a pecuária, que não exigia muita mão-de-obra-, explica as baixas densidades demográficas da região e a forte concentração de serviços e comércio nas cidades desta fronteira até os dias de hoje. (SCHÄFFER, 1993, pp.18-20).

---

<sup>52</sup> Esta parte de Brasil era lo que se llama Campos Neutrales, entonces un lugar al cual vino hablar mucha gente, y la diversidad... Esto brasilero que hay acá... Esta parte de acá se escapó del Brasil português, de la vocación imperialista de Brasil...

O impasse em relação à área da Banda Oriental é resolvido somente em 1801, com a assinatura do Tratado de Badajoz, que restabelece a demarcação acertada em 1750. Os hispano-americanos mantêm o domínio da região platina, e os luso-brasileiros recuperam a totalidade do território atualmente ocupado pelo Rio Grande do Sul. As fronteiras entre os impérios português e espanhol já tinham, nesta época, feições bem semelhantes a atual fronteira do Brasil com os demais países sul-americanos.

### **3.1.3 Os movimentos de independência e a demarcação das fronteiras no século XIX**

Durante o período colonial, as sociedades latino-americanas apresentavam características comuns em termos de economia, cultura, estrutura social, etc., que permaneceriam presentes por um longo tempo após as independências e formação das novas entidades políticas. No plano econômico, a produção se baseava principalmente na agropecuária e mineração para exportação, com pouco desenvolvimento de manufaturas. No plano sócio-político, as sociedades eram marcadas por profundas diferenças raciais e sociais, e eram dirigidas (e controladas) por uma elite numericamente reduzida. Porém, esse controle também acabava sendo exercido pelos chamados caudilhos - especialmente no sul da América do Sul. Indivíduos que muitas vezes não estavam alinhados nem com as correntes conservadoras, nem com os liberais, os caudilhos geralmente eram de origem social distinta das famílias oligárquicas. Suas características principais eram o uso habitual da força e da violência (para alcançar e manter-se no poder), o culto à personalidade do líder e a criação de grupos de apoio que lhe tinham fidelidade pessoal (POZO, 2002, p.44).

A forte presença da herança ibérica e da Igreja Católica, juntamente com o patrimônio cultural indígena e negro, moldou a vida social e cultural na América Latina. Contudo, esta ainda era bastante influenciada pelos acontecimentos e pelas idéias vindas da Europa (sobretudo da França e Inglaterra), e dos Estados Unidos. Em fins do século XVIII chegavam à América do Sul as correntes de revolução. Problemas associados com o sistema econômico colonial, a falta de liberdade política e as guerras napoleônicas na Europa levaram às lutas pela independência por todo o continente.

Ao assumir o trono da França, Napoleão Bonaparte começou a invadir diversas nações européias, com bastante ênfase na península ibérica. Enquanto a família real portuguesa transferiu-se imediatamente para o Brasil como forma de evitar o conflito e a submissão ao imperador francês, o soberano espanhol e seu filho abdicaram do trono. Em 1808, Napoleão depôs o rei Fernando VII, o que resultou numa guerra civil na Espanha.

A resistência espanhola, em virtude de invasão napoleônica no ano de 1807, que se deu por iniciativa popular, tomou forma através da criação de Juntas locais que governariam até que o rei voltasse ao poder. Ainda em 1808 foi instalada uma Junta Suprema, que coordenava as demais e à qual estas se reportavam. Tal Junta era reconhecida pelo governo britânico e foi obedecida em todas as colônias espanholas, demonstrando que a abdicação não trouxe uma crise institucional nas colônias nas Américas, ao passo que tampouco tinha a legitimidade de uma sucessão dinástica normal. Essa legitimidade supunha um *reconhecimento*, redefinindo a relação entre o governo metropolitano e a administração colonial (DONGHI, 1985, p.115-6).

As notícias do que estava ocorrendo na Espanha chegaram à região do Rio da Prata num momento de agitação política e enfrentamento de interesses distintos. Se, por um lado, havia uma parcela da população a quem interessava a manutenção do *status quo*; existia uma grande insatisfação com o governo espanhol, principalmente em relação a tributos e proibições comerciais.

Inicia-se assim uma disputa pela sucessão de um poder que se acreditava extinto (a monarquia espanhola), com guerras civis paralelas e ocasionalmente entrelaçadas, antes do inesperado retorno do poder metropolitano, restaurado em 1814 (op.cit., p.123). Dentre todas as capitais da América Espanhola, Buenos Aires será a única onde o antigo regime não será restaurado, pois somente esta concentrava um poder militar significativo (que, ademais, era favorável a causa revolucionária).

Esta situação específica pode ser atribuída à conjuntura de acontecimentos locais, desde 1806. Neste ano e no seguinte, os ingleses tentaram, não logrando êxito, invadir e tomar Buenos Aires e Montevideú, obrigando o Cabildo (governo local) e o Vice-Reino a organizar sua defesa. Não sendo o exército suficiente, milícias urbanas foram estruturadas de maneira semelhante à organização e disciplina do exército regular. Assim, as invasões inglesas deixaram como herança essa nova milícia urbana, e alguns comandantes como

Liniers, oficial da Marinha que reconquistou a cidade em 1806 e que mais tarde tornou-se vice-rei interino, e Martín de Alzaga, grande comerciante e governador de Buenos Aires em 1807 (DONGHI, 1985, p.118). Em 1808, a invasão napoleônica da Espanha deixou o Vice-Rei Liniers vulnerável, acusado de traição por sua ascendência francesa. São acusações invocadas para a instalação de uma junta dissidente, similar às juntas espanholas, em Montevideú, buscando forçar a demissão do Vice-Rei.

Os ecos da dissidência logo chegaram a Buenos Aires: em 1º de janeiro de 1809, houve um levante liderado por Martín de Alzaga. Com as mesmas reivindicações da Junta de Montevideú, Liniers foi deposto e formou-se uma efêmera junta. Porém, as milícias urbanas criadas pelo próprio Vice-Rei reverteram a situação, e Alzaga e os outros responsáveis foram deportados para a Patagônia. Os regimentos crioulos<sup>53</sup> dominam Buenos Aires, e custeá-los se transforma no principal dever – e mais oneroso também – da administração do Vice-Reino.

As diferenças entre a Junta e Liniers foi resolvida através da nomeação de Baltasar Hidalgo de Cisneros como Vice-Rei, em 1809. A Junta de Montevideú se dissolvia espontaneamente, porém o conflito contribuiu para acentuar a rivalidade entre ambas cidades do Prata (NARANCIO, 1992, p.61).

Nesta época, o sul do Rio Grande do Sul era caracterizado pelos grandes espaços vazios que separavam as povoações – pequenos núcleos urbanos que contavam geralmente com a administração local (Câmara dos Vereadores), uma igreja, um pequeno comércio de abastecimento e casas dos estancieiros (fazendeiros) ao redor de uma praça ou rua principal, seguido de habitações mais simples; assim como elementos (militares) relacionados à posse/defesa territorial dos governos.

Em 1810, a região do Rio da Prata passaria por mais uma fase de instabilidade política, iniciada pela perda da Andaluzia, sede da Junta Suprema espanhola. No dia 25 de maio uma multidão se reuniu na Plaza Mayor, pedindo ao Cabildo de Buenos Aires a designação de uma nova Junta, presidida por Saavedra – chefe do primeiro regimento crioulo – e formada pelos partidários da ruptura com o governo espanhol. A revolução triunfa facilmente, apoiada num poder militar organizado, por manter os vínculos com a

sociedade urbana de onde surgiu. Menos fácil seria administrar todo o Vice-Reino a partir de Buenos Aires, principalmente a região da Banda Oriental: as forças navais espanholas impõem ao Cabildo de Montevideu uma oposição cerrada ao movimento portenho.

Contudo, mesmo na Banda Oriental o predomínio de Montevideu encontra crescente oposição entre aqueles que foram afetados pelo recrutamento e pelas novas contribuições destinadas a sustentar a causa da monarquia. O governo de Buenos Aires decide apoiar José Gervasio Artigas<sup>54</sup>, caudilho oriental, fugitivo de sua província e disposto a voltar para liderar um levante. Com o avanço de sua campanha, Francisco Javier Elío – governador de Montevideu – solicitou auxílio português, o que foi imediatamente concedido. Em 1811 as tropas lusitanas, sob comando de Dom Diogo de Souza, governador militar do Rio Grande do Sul, começaram uma ocupação sistemática da Banda Oriental.<sup>55</sup>

O desenlace, algo inesperado, foi um armistício entre Montevideu e Buenos Aires, que reconhecia ao primeiro o controle da Banda Oriental inteira e ainda a seção oriental de Entre Rios. Artigas [...] decidiu retirar suas forças para Entre Rios, [...] seguido por mais da metade da população da campanha oriental; o episódio fez dele o chefe dos orientais e lhe assegurou influência decisiva no desenvolvimento posterior do processo revolucionário nas terras baixas rioplatenses.<sup>56</sup> (NARANCIO, 1992, p.127, tradução nossa)

A trégua não foi suficiente para que as forças portuguesas saíssem da região. Pelo contrário, a retirada se deu somente por consequência de uma forte pressão diplomática por parte da Inglaterra. Assim, em 1813 – já sem os portugueses – os realistas foram sitiados em Montevideu, por uma aliança entre as forças portenhas e artiguistas<sup>57</sup>. Nesse mesmo ano,

---

<sup>53</sup> O termo “Crioulo” se refere aos filhos de espanhóis (ou outros europeus) nascidos na América, que constituíam as elites locais.

<sup>54</sup> O grande herói nacional uruguaio esteve na região da fronteira sul do Brasil, e utilizou a Fortaleza de Santa Teresa como centro de vigilância daquela fronteira.

<sup>55</sup> Nessa época teria surgido o povoado de 18 de Julio (também conhecido na região por São Miguel, devido a sua proximidade com o forte), por iniciativa de Dom Diogo de Souza.

<sup>56</sup> “El desenlace, algo inesperado, fue un armisticio entre Montevideo y Buenos Aires, que reconocía al primero el control de la Banda Oriental entera y aun la sección oriental de Entre Ríos. Artigas [...] decidió retirar sus fuerzas a Entre Ríos, [...] seguido por más de la mitad de la población de la campaña oriental; el episodio hizo de él el jefe de los orientales y le aseguró influencia decisiva en el posterior desarrollo del proceso revolucionario en las tierras bajas rioplatenses”.

<sup>57</sup> Tal aliança foi muitas vezes interrompida por episódios de ruptura aberta, e, portanto, era mais uma coalizão de forças, bastante instável.

foi realizada uma Assembléia de representantes das cidades da área dominada pelos revolucionários, para dar forma constitucional a esse Estado. Tratava-se de uma Assembléia legislativa e constituinte, que introduzia reformas audazes: em relação à escravidão, à Inquisição, além de criação de símbolos nacionais e moedas próprios; mas que se detêm antes de declarar a Independência, pois a assembléia decide por não enfrentar a metrópole.

No ano seguinte, 1814, os revolucionários, comandados por Alvear (Oficial do exército real espanhol), tomam Montevideú, enquanto no interior o caudilho Artigas expandia sua influência e dominava de fato a região da Campanha. Porém logo após sua vitória em Montevideú, Alvear não pode assumir seu cargo de General-chefe do exército do Norte, e Montevideú, duramente conquistada, será entregue a Artigas. Nesse ano também são formalizados os primeiros atos de jurisdição sobre os Campos Neutrais, com a distribuição de sesmarias que Diogo de Souza promoveu a seus capitães e oficiais.

Alvear é derrotado em abril de 1815, precisamente ante o choque das forças dos chamados Povos Livres, as províncias autônomas do Litoral e da Banda Oriental, que tinham Artigas como protetor. E, mesmo com instabilidades, o movimento rio-platense acaba sendo o último na América do Sul que ainda tentava resistir ao domínio da Coroa espanhola. A dissidência na Banda Oriental mostrou-se um modelo alternativo de poder revolucionário, capaz de atrair adesões de todas as províncias; bem como uma resposta à pretensão de Buenos Aires de manter sobre elas uma supremacia.

Tal conjuntura levou a administração de Buenos Aires a usar uma estratégia pouco honrosa, porém eficaz para conter o poder de Artigas e as forças revolucionárias da Banda Oriental<sup>58</sup>: a renúncia da defesa da presença espanhola nessa área, outorgando ao monarca português carta branca sobre o território. Assim, começa em 1816 a conquista sistemática da Província Oriental pelo exército português.

Entre o fim da luta contra os realistas, a retirada das forças portenhas e a invasão lusitana, a paz dura menos de um ano. Tempo suficiente para que Artigas esboce as linhas da ordem que pretendia instaurar com o retorno da paz: a organização da Banda Oriental e

---

<sup>58</sup> Note-se que em 1811 o Paraguai já havia proclamado sua independência, e em 1816, a atual Argentina se declara independente da Espanha, renomeando a área do Vice-Reino do Rio da Prata para Províncias Unidas do Rio da Prata, com funcionamento similar às 13 colônias dos Estados Unidos da América.

seu retorno para uma economia produtiva, aumento de exportações e distribuição das terras, dentre outras (DONGHI, 1985, p.159).

Assim, em 1816 se iniciava a dominação portuguesa na Banda Oriental (que perduraria até 1824, prolongando-se como dominação brasileira até 1828). Mas a renúncia espanhola não foi o único fator que propiciou esse domínio luso-brasileiro, pois houve uma desarticulação do exército oriental e seus principais chefes<sup>59</sup>.

Em 1819, a maioria da elite montevideana já aceitava resignadamente a idéia do domínio português, e no ano seguinte caía o último bastião de resistência da Banda Oriental: o mais bem-sucedido dos chefes militares artiguistas, Fructuoso Rivera, se incorporava ao exército português. Neste mesmo ano é assinada a Convenção de Montevidéu, que definia a cessão e demarcação dos territórios na fronteira entre o Reino do Brasil e a Província Oriental do Rio da Prata. “A linha de fronteira começava a Sudeste da fortaleza de Santa Tereza e chegava ao rio Arapeí” (SOARES, 1972, pp.45-6).

No dia 31 de julho de 1821, foi assinado um tratado entre o Congresso de Representantes do povo uruguaio e Carlos Frederico Lecor, representante de Dom João VI, incorporando a região de Montevidéu ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob o nome de Província Cisplatina (Tratado de Incorporação). Além de delimitar uma nova fronteira (ainda que mantivesse em grande parte a mesma linha demarcatória de 1819), determinava um status distinto do território cisplatino em relação aos demais do Reino Unido.

A situação da região logo se transformaria, pela conjuntura de acontecimentos na Europa e no Brasil. Um levante na cidade do Porto, em Portugal, teve por conseqüência a volta de Dom João VI e sua corte a Lisboa, em 1821. No ano seguinte, o Rei convocou as Cortes Constituintes, que resultou numa Constituição que fazia o Brasil retornar a sua situação colonial. Contrariando o desejo de seu pai, no dia 7 de setembro do ano de 1822 Dom Pedro I proclama a Independência do Brasil e se declara imperador, o que obviamente repercutiu de forma muito intensa na região da bacia do Rio da Prata, dividindo a lealdade das forças que ocupavam Montevidéu.

---

<sup>59</sup>Juan Antonio Lavalleja foi capturado e exilado em 1818, Manuel Oribe partiu para Buenos Aires e Artigas – ao perder seus chefes e ser derrotado na batalha de Taquarembó – marchara para o litoral.

O Cabildo de Montevideu buscou aproveitar a crise da Independência do Brasil para escapar da órbita lusitana. Em 1824, um grupo de emigrados orientais empreendeu a libertação de sua terra, num movimento conhecido como “Cruzada de los 33”, que buscava a reincorporação das terras orientais às Províncias Unidas do Rio da Prata. Dado que a incorporação de 1821 tinha sido decretada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, entidade que desde a independência brasileira não existia mais, os orientais não reconheciam a autoridade do Imperador do Brasil.

A Cruzada limou algumas asperezas entre os caudilhos, que lutaram com o mesmo objetivo: a independência Oriental. “Em 19 de abril de 1825, os trinta e três uruguaios, chefiados por Lavalleja, desembarcam na margem esquerda do rio Uruguai, no lugar chamado Agraciada, para iniciarem a luta pela liberdade do seu povo contra o Império do Brasil” (SOARES, 1972, p.55). Em agosto, houve um levante do povo uruaio contra as autoridades brasileiras, culminando na Assembléia de Florida, que declarou anulados quaisquer atos de incorporação e reconhecimento assinados. No dia 25 de outubro, o Congresso de Buenos Aires declarou a Banda Oriental do Uruguai como parte integrante da República das Províncias Unidas do Rio da Prata, com o nome de Província Oriental.

Começava, assim, uma grande disputa entre o Império do Brasil e Buenos Aires pelo território da Banda Oriental, a chamada Guerra Cisplatina<sup>60</sup>. “La guerra llegó en 1825, y con ella el bloqueo brasileño del Río de la Plata, que no pudo ser levantado pese a los inesperados éxitos de una flotilla improvisada y comandada para las Provincias Unidas por el almirante Brown.” (DONGHI, 1985, p. 281) Por cerca de três anos, o bloqueio impediu o comércio de Buenos Aires com o exterior.

Porém, em terra, os resultados das batalhas foram mais favoráveis à causa argentina, ainda que não se pudesse dizer que um dos lados era vencedor. A guerra durou até 1828, quando, através da mediação inglesa, ambas as partes envolvidas no conflito criam um estado-tampão independente: o Uruguai. A primeira tentativa de um acordo para a paz se deu no ano anterior, mas é somente em 1828, através do Tratado para a Paz, que a situação na região é regularizada. Este tratado previa que ambas as partes – isto é, o imperador do Brasil e o governo das Províncias Unidas – declarassem a Independência da província de



Montevideu, reconhecendo a autodeterminação do novo Estado para moldar-se e estruturar-se como desejar. O tratado também regulamenta as fronteiras, baseadas na última demarcação praticada na época do governo espanhol – o Tratado de Santo Ildefonso.

Narancio (1992, p.315) sustenta que os partidários da independência uruguaia não consentiriam nunca em ser súditos do Império do Brasil, e tampouco se submeter a um governo portenho (e, portanto, haveria uma continuidade da guerra na região), o que contribuiu também para a criação do Estado uruguaio, posto que dava margem a um certo sentimento de identidade própria.

A primeira Carta Magna, jurada no dia 18 de julho de 1830, foi elaborada por uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Estado, que atuou de 1828 a 1830, e estabelecia um sistema presidencial, unitário e centralizado, Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) autônomos, a administração dos departamentos, e os deveres e direitos dos cidadãos.

A independência do Uruguai trouxe à tona mais uma vez a questão das fronteiras. Conforme aponta Soares (1972, p.315), a aspiração uruguaia era transformar o rio Piratinim em fronteira, e tornar as Missões e a área dos Campos Neutrais em territórios seus (tendo como base os limites do Tratado de Santo Ildefonso). Porém, para o governo brasileiro isso era inaceitável, uma vez que este reclamava os limites do acordo de 1821.

Apesar da independência, o governo argentino continuou intervindo no Uruguai, principalmente no que tange à política, em função do espaço aberto pelas disputas políticas entre os caudilhos e entre os partidos branco e colorado, que teve por consequência uma guerra entre os dois estados platinos: a chamada “Guerra Grande”. Segundo Soares (op.cit., pp. 319-20), esta guerra foi em última análise o resultado das manobras de Juan Manoel de Rosas, presidente da Argentina e um dos principais caudilhos rio-platenses. Manuel Oribe, Presidente do Uruguai, teria sido usado apenas como instrumento de Rosas, cujo plano era reconstituir a unidade política do vice-Reinado do Prata. A “Guerra Grande” durou de 1842 a 1851.

A longa intervenção argentina no Uruguai foi facilitada porque a presença militar brasileira na região estava debilitada em função do levante farroupilha na província do Rio

---

<sup>60</sup> Um dos conflitos ocorreu no Passo Real do Chuí, no 1º. dia do ano de 1826, quando Leonardo Olivera e

Grande do Sul, fronteira com o Uruguai. O movimento republicano e separatista durou os 10 anos compreendidos entre 1835 e 1845.

Por volta de 1844, ficava clara a necessidade de demarcação dos territórios das duas nações, especialmente em relação à Lagoa Mirim. Em 1847, a presença brasileira era forte na região, já que há registros de que os brasileiros residentes no Uruguai eram sistematicamente perseguidos e mortos, uma das principais moedas em circulação era o patacão (moeda brasileira), dentre outros fatores.

FOTO 4 – Delimitação de territórios na Lagoa Mirim (Marco principal n.o 3)



(Autora: Ana Rosa Domingues dos Santos)

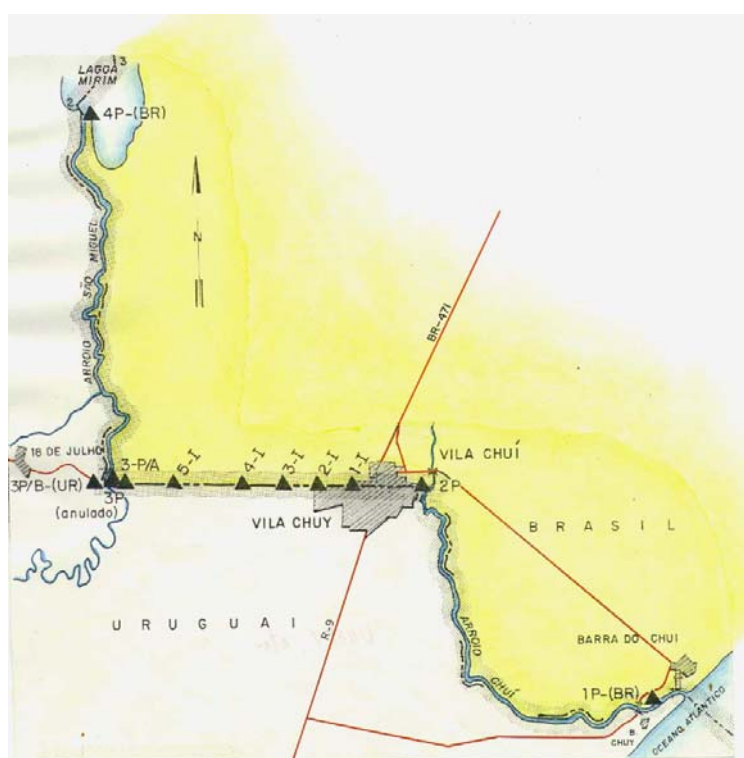
Com o fim da Guerra Grande foram firmados novos acordos em relação à fronteira entre as duas repúblicas: os Tratados de Fronteira de 1851 e 1852. O primeiro declarava nulos os vários tratados nos quais direitos territoriais foram reivindicados, especialmente a Convenção de Montevideu (1819) e o Tratado de Incorporação (1821), e cedia ao Brasil a área dos Campos Neutrais; enquanto o segundo modificava a fronteira para torná-la mais em

---

suas tropas surpreendem a guarda brasileira, cuja única defesa foi atirar cinco ou seis tiros e fugir.

acordo com o *uti possidetis*. É a partir desses tratados que o Chuí se torna verdadeiramente a fronteira entre Brasil e Uruguai. A fronteira conforme modificada foi garantida pela Federação Argentina em maio de 1852. Em novembro deste mesmo ano se encontram os comissários dos dois países – o Marechal Francisco José de Souza Soares de Andrea, brasileiro, e o Coronel José Maria Reyes, uruguaio – para determinar as fronteiras. Os comissários fiscalizaram a edificação de oito marcos, três principais e cinco menores, desenhando a linha entre o oceano e a Lagoa Mirim.

MAPA 2 – Marcos fronteirizos na área do Chuí



FONTE: Ministério de Relações Exteriores

(disponível em <<http://www2.mre.gov.br/daa/umap4.html>>)

Em dezembro de 1855, foi fundada pelo comendador Manuel Corrêa Mirapalhete uma povoação com o nome de Soares de Andrea, cuja padroeira era Santa Vitória, que daria origem ao município de Santa Vitória do Palmar. Três anos depois a povoação foi elevada à categoria de freguesia.

No ano de 1857 é assinado o Tratado para a Troca de Territórios, buscando regularizar a fronteira nas dependências da cidade de Sant'ana do Livramento, e a navegação da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão. <sup>61</sup>

FOTO 5 – Marco Principal no. 2



(Autora: Ana Rosa Domingues dos Santos)

A fronteira do Chuí adquiria importância crescente, chamando a atenção dos Estados nacionais para a região. Em meados de 1870 são instalados um Comissariado de Fronteira uruguaio, dependente de Maldonado, assim como as primeiras linhas telegráficas destinadas para a comunicação entre Montevidéu com os departamentos do interior uruguaio e com o Brasil, o serviço de correios, e um juizado de paz para registros de nascimentos, matrimônios, óbitos, legitimação e reconhecimento de filhos. Surge, pelos idos de 1876, o povoado do Chuy, Uruguai.

---

<sup>61</sup> Nessa época, na fronteira do Chuí e São Miguel, existiam 36 estâncias (num total de 342 léguas quadradas) pertencentes a brasileiros em território uruguaio.

“Resolvida, pois, a problemática dos limites, iniciam-se na linha da fronteira os primeiros estabelecimentos comerciais, de começo, no lado uruguaio, concomitante à instalação de uma aduana e sub-Receptoría, dependente de La Paloma, quando ainda o Chuy oriental pertencia à jurisdição do departamento de Maldonado”<sup>62</sup> (AZAMBUJA, 2001, p.44).

A aduana e sub-Receptoría foi construída em 1876 ou 1879 (os registros da época são imprecisos). Não por acaso, nessa época havia uma grande preocupação por parte do governo uruguaio de povoar as áreas de fronteira para contenção do domínio imperial brasileiro. Francisco Bauzá, importante político e intelectual uruguaio, escreve em 1876 o texto *Colonización industrial. Ensayo sobre un sistema para la República Oriental del Uruguay* (apud: ODDONE, 1966, p.76, tradução nossa), onde aponta a necessidade política, econômica e social à ocupação da fronteira, pois

A política nos ensina que uma nação cujas fronteiras carecem de população viril que as defenda, é uma nação perdida no momento de um conflito mais sério com o estrangeiro. A ciência econômica nos adverte que cada homem de trabalho, colocado em uma situação vantajosa, é um produtor ativo, que leva o contingente de seus esforços à comunidade em cujo seio reside.<sup>63</sup>

O mesmo autor prossegue dizendo que nos territórios fronteiriços povoados por brasileiros não há

[...] a ativa correspondência do idioma e dos costumes que tão poderosamente influem para estreitar os vínculos sociais, nem o respeito da autoridade, pois os moradores daquelas comarcas dirimem seus conflitos mediante as autoridades vizinhas, fazem pactos para a compra de escravos mediante essas mesmas autoridades transportando-os com o beneplácito delas ao nosso território, apesar

---

<sup>62</sup> Somente em 1880 o departamento de Maldonado seria desmembrado, com a criação do departamento de Rocha.

<sup>63</sup> “La política nos enseña que una nación cuyas fronteras carecen de población viril que las defienda, es una nación perdida en el momento de un conflicto más serio con el extranjero [sic]. La ciencia económica nos previene que cada hombre de trabajo, colocado en una situación ventajosa, es un productor activo, que lleva el contingente de sus esfuerzos a la comunidad en cuyo seno reside.”

de opor-se a semelhante tráfico nossas leis, e batizando aos seus filhos que nascem em nosso país, ante as autoridades eclesiásticas do Império que os declaram brasileiros. (id., pp.76-7, tradução nossa)<sup>64</sup>

Assim, como se pode observar, já há nessa época uma preocupação com a questão da formação da nação e da identidade nacional, bem como conflitos em relação a diferenças de legislação e de definição de soberanias<sup>65</sup>.

Em função do comércio e do contrabando, instalam-se também, do lado brasileiro, um incipiente comércio de importação e exportação (cujos produtos principais eram alimentos e tecidos) e residências ao longo da linha divisória, assim como um posto alfandegário (uma construção rústica de madeira, que respondia à Mesa de Rendas Federais de Santa Vitória do Palmar).

A povoação brasileira era quase totalmente dependente do seu homônimo uruguaio, absorvendo “[...] usos e costumes de seus habitantes, com profundos reflexos na idiomática, no folclore e nas artes tradicionais da música, do canto e da dança, expressos nos *bailecitos*, *pericons* e *milongas* campesinas” (AZAMBUJA, 1978, p.150), influência que pode ser observada na região até os dias de hoje. Tal situação foi facilitada também pela situação geográfica do extremo sul do Brasil, que dificultava bastante a ligação entre a área e o resto do país, por seu isolamento entre o oceano e a Lagoa Mirim.

Assim, só existiam três possibilidades de comunicação: a via lacustre, que dependia da direção dos ventos e utilizava toda a margem leste da Lagoa Mirim, em embarcações que transportavam passageiros e mercadorias entre a povoação de Andrea e as cidades de Jaguarão, Pelotas e Rio Grande; a perigosa travessia da costa atlântica; e a passagem terrestre pelo istmo do Chuí. Sendo as cidades de Rocha, Castilhos, Lascano e Treinta y Três muito mais próximas do que as brasileiras, grande parte dos elementos de subsistência e assistência social eram buscados no Uruguai.

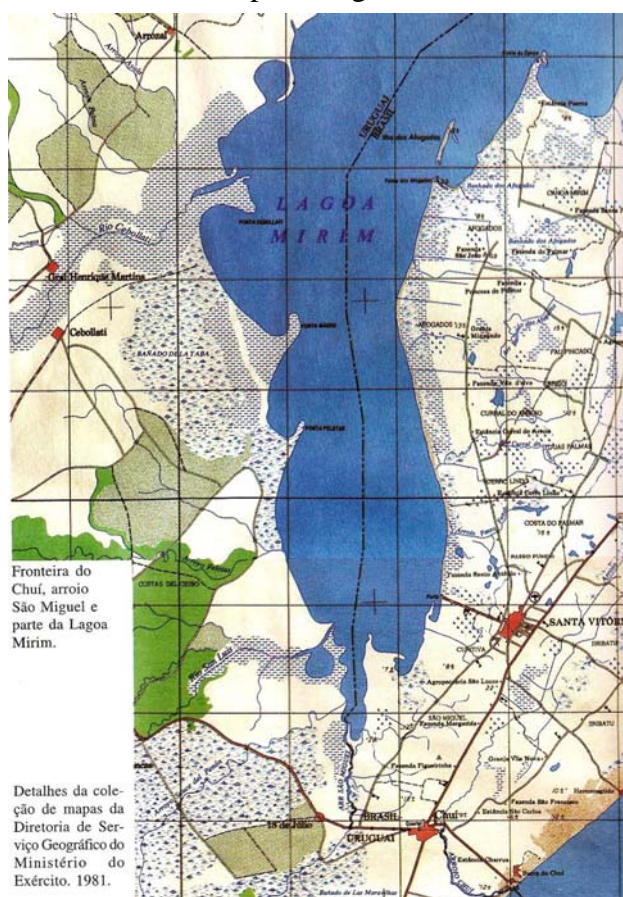
---

<sup>64</sup> “[...] la activa correspondencia del idioma y de las costumbres que tan poderosamente influyen á estrechar los vínculos sociales, ni el respeto de la autoridad, pues los pobladores de aquellas comarcas dirimen sus querellas ante las autoridades vecinas, pactan la compra de esclavos ante esas mismas autoridades transportándoles con el beneplácito de ellas á nuestro territorio, á pesar de oponerse á semejante tráfico nuestras leyes, y bautizando á los hijos que les nacen en nuestro país, ante las autoridades eclesiásticas del Imperio que los declaran brasileiros”

<sup>65</sup> A questão do tráfico ilícito de escravos para o território uruguaio é notória e recorrente na historiografia da região.

Já na segunda metade da década de 1880, segundo González (2003), havia um intercâmbio comercial relevante entre as localidades da região (por exemplo, entre Chuy e 18 de Julio), e entre os dois lados da fronteira (como atendimento médico, colaboração mesmo em cordões sanitários e perseguições de desertores e criminosos de um e outro lado da linha divisória). Nessa época começaram a chegar imigrantes italianos, que deram origem a famílias importantes na região.

MAPA 3 - Mapa da região do Chuí



O ano de 1888 é considerado por diversos autores como o início da cidade de Chuy (Uruguai), por ser a data em que o pequeno núcleo povoado é reconhecido como vizinhança nucleada (*vecindario nucleado*) pelas autoridades departamentais daquele país. A comissão vicinal, constituída por pessoas nomeadas entre os habitantes da região, era a primeira autoridade de nível local a ser organizada. Apesar de já ser um núcleo relativamente

povoado, as únicas atrações de então eram os passeios ao arroio (hábito que continua até os dias de hoje), corridas de cavalo e eventualmente algum baile familiar.

Em 1890 é inaugurado o ramal telegráfico Santa Vitória do Palmar – Chuí<sup>66</sup> e a Santa Casa de Misericórdia de Santa Vitória, sendo também o ano em que se inicia um auge comercial (que duraria até aproximadamente 1920). Por conta disso, também aumentam os conflitos entre contrabandistas e funcionários das alfândegas, tornando o trabalho destes últimos perigoso, dado que muitos criminosos portavam armas de fogo.

O ano de 1895, no Chuy, foi marcado pela celebração do 70º. Aniversário da Declaração da Independência uruguaia, uma grande festa que contou com bandas, comidas diversas, procissões cívicas, jogos populares, fogos de artifício, discursos, apresentações militares, recitação de poesias, além de baile.

A fronteira adquiriu importância nos fins do século XIX, conforme demonstrado pela variedade de produtos importados e exportados, tais como: açúcar, arroz, café, farinha, mel, erva mate, gado, sal, vinho, batata, milho, feijão, laranja, telhas, escovas de palha, sabão, maquinário, calçados, pólvora, madeiras, querosene, tijolos, móveis, entre outros. Cabe lembrar que todos os produtos – exceto o gado – eram tributados.

Assim, desde essa época já se observava uma grande interação entre as comunidades de ambos lados da linha fronteira, com a existência de relações familiares estreitas, propriedades rurais transfronteiriças, integração comercial e redes de transporte que ligavam a região a centros urbanos importantes (principalmente Montevideú). Também eram comuns brasileiros morando no lado uruguaio e vice-versa, e a escola uruguaia era freqüentada por crianças de ambas nacionalidades, já que até o ano de 1927 não havia escolas brasileiras na região.

---

<sup>66</sup> Permitindo assim uma linha telegráfica marítima desde Buenos Aires até Rio Grande, com conexão na Barra do Chuí, e uma linha terrestre entre Montevideú e o Chuí. O telégrafo serviu ao governo republicano brasileiro na Revolução de 1893, pois “[...] era o único meio de comunicação, cortadas as outras vias, que tinha para entrar em contato com as nações do Prata” (AZAMBUJA, 1978, p.93). O mesmo ocorreu com o Uruguai por ocasião de suas guerras internas.



### 3.1.4 O século XX: ajustes na linha fronteiriça e integração regional

A partir 1857, houve um intervalo de mais de 50 anos sem que houvesse acordos e tratados sobre a fronteira, o que evidentemente não significa que durante este período a região estivesse livre de conflitos e instabilidade política, conforme visto anteriormente<sup>67</sup>.

Com a situação político-social mais estabilizada, foram estabelecidos diversos tratados, convenções, acordos e atas para modificar a fronteira, determinar o seu *status* legal, definir comitês e projetos de cooperação e desenvolvimento fronteiriços (principalmente a partir de meados da década de 80 do século XX), definir regras para vistos, extradições e permissão de residência, estudo e trabalho, estabelecer acordos de cooperação, comércio, infraestrutura e aproveitamento de recursos naturais, delimitar limites marítimos, dentre outros.

O primeiro tratado do século XX é de 1909, e pretendia mudar a fronteira ao longo da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, além de estabelecer os princípios para o comércio e navegação nesses locais. Este tratado mobilizou políticos, diplomatas, jornalistas, e intelectuais (como o escritor uruguaio Rodó). Um segundo acordo data de 1913. Trata-se de uma convenção para modificar a fronteira do Arroio São Miguel, transformando a demarcação estabelecida pelo Tratado de 1852 e revisões subsequentes.

Nesses princípios do século XX, Santa Vitória do Palmar já contava com serviços telefônicos (sendo a primeira linha telefônica datada de 1900), diversas escolas (o primeiro colégio elementar foi fundado em 1918), e passara a ser ponto de passagem de companhias teatrais da região do Prata para o centro do país. Já no Chuí, a primeira escola a ser instalada foi no lado uruguaio, em 1905<sup>68</sup> (seguida pela instalação do Liceu Piloto, em 1969, e de uma Escola Industrial). Em 1907 foi inaugurado o primeiro clube social do Chuy: a Sociedad Instrucción y Recreo; bem como foram instalados o primeiro telefone no Chuí e o primeiro

---

<sup>67</sup> Além dos conflitos citados, nesse período houve, por exemplo, a Guerra da Tríplice Aliança (que envolveu Argentina, Brasil e Uruguai, lutando contra o Paraguai), disputas territoriais com outros países da região, bem como conflitos internos como a Revolta da Armada - movimento que envolvia principalmente a Marinha, em todo o sul do Brasil -, e a Revolução de 23.

<sup>68</sup> Lá eram ensinados: Leitura, Escrita ao ditado, Aritmética, Geometria, Idéia do lugar, Corpo Humano, Caligrafia, Religião e Moral, Desenho, Canto, História Nacional e Constituição.

farol da Barra do Chuí (Brasil), que em fins da década de 20 já despontava como um importante balneário para veraneio.

No dia 23 de setembro de 1925, nas imediações do Chuí é contido violentamente um movimento revolucionário que visava tomar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Partindo de uma estratégia em que aquela região seria o principal suporte, a força revolucionária - articulada por Adalberto Correa - pretendia tomar a Lagoa Mirim, por onde receberia reforços para uma investida contra o porto de Rio Grande.

Por ocasião da celebração do centenário da Constituição uruguaia, em 1930, foi elaborada uma grande comemoração com desfiles, cantos e declamações, jogos, exibição de filmes ao ar livre (em plena noite de inverno, sendo o primeiro registro de projeção de filmes na região). Nessa época os jogos de futebol já se constituíam em uma atração e motivavam o deslocamento de times de localidades vizinhas. Também por volta de 1930 é realizada a restauração da Fortaleza de Santa Teresa e do Forte de São Miguel e a transformação de ambos em parques nacionais uruguaios.

Já em 1933 ambos países assinaram uma convenção<sup>69</sup> para determinar o *status* legal da fronteira, determinando as responsabilidades pela manutenção da fronteira em si e de estradas e ferrovias correndo paralelamente e cruzando a fronteira, para policiamento da fronteira e para o estabelecimento de um corredor internacional.

Este também foi o ano em que se fundaram os primeiros clubes de futebol, com os nomes dos grandes times uruguaios Peñarol e Nacional<sup>70</sup>. No ano seguinte se inicia a publicação do primeiro jornal local, “El Chuy”, com textos em espanhol e português, que duraria apenas até 1937.

Nesse período<sup>71</sup>, a localidade contava com mais de 1.500 habitantes, aproximadamente nove casas comerciais, uma fábrica de tabaco e outra de café, escola pública, Comissariado, Correios e Telégrafos, Aduanas e Polícia Sanitária, além de oficinas de distintos gêneros. Assim, o Chuy constituía-se em um núcleo com bastante infraestrutura

---

<sup>69</sup> Essa convenção passou por um ajuste complementar em 1997.

<sup>70</sup> Quase uma década depois, em 1942, é criada a Liga regional de Fútbol do Chuy. Vale lembrar que o futebol, por seu arraigo popular, por si só constitui um capítulo íntegro da história fronteiriça: por seus nomes, por suas anedotas, pelas glórias e pelos infortúnios. (GONZÁLEZ, 2003)

<sup>71</sup> Vale lembrar que nessa época, mais precisamente em 1935, foi assinado um convênio entre os governos brasileiro e argentino que seria o antecessor da Operação Condor, que veremos adiante.

urbana, o que levou a ser assinada, ainda em 1938, a lei que eleva o Chuy (Uruguai) à categoria de “*Pueblo*” (Povoado). No ano seguinte, foi instalada então a Junta Local do Chuy (governo local, subordinado ao conselho departamental de Rocha), cujas primeiras preocupações foram o tráfego de veículos brasileiros (especialmente em relação a infrações de trânsito), e os interesses comerciais dos cidadãos uruguaios. Nesse mesmo ano, 1939, o Chuí (Brasil) enfim é elevado à categoria de vila, por ato do governo do estado. Em tal ocasião, a povoação contava com cerca de 3.000 habitantes no lado brasileiro.

Os anos 40 se caracterizam pela melhoria da infra-estrutura urbana em ambos os lados da fronteira. No ano de 1941 é constituído o primeiro grupo escolar do Chuí brasileiro, que receberia o nome de marechal Soares de Andrea. No lado uruguaio, foi fundado o Club Social Chuy, que desde seu início tem sido um local para realização de reuniões, bailes, atos patrióticos, jogos de salão, e demais atividades educativas, artísticas e culturais. Os principais bailes se realizavam nas datas cívicas, aniversário de fundação, no dia 31 de dezembro, além dos bailes da primavera e de carnaval (muitos dos quais continuam sendo organizados). Na maioria das vezes eram contratadas orquestras de Rocha ou Castillos, exceto no Carnaval, quando eram chamados grupos brasileiros. Atualmente, são contratadas bandas da região ou de Montevideú.

Em 1944 são inaugurados um cemitério e a primeira ponte internacional sobre o arroio Chuí (feita de madeira de lei), em 1945 é realizado o traçado definitivo da Ruta 9, até Castillos. Por essa ocasião, já havia uma linha de ônibus diária entre Montevideú e o Chuy. Já o Chuí brasileiro desde a década de 30 possuía uma linha de ônibus que fazia a linha Chuí X Santa Vitória do Palmar, e mais tarde entre Chuí X Pelotas. A região adquirira importância no contexto regional: em 1942 a Varig iniciava suas atividades, com serviços aéreos regulares entre Santa Vitória do Palmar e outras cidades gaúchas.

Após a II Guerra Mundial (a partir de 1945), o Uruguai teve um período de grande prosperidade econômica, pois durante a guerra, o país tinha exportado uma grande quantidade de carne para a Inglaterra e outros países. Assim, a partir dos anos 50, com a prosperidade econômica e desenvolvimento cultural e social<sup>72</sup>, o Uruguai começou a ser

---

<sup>72</sup> A estabilidade política, a força da classe média e o baixo grau de analfabetismo, dentre outros fatores, contribuíram para a consolidação dessa imagem.

visto como a Suíça da América, fato que repercutiu e repercute até hoje no imaginário nacional uruguaio.

Em maio de 1946 é fundado o Clube Rotary do Chuy (que atualmente não existe mais), de muita importância para a localidade: trabalhou a favor da criação de instalações elétricas e telefônicas, conseguiu que o escritório dos Correios e o Juizado de Paz fossem trasladados de 18 de Julio para o Chuy, e buscou a instalação de uma sucursal do Banco de la República no Chuy (até então, a atividade bancária era realizada apenas às quartas-feiras, das 11h30 às 14h). Nos anos seguintes são inaugurados no Chuy a Usina e os serviços da UTE (agência uruguaia de energia elétrica), bem como da O.S.E. (órgão uruguaio de tratamento de água e esgoto), a sucursal do Banco de la República e a primeira policlínica da localidade (porém, vale lembrar que desde outubro de 1950 o Chuí brasileiro já contava com esse serviço). Nesse início da década de 50, também passaram a funcionar ali duas salas cinematográficas, uma em cada lado da fronteira, que encerraram suas atividades nos anos 80.

Já em 1954 é inaugurado o Liceo Regional do Chuy<sup>73</sup>, o Escritório de Migração (para controlar a circulação de viajantes de e para o Brasil), o Cine Club e a Capela católica de Nossa Senhora de Assunção, designada como paróquia em 1962. Nessa época, o Chuy uruguaio contava com aproximadamente 2.500 habitantes.

Na década de 60, conforme aponta o relatório que propunha que o Chuy fosse elevado à categoria de “*Villa*” (Vila) em 1961, a localidade já tinha uma *Receptoría de Aduana*, sucursal do Banco de la República, agência do Banco de Seguros del Estado, Telégrafo Nacional, sucursal dos Correios, Escritório de Impostos Diretos e Internos, Escritório da UTE, serviços telefônicos de longa distância, Juizado de Paz, Comissariado de Polícia, Creche e Escola Públicas, Serviços de Administração de Obras Sanitárias, Policlínica médica, posto de combustível, fábricas (de café, tabaco, maquinários, calçados e sorvetes), curtume, padarias, carpintarias, oficinas mecânicas, hotéis, armazéns, casas comerciais, cafés e bares, cinema, açougue, salões de beleza, farmácia, agências de transporte, táxis, sub-agência oficial de quinielas (loteria uruguaia), revistarias, dentre outros (GONZÁLEZ, 2003). Segundo o Censo nacional de população e habitações de 1963, a vila

contava com 2876 habitantes. Ainda em 1963 começa a funcionar o Consulado uruguaio no Chuí (Brasil), enquanto o Consulado brasileiro no Chuy (Uruguai) foi instalado em 1964. Vale lembrar que nesse ano é instaurada a ditadura no Brasil, e os municípios fronteiriços passavam a ter status de “território de segurança nacional”. Isso significou um aumento dos servidores federais, a re-instalação de um pelotão do exército com a finalidade de proteger a fronteira (o que não acontecia desde 1906), e a coibição de liberdades individuais e prática da cidadania.

É também o ano no qual têm início as obras da Rodovia Silva Pais (BR471), o que modifica as relações na fronteira, pois conforme nos informa um entrevistado, *“até o ano de 64 ou 65, a comunicação com todo o Brasil daqui desta parte era pela praia, esta era a rota. Então era o mais natural que, por exemplo, que toda gente que viva no município de Santa Vitória, tudo se voltava para o lado do Uruguai, a atenção médica tinham em Montevideú. Não se ia ao Brasil, porque era muito irregular o trajeto pela costa. A partir disso é que começou a se integrar esta parte sul ao resto do Brasil. Naquela época, as pessoas de Santa Vitória se vestiam como nós, porque as lojas eram aqui, do lado uruguaio”*<sup>74</sup>.

Nesta época, ainda, chegam os primeiros imigrantes como os palestinos, sírios, libaneses e japoneses que se instalam no lado brasileiro da fronteira. Enquanto os últimos trabalhavam principalmente no setor de hortifrutigranjeiros (e na sua maioria, não se instalou definitivamente na região), os árabes desenvolveram atividades comerciais (inicialmente, com pequenas lojas e postos de vendas, e mais tarde, grandes lojas e supermercados), mudando a fisionomia da localidade<sup>75</sup>. Já em 1965 é realizada a interconexão elétrica entre o Chuí brasileiro e o Chuy uruguaio, permitindo o abastecimento elétrico com a energia gerada pela usina uruguaia. Em 1967 é instalado o posto da Brigada

---

<sup>73</sup> Cuja bandeira tem um desenho de um marco divisório, “[...] que simboliza la unión de orientales y brasileños” (GONZÁLEZ, 2003).

<sup>74</sup> Hasta el año 64 o 65, la comunicación a todo Brasil acá de esta parte era por la playa, esta era la ruta. Entonces era lo más natural que, por ejemplo, toda la gente que vivía en el municipio de Santa Vitoria, todo volcabase al lado de Uruguay, la atención médica la tenían en Montevideo. No se iba a Brasil, porque era muy irregular el trayecto por la costa. A partir de eso es que se comenzó a integrar esta parte sur al resto de Brasil. En aquella época, la gente de Santa Vitoria se vestía igual a nosotros, porque las tiendas las tenían acá, del lado uruguayo.

<sup>75</sup> Para informações sobre a migração palestina para o Chuí, ver Jardim (2001; 2006).

Militar no lado brasileiro, assim como é formada a congregação de Testemunhas de Jeová no lado uruguaio.

Todavia, apesar da impressão de existir uma certa estabilidade fronteiriça, ainda havia alguns problemas durante a segunda metade do século XX.<sup>76</sup> Um deles dizia respeito à questão da fronteira lateral marítima, resolvida apenas em 1966 pelo Decreto-lei nº 44, o qual estabeleceu o arroio Chuí como balizador do extremo Sul das águas territoriais brasileiras e, ao mesmo tempo, que a sua embocadura caracteriza o início da fronteira terrestre com o Uruguai, sendo a margem esquerda pertencente ao Brasil, e a direita ao Uruguai. Porém, desde o século XIX os comissários demarcadores da fronteira apontavam que o arroio Chuí tinha um curso divagante e sua foz era bastante instável, com avanços de até quatro quilômetros. Como isso acarretava problemas em relação aos limites precisos da soberania de cada nação, definiu-se em 1971 a fixação da barra do arroio Chuí, através da construção de molhes artificiais, levada a cabo a partir de 1976. Os molhes têm uma extensão de 1.500 metros, com 7 metros de altura e são separados um do outro em 50 metros, tendo início na ponte internacional, próximo ao marco geral nº.1. Hoje os molhes são uma das principais atrações turísticas dos balneários de Barra do Chuí e Barra del Chuy, e o arroio, um importante local de recreação da população local (seja para esportes como natação, caiaque e pesca, ou para simples reunião de amigos ou familiares).

Pode-se atribuir esta preocupação maior com a fronteira e sua definição às doutrinas de segurança nacional que eram uma das mais importantes políticas da ditadura militar, instaurada em 1964 no Brasil. Um dos principais efeitos desse novo regime político nas áreas de fronteira foi a chamada Operação Condor, uma coordenação entre as ditaduras de diversos países (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai<sup>77</sup>) para reprimir seus opositores nos anos 70, com ações violentas. Ainda assim, essa cooperação entre os países é por vezes considerada como o início para a integração regional no Cone Sul.

---

<sup>76</sup> Ainda hoje há um enclave de 22 mil hectares no município de Santana do Livramento; e da Ilha Brasileira, município de Taquari, ambos referentes a antigas polêmicas. Embora o Uruguai já tenha pedido uma revisão do tratado de limites, o governo brasileiro não reconhece a legitimidade dos pleitos.

<sup>77</sup> A ditadura uruguaia começou em 1973, mas alguns autores localizam seu início em 1972, quando o país já passava por tensões sociais. Foi uma das mais curtas da América do Sul (durou até 1985), mas em contrapartida, uma das mais sangrentas.

A intervenção na vida fronteiriça pôde ser sentida principalmente em relação aos exílios e outras questões políticos: a fronteira não mais persistia como limite entre o risco e a segurança. Isto deve ter sido sentido com bastante força, ainda que não tenhamos encontrado registros sobre o assunto, na região do Chuí, dado que o Uruguai era tradicionalmente a primeira alternativa para os exilados brasileiros há muito tempo. Além da facilidade de cruzar a fronteira, o vínculo entre grupos políticos de ambos países pode ser remontado até a Revolução Farroupilha de 1835 (senão antes), o que naturalmente facilitava as fugas, exílios e laços políticos transfronteiriços, ao mesmo tempo em que a proximidade permitia ao exilado participar da vida política em seu país. Assim, a partir da cooperação entre as ditaduras dos dois países, essas relações tornaram-se extremamente difíceis, e as redes políticas transfronteiriças se desarticularam (cf. Grimson, 2002)

FOTO 6 – Molhes da Barra del Chuy, com o Farol ao fundo



(Autora: Margi Moss,

Fonte: <http://360graus.terra.com.br/extremoss/brasildasaguas> )

Outra doutrina importante era a da Integração nacional, justificando também os esforços para a construção de estradas como a BR 471 – inaugurada em 1970, totalmente

asfaltada - que liga o Chuí ao resto do país, permitindo tanto o escoamento da produção de arroz da região e a integração entre os dois países. Nessa época o Chuí atinge o auge no seu desenvolvimento e se iniciam construções de supermercados, lojas, hotéis de grande, médio e pequeno portes. O fluxo de turistas era constante, tanto no verão quanto no inverno tornando a vila do Chuí um dos lugares mais prósperos da zona sul do Rio Grande do Sul. Esta década é marcada pela chegada dos meios de comunicação de massa à região. Em 1971 se criou a Radio Chuy, e em 1978, é construída a primeira antena retransmissora de televisão, da Rede Brasil-Sul (RBS), afiliada da Rede Globo de Televisão. Os anos 70 também se caracterizaram pelas melhorias da infra-estrutura urbana, especialmente do lado brasileiro: em 1973 é instalada a CORSAN (companhia de tratamento de água e esgotos), em 1975 são estabelecidos o prédio da Polícia Federal e a companhia telefônica - CRT (JARDIM, 2000, p.10), dentre outros. Também são inaugurados, em 1974, um novo quartel militar, um novo farol da Marinha e uma nova Ponte internacional de alvenaria na Barra do Chuí. O Censo Nacional de População e Habitações uruguaio de 1975 aponta que já havia no Chuy uruguaio aproximadamente 4.500 habitantes. Por essa época, existiam ali 4 hotéis, 16 açougues, 1 Fábrica de Tabacos, 4 padarias, 9 bares, 16 lojas de roupas, 6 restaurantes, 47 comércios e armazéns, 7 carpintarias, 3 farmácias, 2 casas de fotografia, 2 cartórios, 1 cinema, 10 salões de beleza, 2 casas de câmbio, 3 empresas de transporte de cargas, 1 vidraçaria, 11 oficinas de reparação de veículos, e consultórios ou oficinas de profissionais como médicos, dentistas, veterinários, técnicos em eletrônica, sapateiros, etc. (GONZÁLEZ, 2003). Cabe agregar que era uma época em que o comércio uruguaio vendia muito aos brasileiros (em especial carne, pão, lã e roupas).

O início da década de 80 é considerado como a “época de ouro” do Chuí – principalmente no lado brasileiro – devido ao grande volume de vendas do comércio, sendo lembrado com nostalgia pelos habitantes da região. A diferença cambial entre as moedas brasileira e uruguaia fomentou a economia local, atraindo também um grande número de migrantes para os dois lados da fronteira. Segundo uma entrevistada, “*O Chuí era assim uma Foz do Iguaçu [Ciudad del Este]. Eles abriam a loja às seis da manhã e fechavam às 3 da madrugada, então eles faziam sacos de dinheiro*”. Outro habitante diz que: “*Era 5h da manhã e eles abriam, já tinha 40 ônibus na frente dos mercados. Dava umas 8h30 ou 9h da manhã, a gente tinha que carregar os sacos de dinheiro para o banco, porque já não tinha*



*mais espaço no caixa... era aquela dinheirama, os caixas abarrotados... No fim do dia, tinha vendido mais de 30 mil quilos de açúcar”. Uma terceira entrevistada aponta que “o Chuí tinha muito dinheiro, porque era uma mina, tudo o que tu botava tu vendia. Mas depois teve uma caída grande, agora não tem nada que ver com o antes”.*

O Chuy uruguaio é elevado à categoria de cidade pela lei 15227 de 8 de dezembro de 1981. No mesmo dia da cerimônia de nomeação do Chuy como cidade, é inaugurado o complexo desportivo Samuel Prilliac. Meses depois, começa a funcionar de forma definitiva o cassino do Chuy. Em 1984 principiam as obras para a interconexão telefônica entre os dois lados da fronteira, e em 1985 tem início a edição da revista “Nuestro Horizonte”, com enfoque em temas históricos, culturais, turísticos, literários, artísticos e de atualidades, e textos em português e espanhol. No mesmo ano são inaugurados os bustos do General José Artigas e do Barão de Rio Branco no centro do Chuí. Nessa ocasião, um total de 8.187 pessoas residia no Chuy uruguaio, de acordo com o Censo Nacional de População e Habitações.

Em 1986 entra em vigor o decreto que regulamenta o mecanismo de comercialização de produtos dentro do regime de “Free-Shop”. A partir desse ano várias lojas começam a operar nesse ramo. Ainda em 1986 é realizada uma importante reunião para discutir a integração fronteiriça. Participam representantes do Município de Santa Vitória do Palmar e da Intendencia Municipal de Rocha, divididos em comissões de Turismo, Comércio, Cultura e Esporte, Agropecuária, entre outras. Nos anos seguintes iniciam as transmissões da FM Oceánica e do Canal 4, o único canal de TV local.

A partir da década de 1980, o fim das ditaduras no Brasil e no Uruguai e a conjuntura internacional permitem a criação do Mercosul<sup>78</sup>, no início da década de 90. Esse acordo possibilitou negociações também no nível regional, com a assinatura de protocolos sobre questões do cotidiano fronteiriço. Até mesmo o discurso em relação às fronteiras mudou, buscando mostrá-la como precursora da integração regional.

Um exemplo foi o acordo entre Brasil e Uruguai, assinado em 2002, que prevê a permissão de residência, estudo, trabalho e previdência social para os cidadãos da fronteira entre ambos países, mediante a concessão de um documento especial de “fronteiriço” para

estrangeiros residentes em localidades dentro de uma faixa de até 20 quilômetros da linha demarcatória (válido somente para brasileiros que residam no Uruguai e uruguaios que residam no Brasil), numa institucionalização das práticas cotidianas da fronteira. Foram oficialmente estabelecidas as seis áreas abaixo<sup>78</sup>:

- 1-Chuy, 18 de Julio, La Coronilla, y Barra del Chuy (Uruguai) vinculada a Chuí, Santa Vitória do Palmar/Balneário Hermenegildo, (Brasil);
- 2-Rio Branco (Uruguai) a Jaguarão (Brasil);
- 3-Aceguá (Uruguai) a Aceguá (Brasil);
- 4-Rivera (Uruguai) a Santana do Livramento (Brasil);
- 5-Artigas (Uruguai) a Quaraí (Brasil);
- 6-Bella Unión (Uruguai) a Barra do Quaraí (Brasil).

Este documento é particularmente relevante porque apresenta, textualmente, que sua concepção considera os laços históricos de amizade, reconhecendo que as fronteiras que unem os dois países constituem elementos de integração entre as populações, reafirmando o desejo de encontrar soluções comuns com vista ao fortalecimento do processo de integração entre os países, e destacando a importância de que tais soluções sejam contempladas por instrumentos jurídicos de cooperação em áreas de interesse comum (como a circulação de pessoas e o controle alfandegário). Betancour e Dorfman (2005) destacam que “pela primeira vez o caráter supranacional da população da região é legitimado pelos estados-nação, atendendo a uma reivindicação de longa data da população local”.

Assim, uma análise histórica da formação de uma fronteira internacional permite uma compreensão mais profunda desse fenômeno. Por muito tempo, as fronteiras e o controle efetivo do território se modificavam, e até os dias de hoje essas zonas, normalmente periféricas, são regiões de difícil controle, ainda mais em um país com as dimensões territoriais do Brasil e com diversas fronteiras “secas”<sup>79</sup>. Isso se deve, em parte, ao fato de

---

<sup>78</sup> Vale lembrar, porém, que o Mercosul é visto pela população local como totalmente prejudicial aos seus interesses. “*O Mercosul só terminou com a fronteira. O Mercosul só serviu para os grandes...*”.

<sup>79</sup> Entende-se por fronteiras “secas” aquelas fronteiras que não foram demarcadas com base em acidentes naturais como rios ou montanhas, ou seja, com uma continuidade espacial.

os novos estados nacionais terem priorizado o controle sobretudo das regiões costeiras, onde se situavam as principais cidades da época colonial, e também à dificuldade das comunicações terrestres (antes do advento das linhas de trem).

Observar a consolidação das fronteiras é observar também a formação e consolidação dos Estados Nacionais e da consciência nacional. Por isso, o século XIX é de fundamental importância para se entender a formação das fronteiras latino-americanas em geral, e da fronteira meridional do Brasil especificamente, pois é quando os Estados latino-americanos tomaram forma: seja a forma territorial, econômica, política, cultural ou social; fundamentais para a compreensão de cada um desses países hoje, e da América Latina como um todo.

#### 4 CHUÍ/CHUY hoje<sup>80</sup>

A fronteira do Chuí é bastante peculiar. Situa-se no extremo sul do Brasil (sendo o Chuí a cidade mais meridional do país), a uma latitude de 33°41'28"S e longitude de 53°27'24"O. O município do Chuí dista 2542 km de Brasília (capital brasileira), e 512 km de Porto Alegre (capital do estado do Rio Grande do Sul). Já a cidade do Chuy está a 340 km de Montevidéu e aproximadamente a 140km de Rocha (capital do Departamento de Rocha). Conforme vimos anteriormente, a região fica numa faixa estreita de terra entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico, a cerca de 10 km da costa e numa altitude média de 22 metros. As vias de acesso rodoviário são a BR-471, ligando a região a Santa Vitória do Palmar, Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre; e as *Rutas* 9 e 19, as vias que ligam o Chuy a Montevidéu (passando por Punta Del Este) e a 18 de Julio (e ao Forte de São Miguel).

O passo fronteiro do Chuí é uma das principais vias de acesso rodoviário entre o Uruguai e o Brasil, com um grande fluxo de caminhões e automóveis particulares em ambas direções. Segundo Jardim (2000, p.9),

Há um grande fluxo de caminhões na cidade, em virtude da passagem e permanência nas aduanas. Ao fim da avenida, junto à BR 471, fica o estacionamento de caminhões das transportadoras. Pode-se dizer que o comércio local atrai esse grande fluxo de caminhões brasileiros vindos do centro do país, desde Santa Catarina e São Paulo, trazendo mercadorias para esses comerciantes lotados no Chuí brasileiro. Não necessariamente estão indo rumo ao Uruguai, pois o comércio local é bastante intenso e vende também por atacado.

---

<sup>80</sup> Por uma mera questão de organização textual e até mesmo para melhor esclarecimento ao leitor, citaremos primeiro o Chuí brasileiro, e em seguida o Chuy uruguaio, sendo que esta escolha não carrega nenhum julgamento de valor ou mérito. Além disso, quando nos referirmos à região de uma forma mais abrangente – a região do arroio Chuí – usaremos a grafia brasileira. É importante lembrar que os moradores consideram “o Chuí” ou “el Chuy” (conforme a língua) em sua totalidade, ou seja, ambas as cidades. Quando querem especificar, se referem ao Chuí-Brasil e Chuy-Uruguai, ou lado brasileiro e lado uruguaio.

#### MAPA 4 – Núcleo urbano Chuí/Chuy



(Adaptado de: Google Earth, acessado em 11 de novembro de 2006)

De acordo com uma funcionária da Receita Federal, os principais produtos que entram no Brasil são o peixe, leite e derivados, peças de polietano, e produtos químicos. Os principais produtos que entram no Uruguai são frutas (especialmente banana), móveis e veículos.

Discutimos no capítulo 2 a complexidade das áreas de fronteira e pontuamos uma série de fatores que interferem na realidade dessas localidades, o que em si já torna a tarefa de descrevê-las bastante árdua. No caso estudado, ainda há outro elemento dificultador: as relações entre as cidades Chuí/Chuy e outros núcleos urbanos próximos<sup>81</sup> como Santa Vitória do Palmar (20km), Barra do Chuí (10km) e Balneário Hermenegildo (16km), no Brasil; e 18 de Julio (8km), La Coronilla (24km) e Barra del Chuy (13km), no Uruguai. Assim, trataremos aqui do núcleo urbano Chuí/Chuy, foco do trabalho de campo, citando as outras localidades apenas quando necessário.

---

<sup>81</sup>Estas ligações são tão fortes que os próprios governos federais as reconhecem nos acordos bi-laterais (ver capítulo 3).

Este capítulo descritivo será dividido em duas partes: “Cotidiano fronteiriço” e “Entrelaçamentos: relações sociais, identidades, nacionalidades e a fronteira”, cada um deles desmembrado em vários sub-itens. Estas divisões são arbitrárias, com o único intuito de facilitar a leitura. No próprio decorrer do texto, fica claro que todas essas esferas são inter-relacionadas e indissociáveis.

#### **4.1 Cotidiano fronteiriço**

Atualmente, a região não apresenta um desenvolvimento econômico forte, em função da diferença cambial (tratada no 4.1.5 deste capítulo), produzindo muitos casos de desemprego ou subemprego. Isso agrava a situação de pobreza local: o Chuí está na chamada “Metade Sul”, área economicamente menos desenvolvida do Rio Grande do Sul; e o Chuy é a localidade em pior situação dentro do departamento de Rocha.

O perfil das atividades econômicas é assim descrito por Jardim (id, p.8), “as localidades vivem da atividade agrícola, da extração do Saibro (predominante no departamento de Rocha), do turismo [...] e também do setor terciário”. Esta atividade agrícola se concentra principalmente nas lavouras de arroz e na pecuária, dado que a geografia plana da região favorece estas atividades. Também é relevante a existência de granjas na área rural entre o Chuí e Santa Vitória do Palmar. Contudo, é o comércio a atividade que predomina nas cidades: estima-se que mais de 70% da população esteja envolvida com o setor terciário. Tal comércio (*cf.* item 4.1.4), ainda que beneficie a população local, depende basicamente do turismo: seja ele turismo de compras (favorecido pelas diferenças cambiais), histórico ou ecológico (em função dos parques nacionais de Santa Teresa e de San Miguel, bem como da Lagoa Mirim) ou o turismo de sol e praia, durante o verão. Trataremos sobre esse período, a chamada temporada, separadamente no item 4.1.6. Por enquanto, cabe apenas apontar que a região sofre bastante com a sazonalidade provocada por essa dependência do turismo.

### 4.1.1 Infra-estrutura urbana

Conforme exposto durante este trabalho, apenas uma avenida separa (e une) as duas cidades (trataremos mais sobre este tema no item 4.1.3). Esta “rua que marca a divisão, ou a união, fronteira constitui o eixo dinamizador, o ‘centro’ do Chuí” (id., tradução nossa)<sup>82</sup> das cidades. Assim, tem-se que a cidade não tem um “centro” propriamente dito.

No Chuí, há uma biblioteca pública, três bancos, uma estação digital (criada pelo Banco do Brasil para dar acesso gratuito à informática /Internet), um ginásio de esportes, uma pista de motocross, postos de gasolina, supermercados, farmácias, um Centro de Tradições Gaúchas (CTG), diversas lojas de roupas e artigos para o lar, Polícia Civil<sup>83</sup> e Brigada Militar, clínicas médicas e odontológicas, Prefeitura Municipal, cartório, Posto de Saúde, hotéis, poucos restaurantes, Rodoviária<sup>84</sup>, diversos serviços (principalmente despachantes e profissionais liberais) entre outros. Não há hospital, corpo de bombeiros, e a cidade possui um aspecto de pouca limpeza: seja pelo esgoto a céu aberto, pela quantidade de cães vira-lata nas ruas, ou pela sujeira, segundo a população local, deixada pelos *bagayeros* nas ruas do centro.

Já no Chuy, há um Liceo<sup>85</sup> público, cinco escuelas<sup>86</sup> públicas e uma privada, biblioteca pública, ensino técnico, hospital, farmácias, clínicas médicas, um posto de gasolina, um banco<sup>87</sup>, jornal e rádio difusora, canal de TV local, estádio de futebol, cassino, lojas de Free-Shop, posto policial, corpo de bombeiros, um clube social, Junta Administrativa, hotéis, restaurantes, cartório, asilo para idosos, rodoviária (com diversas linhas locais e interdepartamentais), etc. É interessante notar que no setor terciário a fronteira pode ser inexistente, pois a seguradora Porto Seguro e a Unimed prestam serviços no lado uruguaio, em oficinas ou consultórios médicos uruguaios conveniados.

---

<sup>82</sup> “La calle que marca la división, o la unión, fronteriza constituye el eje dinamizador, el ‘centro’ del Chuy”.

<sup>83</sup> Que, todavia não funciona no horário de almoço, noites, fins de semana e feriados.

<sup>84</sup> Com linhas diárias para Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Barra do Chuí; e linhas para São Paulo e Balneário Camboriú em alguns dias da semana.

<sup>85</sup> Equivalente ao ensino médio do Brasil.

<sup>86</sup> Equivalente à educação básica e ensino fundamental no Brasil.

<sup>87</sup> O sistema bancário uruguaio é bastante distinto do brasileiro, pois aceita a abertura de contas em moedas estrangeiras (por exemplo, em dólar), e cobram uma taxa bastante alta para descontar cheques.

FOTO 7 – Sujeira no centro



(Autora: Ana Rosa Domingues dos Santos)

De uma maneira geral, observa-se uma maior inclinação para o cosmopolitismo do que sua homônima brasileira, uma vez que há diversos serviços que só são ofertados do lado uruguaio, como acunpuntura, reiki, cyber cafés, etc. A cidade uruguaia também tem esgoto a céu aberto e cães vira-latas, porém é um pouco mais limpa e arborizada que o lado brasileiro. Em ambas localidades a pavimentação cobre uma parte da área central, e as demais são de terra (ou lama, no inverno).

À época da pesquisa de campo, a maior parte dos entrevistados acreditava ser melhor morar no lado brasileiro, porque o custo de vida era mais barato. *“Creio que seja melhor morar no lado brasileiro, porque no Uruguai tem muitas frescuras, muitos impostos, é muita burocracia que o Brasil não tem”*. Os encargos sociais no Chuy são muito altos, na percepção da população local: *“Pelos impostos serem tão caros, a tua casa nunca é tua. Aqui se eu passo 10 anos sem pagar imposto, nunca vão vir te tirar a tua casa. No Uruguai eles te tiram. A casa que tu fez, que tu construiu não é tua, se tu não paga, é do governo”*.



Além disso, “a luz, a água, o telefone são mais baratos. As ruas também estão pavimentando no lado brasileiro”<sup>88</sup>.

FOTO 8 – Ruas não pavimentadas



(Autor: Adrián Sena)

Poderia-se dizer que as cidades são bastante complementares, e que de uma maneira geral o núcleo urbano Chuí-Chuy possui uma infra-estrutura satisfatória levando em conta o tamanho de sua população. No capítulo anterior, mostramos que infra-estrutura urbana do Chuy é bem mais antiga do que a de sua homônima brasileira, o que provavelmente colabora com o fato de ter também uma inclinação maior ao cosmopolitismo. Embora não tenha uma infra-estrutura completa, o Chuí tem tido uma melhoria sensível (aos moradores) desde a sua emancipação (1997).

---

<sup>88</sup> la luz, el agua, el teléfono son más baratos. Las calles también se están arreglando en el lado brasilero.

#### 4.1.2 Os níveis governamentais

A emancipação do Chuí trouxe uma grande modificação na esfera governamental, ao passar de vila a município. Para uma melhor compreensão dos níveis governamentais em funcionamento na região, faz-se necessária uma breve comparação entre os sistemas político-administrativos de cada país. O município, no Brasil, é a menor unidade política autônoma, composta por um núcleo urbano principal (e às vezes outros secundários) e a área rural. No Uruguai, a menor unidade autônoma é a Intendencia: uma capital, diversas cidades, vilas, povoados e área rural. Logo, a intendencia se aproxima muito mais aos estados brasileiros do que aos municípios. O Chuy, conforme vimos, é uma cidade da Intendencia de Rocha e fica a 140km da cidade de Rocha, capital da Intendencia. As decisões e responsabilidades políticas são da Intendencia, que nomeia um interventor (representante) para trabalhar na Junta Administrativa. Ou seja, a Junta do Chuy não tem a autonomia política que o Município do Chuí: não pode eleger sozinha as prioridades ou a distribuição do orçamento, não legisla,... É, como o próprio nome diz, administrativa somente. Por outro lado, há menos instâncias para chegar ao poder central, isto é, a presidência da República. No cotidiano fronteiriço, isso implica que a Prefeitura Municipal tenha mais agilidade (e flexibilidade) para resolver os problemas que surgem, e também mais possibilidades de promover o desenvolvimento local, porém menos força política em nível regional ou nacional. Segundo um secretário municipal, *“houve mudanças sim, vou te dizer que houve bastante mudanças, porque na época em que foi emancipado o Chuí [...], nós tínhamos uma escola municipal e uma estadual pequenas, hoje temos uma escola estadual com ensino médio e fundamental, que não tínhamos, uma escola de primeiro grau municipal bastante atualizada, com laboratórios de biologia, laboratórios de informática, temos uma creche, temos uma escola de educação infantil. Temos a saúde, não posso dizer que seja a melhor, mas na nossa zona aqui acredito que deve ser uma das melhores, porque nós temos um sistema diferenciado, terceirizado pela Unimed, aquelas especialidades que a gente não consegue pelo SUS a gente quase sempre consegue pela Unimed, então se você*

*marcar hoje uma consulta de um oftalmo amanhã você está sendo atendido, se for conseguir pelo SUS demora”.*

Dentre os serviços públicos, a saúde pública é a esfera onde há mais contraste entre os dois países. Enquanto no Brasil o sistema é universal, ou seja, qualquer pessoa que busque atendimento médico é socorrida, independente de classe social ou nacionalidade. *“Isso lá no Uruguai não é permitido. Lá eles perguntam se tu é brasileiro, e [se for] não vão te atender”.* Além disso, no Uruguai há o sistema de saúde público não é necessariamente gratuito. Conhecido como *arrancel*, este sistema prevê cotas para o pagamento do tratamento, ou seja, aqueles que não têm possibilidade financeira não pagam nada, e o valor vai aumentando conforme a condição econômica do paciente.

Para ilustrar o funcionamento deste sistema, recorro ao relato de uma experiência pessoal. No dia 29 de outubro de 2005 houve, na Barra do Chuí, a festa de lançamento do I Acampamento de Bi-nacional do Fórum Social Mundial, que seria realizado em janeiro de 2006. Peguei uma bicicleta emprestada para ir até o local, porém, no trajeto fui atropelada. Com um ferimento na cabeça, o motorista me socorreu e me levou até o posto de saúde do Chuí. Este estava fechado porque no mesmo dia acontecera um acidente com um piloto de motocross durante um treino para a corrida que ocorreria no dia seguinte, e os funcionários do posto tiveram que levá-lo para a Santa Vitória do Palmar. Então o motorista me levou até o hospital do Chuy, onde fui-socorrida e fizeram a sutura (foram quatro pontos). Durante todo o tempo, a médica deixou claro que estava fazendo um favor, pois era atendimento de emergência, mas que na verdade não deveria estar atendendo uma brasileira. Ao final, tivemos que esperar mais de uma hora a funcionária responsável pela tesouraria do hospital, que calcularia o custo do atendimento. Não soube (e não sei até hoje) quais foram os critérios - se baseados na renda do senhor que me atropelou ou se na minha renda presumida - mas os quatro pontos saíram por 430 pesos (aproximadamente R\$43).

Na mesma noite, como sangramento ainda não havia parado, os donos do hotel onde estava hospedada me levaram até Santa Casa de Misericórdia de Santa Vitória do Palmar. Quando comentei o ocorrido, o médico falou com indignação: *“É um absurdo mesmo! Aqui, se vem um paciente todo arrebatado a gente trata, não importa se é uruguaio, se é brasileiro, se é japonês. Lá eles nem tratam, e ainda querem cobrar!”.* Instaura-se, dessa maneira, um drama de reciprocidade, na medida em que ambas as partes

(tanto a médica uruguaia como o médico brasileiro) demonstram a diferenciação, a falta de equivalência no tratamento e as percepções sobre o que um e outro deve ou não fazer.

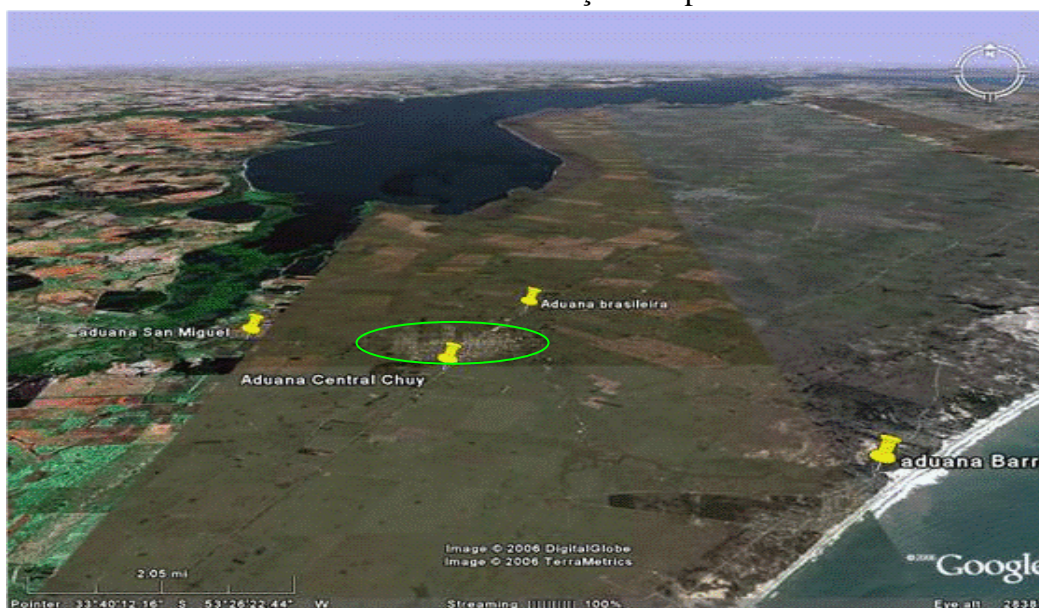
De uma maneira geral, em relação aos serviços públicos (saúde, educação, etc.), a população busca atendimento onde for mais vantajoso, ou de melhor qualidade, e não necessariamente no seu país de origem. Ou seja, a fronteira *em si* não é determinante, posto que os atores circulam de uma cidade a outra (e conseqüentemente de um país a outro) conforme suas necessidades e percepções em relação a estes serviços.

#### **4.1.3 Cruzar a fronteira/ passar pela aduana**

Um aspecto importante para entender as dinâmicas entre as cidades reside na localização das Aduanas (alfândegas) dos dois países. O posto de controle integrado brasileiro (que inclui órgãos como a Polícia Federal, a Receita Federal e a Anvisa) se localiza a aproximadamente 2 km do centro da cidade, na BR-471. O sistema aduaneiro uruguaio funciona de maneira distinta, pois há uma *Dirección Nacional de Aduanas* (uma espécie de Secretaria ligada diretamente ao *Ministerio de Relaciones Exteriores*). Este órgão governamental tem um escritório de representação no Chuy, que controla três *resguardos* (postos aduaneiros). São eles o Resguardo Central Ciudad del Chuy (que funciona de maneira análoga ao posto integrado brasileiro), a aproximadamente 1km da cidade, na *ruta* 9; e dois postos simples: o Resguardo San Miguel – ao lado do Forte, na *ruta* 19, a 7,5 km do Chuy – e o Resguardo Barra del Chuy, a poucos metros da ponte internacional que liga o balneário à Barra do Chuí (portanto, a mais de 10km da cidade). Isso significa que os controles alfandegários se encontram fora do núcleo urbano, e a circulação entre elas é livre, o que influencia sobremaneira o cotidiano fronteiriço. “*Como é uma fronteira seca, tem de tudo, não sei se você percebeu a aduana brasileira está bem acima da cidade e a aduana uruguaia está bem depois, então essa zona aqui é livre. Eu posso comprar laticínio ou carne do lado de lá e trazer pra cá ou daqui pra lá porque não tem controle nenhum*”. Até mesmo nos níveis governamentais locais se observa esta “inexistência” da fronteira, como se observa no projeto proposto pela Prefeitura do Chuí à Intendencia de Rocha de se fazer uma

feira livre na localidade. Segundo um Secretário da Prefeitura, “a gente queria fazer ela internacional, fazer numa quarta feira no lado brasileiro e num sábado ou domingo no lado uruguaio com os mesmos produtores”, ignorando portanto os controles fito-sanitários impostos pelos Estados.

MAPA 5 – Localização dos postos aduaneiros



(FONTE: Google Earth, acessado em 11 de novembro de 2006)

A característica mais marcante desse núcleo urbano é o seu traçado pouco usual. Ambas cidades se organizam fisicamente a partir da linha de fronteira, e não a partir de uma praça como é o traçado tradicional de herança ibérica. Ou seja, o limite internacional atravessa as cidades, ou é atravessada por elas, conforme a perspectiva. Paralelamente à linha de fronteira, em praticamente toda a extensão do núcleo urbano, existem duas avenidas de mão dupla: a Av. Uruguai, no Chuí brasileiro, e a Av. Brasil, no Chuy uruguaio, também conhecidas na sua totalidade como “Avenida Internacional”. Separando as avenidas, um canteiro central que se destaca pela presença dos marcos delimitatórios (conforme mostra a foto 10, na qual duas pessoas conversam escorando-se no marco, e cada uma delas está num país diferente).

FOTO 9 – Canteiro central: à esquerda o lado uruguaio e à direita o lado brasileiro (as bandeiras são hasteadas, ao lado dos bustos de Gervasio Artigas e Barão do Rio Branco – que não consta na foto - e de forma “invertida” somente em datas cívicas)



(Autor: Adrián Sena)

Neste trabalho já foi exposto muitas vezes que as cidades fronteiriças Chuí e Chuy formam uma conurbação. Uma vez que não existem nem acidentes geográficos, nem marcos relevantes que diferenciem a fronteira na paisagem urbana, há uma contigüidade espacial. O único elemento de referência à fronteira no espaço urbano são os marcos de concreto, mas que não chegam a ter grande destaque seja pela sua forma ou pela sua dimensão, e quebrar a continuidade de um espaço homogêneo. Trata-se, portanto de uma linha divisória apenas imaginária. A falta de elementos identificatórios da fronteira é tão intensa que é muito comum que os turistas confundam “onde é Brasil e onde é Uruguai”. Não deixa de ser (aparentemente) contraditório que a falta de uma fronteira física, esta linha imaginária, estructure de forma muito marcante o cotidiano fronteiriço.

Dessa maneira, no simples ato cotidiano de atravessar a rua, também se atravessa a fronteira. Essa travessia é tão naturalizada que chega a ser despercebida, exceto nos

momentos em que as questões de legislação e soberania fazem emergir esta linha imaginária.

FOTO 10 – Marco fronteiro (visão do Uruguai para o lado brasileiro)



(Autora: Ana Rosa Domingues dos Santos)

Para a população, o “cruzar” a fronteira só se faz tangível em relação ao cumprimento de leis, pois é uma percepção muito arraigada de que as forças policiais brasileiras (Brigada Militar e Polícia Civil) são mais rigorosas do que a Polícia uruguaia<sup>89</sup>. À noite, principalmente em finais de semana e feriados, alguns jovens se reúnem para fumar maconha na calçada ao largo da Avenida Brasil (Uruguai), em frente a lojas fechadas ou imóveis residenciais. Quando indagada a respeito disso, uma jovem brasileira disse “*Esses brigadianos [policiais militares] são um pé no saco. Mas aqui, se eles passam, eu posso até*

---

<sup>89</sup>Também em relação aos órgãos públicos, os moradores percebem uma maior exigência em relação à documentação, por exemplo para aquisição de imóveis e carros, e uma rigidez maior para se tirar a carteira de motorista no Brasil.

*abandar [acenar] com o 'beque' [cigarro de maconha], que eles não podem fazer nada. Os uruguaios não, eles são da paz...".*<sup>90</sup>

Porém, se a Brigada Militar desejasse, poderia prender estes jovens, pois há acordos do Comitê de Fronteira (que reúne os consulados e autoridades de ambos países) que permitem que ambulâncias, carros de Bombeiros e policiais trafeguem na cidade vizinha. Os únicos veículos que necessitam de autorização são os veículos oficiais uruguaios (da intendência, por exemplo), por exigência da Prefeitura do Chuí. No caso das viaturas policiais, é necessário que a polícia brasileira esteja acompanhada por um policial uruaio, e vice-versa. Esse acordo policial foi feito para que os criminosos não pudessem mais tirar proveito da inoperância de regimentos que é conseqüência da mudança de soberanias, como esses casos explicitam: *“Porque em 79, se não me engano, teve um crime aqui na fronteira, a pessoa estava do lado de cá atirou na pessoa que estava do lado de lá, hoje em dia não tem mais isso, a polícia não podia passar pro lado de lá. Não sei se você reparou, com exceção do Bradesco que está pra mudar, não tem nenhum banco na avenida principal, porque não poderiam ter caixas eletrônicos na avenida principal, se a pessoa pegasse um guincho e trouxesse pro lado de cá, a polícia brasileira não podia vir pro lado de cá”*.

Assim, a sensação de “cruzar” a fronteira acaba sendo “deslocada” para as aduanas, mas mesmo assim há problemas de vácuo legal, conforme relata um funcionário da aduana uruguaia: *“o que eu acho mais complexo é definir qual é a linha de fronteira. Para nós. Um caminhão vai aqui do Uruguai, sai daqui e vai para o Brasil. Já passou a documentação e já saiu daqui. Mas daqui a 50m o caminhão quebra. Para nós, ele já saiu do Uruguai, mas não chegou no Brasil. Então, esse problema assim é de uma indefinição que até agora não se fez um manual para deixar claro aonde que começa um e termina outro”*.

Mais uma vez, a percepção da população local é de um maior rigor das autoridades brasileiras. Certa vez, indo com um grupo de brasileiros até a Fortaleza de Santa Teresa de moto, percebi que eles apenas diminuíram a velocidade e acenaram com a cabeça para o “aduaneiro”. Ao serem perguntados se não tinham que ter parado, todos concordaram que

---

<sup>90</sup> Outro exemplo é a obrigatoriedade de uso de capacetes por parte de motociclistas, inclusive em mobiletes, vespas e afins, somente no lado brasileiro. Porém, como a lei estava entrando em vigor na última quinzena do trabalho de campo, não temos informação suficiente para tratar do assunto.



eles (os “aduanheiros”) conhecem quem é ou não da região, e não param quem é de lá, ainda que a placa do veículo seja brasileira. Um deles, que já trabalhou como caminhoneiro, complementam dizendo que *“Passar para o Uruguai sempre foi uma barbada [sempre foi fácil]. Na época que entregava carga, se tinha algum problema era só dar 50 reais que resolvia”*<sup>91</sup>. Esse relato é corroborado por um funcionário da aduana brasileira: *“A estrutura aduaneira uruguaia é muito falha, porque o salário é muito baixo, tem um problema muito forte de corrupção...”*.

A aduana uruguaia, segundo eles, só pára carros e motos brasileiros (com placas de outros lugares), caminhões e ônibus. Nestes últimos, buscam apreender drogas e o contrabando de mercadorias (têxteis, refrigerantes, macarrão, dentre outros). As pessoas que fazem esse contrabando são conhecidas como *“bagayeros”*, mas há cada vez menos gente em atividade. Nos anos 1980 até meados de 1990, me contou um comerciante brasileiro, também se fazia o “contrabando declarado”: ele, por exemplo, ia até Pelotas para buscar cadeiras de praia, guarda-sol, etc., ao passar pela aduana uruguaia declarava o que levava, e vendia os produtos em La Paloma e Rocha.

Já a aduana brasileira, segundo a percepção dos moradores, seria muito mais séria, *“A nossa não, a nossa agora até que está mais rígida assim, a nossa aduana. Mas a uruguaia...”*. São inúmeros os relatos de brasileiros que não puderam passar com compras em valores e quantidade acima do estabelecido por lei, e de uruguaio que não puderam passar por conta de documentação (turistas e moradores), e de moradores que foram parados para a conferir a documentação, posto que a fiscalização de veículos brasileiros é feita aleatoriamente. Os problemas de documentação, segundo um funcionário da aduana brasileira, *“São pequenas coisas que tu sente no dia-a-dia. No atendimento ao turista por exemplo, a gente tem problema... documento de carro, eles não têm nenhuma exigência para se atualizar o documento. Então a pessoa compra um carro que já foi do João que já foi do Pedro que já foi do Antônio, e no documento do carro tá o nome do cidadão que foi dono do carro há dez anos atrás. E aí como se controla se o carro é teu? Ele tem... Placa de*

---

<sup>91</sup> Esta informação condiz com o relato de um estudante que foi à Reunião de Antropologia do Mercosul em Montevideu, levando somente a carteira de motorista (e não a carteira de identidade) que só é válida em território nacional, impedindo-o de entrar no Uruguai. Porém, pagando a mesma quantia (R\$ 50,00), ele conseguiu a *“tarjeta”* que o habilitava a seguir viagem sem problemas.

*carro, se caiu a placa, eles pegam um papelzinho, uma canetinha, e colam na frente do carro. Aí tu diz para o turista que ele não pode entrar, ele diz ‘Como eu não posso? Tenho esse carro há mais de dez anos!’.”.*

A preocupação com a passagem pela aduana chega a ser tão grande que, na citada viagem de São Paulo para o Chuí com a excursão de comerciantes (muito semelhante às dos sacoleiros que vão a Ciudad Del Este), o momento da travessia gerou tensão entre os passageiros. Mesmo que naquele momento as mercadorias tecnicamente não tenham saído do país e o ônibus fosse de uma empresa brasileira (e, portanto, não se caracteriza como contrabando), a tensão pode ser atribuída a dois fatores: ou dentre as mercadorias havia algum produto falsificado<sup>92</sup>, ou o ICMS das mesmas não tenha sido devidamente recolhido.

Ainda que haja de fato um controle mais rígido na aduana brasileira, controlar o contrabando e outras atividades ilegais é bastante complicado. Além das tentativas de burlar a fiscalização (por exemplo, passando com um caminhão com carga, fingindo que está vazio), existe uma série de maneiras de adentrar o país ou levar coisas até o Chuí sem passar pela aduana: por uma das duas estradas de terra vicinais em ótimas condições de tráfego, pela beira da praia (cujo trânsito em carros de passeio é feito com tranqüilidade), por via fluvial na Lagoa Mirim ou por dentro de propriedades privadas.

A preocupação com o ato de passar pela(s) aduana(s) não se limita somente à perda dos produtos adquiridos seja pelo comerciante que tenta trazer ao Chuí mercadorias irregulares, seja pelo turista que volta para casa com as compras feitas nos free-shops; pois a aduana define também quem, quando e como transitam as pessoas, ou seja, exerce o poder de determinar o ir e vir, de e para a região do Chuí. Dessa maneira, os esforços de controle das fronteiras “[...] não somente operam no nível político-jurídico de regulação dos fluxos da população, mas também no nível de construção de significados, onde as interpretações relativamente positivas da fronteira promulgadas pelo estado são continuamente subvertidas pelas experiências e compreensões dos grupos subalternos que buscam entrar” (WILSON e

---

<sup>92</sup> A falsificação de mercadorias, principalmente roupas de grifes, faz com que às vezes os fiscais da Receita Federal façam blitz na cidade, “*Quando há uma denúncia ou quando se tem a necessidade de uma fiscalização mais efetiva se a coisa ficar muito escandalosa... mas a princípio denúncias, ou coisas muito evidentes que a gente vê quando está passeando no Chuí...*”. Pude presenciar um dia que houve uma blitz, o comércio todo fica em polvorosa, pois a prática da venda desses produtos é comum (cf. JARDIM, 2000).

DONNAN, 1998, p.23, tradução nossa)<sup>93</sup>. Estas compreensões confrontam, e até transformam, concepções localizadas e historicamente sedimentadas de nacionalidade.

A tensão gerada pelas aduanas tem grande relação com a lógica do comércio na região.

#### 4.1.4 Comércio

À primeira vista, o que mais chama a atenção no núcleo urbano é a presença de uma infra-estrutura comercial muito superior em quantidade e variedade do que normalmente seria esperado de uma localidade de aproximadamente 20 mil habitantes. O comércio das cidades é muito contrastante e atraem públicos bem distintos, sendo bastante variado e em muitos aspectos complementares. *“Tu pode fazer um comércio no Brasil ou no Uruguai, tu tens como optar. No Uruguai tu vai trabalhar com certo nível para brasileiros que vêm aqui. E no Brasil tu tem que vender porcaria para gente que vem comprar barato. São dois níveis diferentes”*.

No Chuí, predominam os supermercados e lojas de roupas e calçados. São quase duas dezenas de supermercados, diversas lojas de calçados e de roupas, sendo comumente voltadas para o público jovem.

Com a exceção de algumas lojas de roupas e calçados, a grande maioria dos estabelecimentos brasileiros é de arquitetura simples e decoração idem. Os supermercados e as grandes lojas são montados em grandes galpões e suas instalações são bastante elementares em termos de design e de materiais utilizados.

Algumas lojas expõem seus produtos na calçada, destacando os preços em pesos uruguayos; e outras oferecem itens de vestuário ou toalhas em balcões de ofertas (tipo cestos de saldos). O público principal destes locais é o uruguaio, seja ele de localidades próximas

---

<sup>93</sup> “[...] not only at the political-jural level of regulating population flows but also at the level of meaning construction, where relative benign interpretations of the border promulgated by the state are continually subverted by the experiences and understandings of subaltern groups who seek entry, understands which, in turn, confront, if not yet transform, localised and historically sedimented conceptions [...]”.

que vem à cidade para se abastecer com produtos mais baratos, seja o turista. “*Ainda que agora esteja mais barato o Uruguai, quase sempre vou [fazer compras] no Brasil. Já ficou o costume, por mais que o Chuy-Uruguay esteja mais barato, ficou o costume, porque antes era mais barato. Compro comida, roupa, tudo.*”<sup>94</sup>.

FOTO 11 – Desfile de Sete de Setembro (note-se ao fundo que em um só quarteirão há 4 supermercados!)



(Autor: Adrián Sena)

Os artigos vendidos no lado brasileiro são basicamente de produção nacional, vendidos no atacado e no varejo. Grande parte dos supermercados e casa de comércio mais antigas são conduzidos por famílias de origem árabe. Também há várias lojas de presentes e artigos para o lar, tecidos, papelaria (que praticamente não se vê do lado uruguaio). Outro elemento característico apesar do comércio brasileiro são as “*Santerías y yuyerías*”, lojas de artigos religiosos e ervas (*yuyos*).

---

<sup>94</sup> Aunque ahora está más barato el Uruguay, pero casi siempre voy en Brasil. Ya quedó la costumbre, por más que el Chuy-Uruguay esté más barato, quedó la costumbre de comprar del lado brasileiro, porque antes era más barato. Compro comida, ropa, todo.

Uma comerciante apontou que o comércio na fronteira é bastante distinto em relação a outras regiões: *“A desvantagem que a gente tem é que aqui Natal é igual, não tem diferença nenhuma praticamente. Dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, isso quase que não tem diferença nenhuma aqui. E no Brasil, lá para dentro, tem essa diferença. Aqui não, aqui é igual. No verão um pouco mais, e no inverno cai bastante”*.

Já no Chuy, se destacam os free-shops, as lojas de produtos tipicamente uruguaios<sup>95</sup> e os armazéns. Enquanto os dois primeiros se localizam principalmente na Avenida Brasil, os armazéns estão em todos os cantos da cidade. Há um certo padrão nestes estabelecimentos: frutas expostas na calçada, refrigeradores com bebidas e/ou sorvetes, artigos de higiene, alimentos não-perecíveis<sup>96</sup>, frios e pães (aqueles localizados na área central também vendem doces de confeitaria). Muitos dos produtos vendidos são de fabricação brasileira.

As lojas de produtos uruguaios são em geral pequenas e têm produtos voltados principalmente para o turista brasileiro. Os free-shops também vendem alguns desses artigos como o doce de leite ou os vinhos, e ainda perfumes e produtos de beleza, calçados, roupas de grifes internacionais, materiais esportivos e de camping, bebidas, alimentos finos, brinquedos, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos. Ainda que, por lei, estas lojas só poderiam vender para consumidores estrangeiros, a população uruguaia também faz compras nestes locais. Os free-shops em geral têm uma boa iluminação e seguem uma decoração com uma estética mais metropolitana, assemelhando-se às lojas de alto-padrão de shopping centers. Segundo Gorski (2001, p. 148, tradução nossa), *“os turistas mais exigentes, a infra-estrutura e oferta dos negócios..., falam de usos e consumos mais ‘globalizados’ ou de nível internacional”*<sup>97</sup>.

Por tanto, se observa que não é somente na infra-estrutura urbana ou em relação aos restaurantes e outros serviços que existe uma divisão territorial, na qual cada cidade se *“especializa”* na oferta de um determinado bem ou serviço. E mais uma vez, é o possível notar uma tendência maior do lado uruguaio ao cosmopolitismo.

---

<sup>95</sup> Queijos, doces (principalmente compotas, doce de leite e alfajores), vinhos, couros, peças de lã...

<sup>96</sup> É curioso que nos armazéns de bairro, massas e biscoitos são vendidos por quilo.

<sup>97</sup> *“los turistas más exigentes, la infraestructura y oferta de los negocios..., hablan de usos y consumos más ‘globalizados’ o de nivel internacional”*.

#### 4.1.5 Moedas e diferenças cambiais

Circulam pelo Chuí basicamente quatro moedas correntes: além dos presumíveis real e peso uruguaio, há o dólar americano e o peso argentino. Isto ocorre por dois fatores: os free-shops terem os preços dos seus produtos em dólar, e a grande presença de argentinos que veraneiam nas praias da região ou que utilizam a cidade como ponto de parada rumo as praias de Santa Catarina ou ao resto do Brasil.

Em todas as partes da cidade (e também nos balneários da Barra do Chuí e Barra del Chuy), o real e o peso uruguaio<sup>98</sup> são aceitos sem problemas. Até mesmo em alguns serviços públicos, como o transporte para a Barra do Chuí ou Santa Vitória do Palmar, se aceita as duas moedas. O que ocorre, porém, é que cada estabelecimento comercial trabalha com a taxa cambial que bem entender, muitas vezes sobrevalorizando ora o peso, ora o real (a primeira opção é mais comum). À época da pesquisa de campo, o câmbio estava em aproximadamente 10 pesos para 1 real, o que tornava a conversão bastante simples. Esta era a taxa do cotidiano, pois a cotação oficial oscilava entre 9,40 e 9,70 pesos para cada real. As casas de câmbio pagavam um pouco mais do que o banco (que opera com o valor oficial), e no comércio geralmente se utilizava esta cotação 10:1. Contudo, os locais mais “turísticos” convertiam até 8:1 ou 8,5:1 (inclusive um destes restaurantes fazia conversões distintas para as entregas – mais barato – e para o consumo no local). Portanto é mais vantajoso ter as duas moedas na carteira. Em muitas ocasiões, vale mais a pena trocar o dinheiro no comércio local (por exemplo, pagar em real e receber o troco em pesos) do que nas casas de câmbio<sup>99</sup>.

O comércio de fronteira, como vimos no item anterior, vive em grande parte das diferenças cambiais. “*Porque aqui o câmbio é assim, um dia favorece o lado de cá, outro dia o lado de lá...*”. É um comércio que precisa dos desníveis monetários, e busca tirar vantagens dessas variações. “*É bom pra nós, porque se existe crise pra nós no Brasil, está*

---

<sup>98</sup> Usaremos daqui em diante somente o termo “peso” para designar o peso uruguaio.

<sup>99</sup> É curioso notar que há mais de cinco estabelecimentos deste tipo no núcleo urbano, e todos se localizam no lado uruguaio.

*bom no Uruguai, se existe crise no Uruguai, está bom pra nós no Brasil. E pra nós que vivemos aqui não tem grandes problemas”.*

Na conjuntura atual, com a valorização do real frente ao dólar, está vantajoso para os brasileiros comprar no Uruguai, porque o peso se mantém estável em relação ao dólar, e, portanto se desvaloriza frente ao real. *“Costumo fazer compras no Duty Free, no momento está bom para comprar. Alguns produtos do Uruguai no momento está bom de comprar: queijo, vinhos, doce de leite, algumas verduras... e isso ta sempre variando, dependendo de como está o câmbio, às vezes é bom de comprar lá e às vezes é bom comprar aqui. E vice-versa para eles”.* Percebe-se assim que a própria população local já está acostumada com a variação cambial e com as vantagens (e desvantagens que ela oferece), como nos conta uma entrevistada: *“Trabalhei em Santa Teresa uma temporada. Foi muito bom trabalhar lá. Trabalhei num restaurante, em 99. Nós fomos daqui em novembro e voltamos em fevereiro. [...] Eu recebia 5000 pesos, normal, né? Quando eu cheguei aqui para trocar a moeda, era um monte de dinheiro, era mil e tantos reais. Eu tava há tanto tempo lá que eu não sabia que o real, que o nosso dinheiro, não valia nada. O peso, que hoje não vale, na época valia uma fortuna. Tu ter peso era um monte de dinheiro. Compensava trabalhar lá do outro lado”.*

Como a maior parte dos turistas são procedentes do Uruguai, as cidades passam por um momento de crise. *“Só os hotéis e os free-shop estão trabalhando”*, o que significa que grande parte do comércio brasileiro deva estar operando com dificuldade, ainda mais tendo em vista que a última temporada (verão 2005-2006) não foi muito boa para este comércio. *“Quanto mais baixo está o dólar, pior é para nós [donos de lojas no lado brasileiro] na fronteira. Quanto mais alto tá, melhor, porque daí desvaloriza os outros dinheiros. Agora a gente tá vendendo pouco, porque está muito alto o câmbio. Está 10, 10.20, e o câmbio antes era 7 ou 8. Então é muito grande a diferença”.*

Os habitantes pontuam que a cotação ideal para que toda a região tenha a sua economia aquecida é de no máximo 7:1 (7 pesos para cada real)<sup>100</sup>, *Por que automaticamente o teu país está com a moeda mais desvalorizada do que o país vizinho, e o país vizinho te invade e te compra tudo que você tem para oferecer.* Mas isso porque o

---

<sup>100</sup> A cotação oficial peso/real em 1º. de novembro de 2006 era de 10,48:1 para compra e 10,53:1 para venda.

grande consumidor desta região é o turista uruguaio, como vimos antes, já que teoricamente com o real valorizado, existiria um afluxo muito grande de brasileiros que compensaria a “perda” do turista uruguaio. Mas isso não ocorre pela distância do Chuí para as grandes cidades do interior gaúcho e da capital Porto Alegre, e pela preferência do turista gaúcho de visitar os free-shops de Rivera (cidade uruguaia que faz fronteira com Santana do Livramento), cuja variedade de lojas e produtos é maior.

#### **4.1.6 Inverno *versus* Verão**

Um fator que influencia bastante o comércio, e que é um aspecto chave para entender o cotidiano fronteiriço, é a sazonalidade. Isto é, conforme a época do ano, a região ganha feições diferentes. No caso do Chuí, a distinção é feita nos termos da dicotomia “inverno”-“verão”, sendo que o primeiro abrange o período de abril a novembro, e o segundo, de dezembro a março<sup>101</sup>.

##### O “verão”

*“Bah, tu tem que ver como fica isso aqui no verão!”*

Neste período, a chamada temporada, a localidade se transforma. Os primeiros sinais são sentidos a partir de novembro. É quando os comerciantes organizam excursões de ônibus para abastecer suas lojas em Santa Catarina e São Paulo, trazendo as “coleções de verão”, exaustivamente veiculadas nas propagandas da rádio local (“A última moda em São Paulo”, e afins). Também é a época em que novos estabelecimentos são inaugurados nos balneários (Hermenegildo, Barra do Chuí, Barra del Chuy e Punta del Diablo),

---

<sup>101</sup> Podendo se estender até meados de abril, dependendo da data do feriado de Páscoa.



principalmente no setor de alimentação e diversão<sup>102</sup>. Os governos locais passam a se preocupar mais com a limpeza pública e com o embelezamento (por exemplo, com plantio de flores).

Outro efeito é o aumento considerável do número de vendedores ambulantes em ambos os lados. Ainda que no inverno também sejam muitos, vendem apenas CDs piratas (somente no lado uruguaio), óculos de sol, cigarros e balas ou quinielas (cartões de loteria uruguaio). A partir de novembro, vai aumentando paulatinamente o número de ambulantes e a variedade dos produtos: roupas, cangas, bolsas e mochilas de viagem, bancos e estofados para carros, artesanatos diversos, *mates* e *materas* (cuias de chimarrão e bolsas para carregar a cuia, a garrafa térmica e os demais apetrechos para fazer chimarrão), *trenzas* (tranças de cabelo, que no Brasil são conhecidas também como tererê), brincos e pulseiras... São também mais constantes os passeios à praia, ainda que a água do mar continue gelada e o vento, cortante.

A partir de dezembro, com as férias escolares e festas de fim de ano, é que a temporada realmente começa. “*No verão é que a população aumenta demais, tem muitos turistas*”, o número de pessoas circulando pela cidade oscila de 20 mil a 30 mil pessoas. tradicionalmente, nos balneários da Barra do Chuí e Barra del Chuy se concentram mais famílias de turistas uruguaio e argentinos, bem como a população local. O balneário Alvorada é tomado de aposentados uruguaio (*jubilados*), em sua maioria moradores permanentes que vieram para a região para ter uma vida mais tranqüila e barata. A praia do Hermenegildo é freqüentada praticamente só pelos habitantes de Santa Vitória, e algum turista brasileiro eventual; enquanto Punta del Diablo e a Fortaleza de Santa Teresa são visitados em sua grande maioria por jovens uruguaio (que geralmente reservam um dia da viagem para visitar o Chuí que fazer compras). Há alguns campings e hotéis, mas a maior parte das pessoas alugam casas ou *cabañas* (diversas cabanas de alvenaria em um mesmo terreno), com toda a infra-estrutura para cozinhar e fazer churrasco. A população local também aproveita muito este período para ir a praia. “*Todo mundo vai pra praia. Você pode ir à Santa Vitória que é uma cidade de trinta e poucos mil habitantes, ela hoje é uma cidade, não fantasma, mas toda a população tem casa na praia e vai pra praia, abandonam*

---

<sup>102</sup> Inclusive “filiais” de todos bares e discotecas da localidade (*La Huaca del Brujo, La Chozza e Laberinto*),

*a cidade. Porque só temos três meses de verão, então todo mundo aproveita esses três meses de verão. Eu jamais imaginei sair daqui seis horas da tarde, com horário de verão, ir pra praia e ficar até oito horas da noite”.*

FOTO 12 – Praia da Barra del Chuy no verão



(Fonte: <http://www.complejoturisticochuy.com/playa.htm> )

O movimento de turistas modifica o ritmo de trabalho na região: os mercados ficam abertos até por volta da meia-noite (os turistas vêm para o Chuí para abastecer-se), e em todas as partes as pessoas não têm folgas. *“No verão, em matéria de trabalho, se trabalha em alguma coisa, porque se quiser vender alguma coisa na rua [por exemplo] se consegue”*<sup>103</sup>. Há uma grande quantidade de eventos nos clubes de praia dos dois lados da fronteira, como shows, Baile da Cerveja, Baile do Havaí, etc. Mas a vida noturna se concentra principalmente na Barra uruguaia: *“no verão é na Barra uruguaia o movimento. A Barra brasileira e Hermenegildo, faz uns dois ou três anos que tu vê que quer embalar. Apesar de que um o Hermenegildo tem vida própria, mas a Barra não decola. Todo mundo vai para a Barra uruguaia, lá que é a concentração de jovens”*.

Esse fluxo de pessoas transforma também as feições das cidades: o espanhol fica ainda mais proeminente, o jeito de se vestir, as músicas que se ouve nas boates e nos carros, a atitude das pessoas, dentre outros fatores, fazem com que a presença da cultura uruguaia

---

que no final de novembro fecham a “matriz”, que só é reaberta depois da temporada.

seja predominante no cotidiano fronteiriço. O único momento que “quebra” essa supremacia é o “Iemanjá”, noite de 2 de fevereiro, em que as pessoas fazem oferendas para a rainha do mar. São construídos barquinhos de madeira, onde são oferecidos perfumes, “jóias” (bijuterias), velas, uma taça de vinho e eventualmente algum objeto especificamente relacionado à graça alcançada ou que se queira alcançar. Segundo os moradores, é um evento que reúne um grande número de pessoas, seja para fazer a oferenda, seja para assistir.

O sucesso ou não da temporada também está relacionado com a variação cambiária, e os habitantes dizem que a temporada vem caindo, ano após ano. *“O Chuí quando eu vim morar, foi uma temporada ma-ra-vi-lho-sa. Me lembro que foi uma invasão, que passou até no Jornal Nacional... Uma invasão de gente no Chuí. Eu me lembro daquele carnaval, aquele ano tu ia no centro e não tinha lugar para estacionar. E as temporadas vieram caindo, e vieram caindo, e veio mudando. E aí veio nos anos seguintes, nos invernos seguinte ficou uma pobreza, tu ia no Chuí e tu não via quase nada, ficou caro”*.

O auge da temporada são os feriados de Carnaval e da Semana Santa, e geralmente se considera esta o término da temporada. *“A sensação que dá no verão principalmente de é que tu mora numa cidade pequena, mas a sensação é que tu mora numa cidade grande. Até porque tu lida só com pessoas de fora... O movimento. Tu vê gente”*.

### O “inverno”

*“No inverno morre o Chuí. Logo quando termina a temporada de verão, morre... As ruas ficam desertas, ninguém vai ao centro”*<sup>104</sup>. Durante esse período, os dias e noites são muito frios, com ventos fortes e muita chuva até fins de setembro. O movimento do verão desaparece (exceto em um outro feriado) e a cidade volta a ser *“pequena, pacata, de gente do interior. Domingo à tarde a maioria da população está em casa e no inverno ninguém sai de casa, todo mundo fica em casa no inverno, liga a lareira, você sai na rua e só vê a fumacinha saindo das casas”*. Devido ao menor movimento de turistas, entre junho e setembro muitas lojas fecham e o desemprego aumenta. *“A gente tem que fazer uma*

---

<sup>103</sup> En verano, en materia de trabajo, se trabaja en algo, porque se quiere vender en la calle algo, se consigue

<sup>104</sup> En el invierno muere el Chuy. Ya cuando termina la temporada de verano, muere... Las calles quedan desiertas, nadie va al centro.

*temporada boa para ter o que comer no inverno. Tu vê julho, agosto, a cidade fica parada parada. A gente tem que fazer nos três meses da temporada o dinheiro para viver o ano inteiro”.*

FOTO 13 – Praia da Barra del Chuy vazia (foto tirada em meados de outubro)



(Autora: Ana Rosa Domingues dos Santos)

#### **4.1.7 População**

Assim, o núcleo urbano Chuí-Chuy concentra uma população fixa de pequena monta e uma população flutuante variável. Consideramos por população fixa aquela parcela que passa a maior parte do ano na região, inclusive no “inverno”. Segundo os dados dos

últimos censos<sup>105</sup> brasileiro e uruguaio (de 2000 e de 2005, respectivamente), a população seria de 6.386 pessoas no Chuí/BR e 10.401 no Chuy/UR. Segundo os consulados uruguaio e brasileiro, há aproximadamente 2.000 uruguaios vivendo no Chuí, e 500 brasileiros vivendo no Chuy. Evidentemente, estes são somente os registrados no consulado, de forma que esses números podem não expressar a realidade local. Um secretário municipal do Chuí, por exemplo, apontou que a estimativa de brasileiros vivendo no Chuy seria de 1.500 a 2.000 pessoas. Essa discrepância pode ser atribuída a alguns fatores como: a diferença entre o registro de nascimento e a auto-adscrição dos indivíduos (que neste caso apenas teria nascido no Uruguai, mas se considera brasileiro, e que não precisa registrar-se no consulado); a dupla-cidadania (ou *doble chapa*, como são conhecidos), que também dispensaria o registro; a flutuação populacional e mesmo o desinteresse por registrar-se.

Esta população reúne, além de brasileiros e uruguaios, árabes de diversas procedências (principalmente palestinos), argentinos, japoneses, etc., sendo que dessas minorias, apenas os árabes têm uma presença pronunciada: ademais de serem proprietários de muitos dos estabelecimentos comerciais, possuem grande influência política<sup>106</sup>.

Grande parte da população que hoje reside na fronteira não é natural do lugar. A fronteira exerceu e exerce muita atração sobre a população de localidades vizinhas e também um pouco mais distantes. Foi possível observar – a partir dos registros de união civil do cartório do Chuí – que há migrantes oriundos de várias partes do Rio Grande do Sul e do Brasil<sup>107</sup>. Da mesma maneira, há uruguaios de várias partes do país, fato que levou Aristimuño (*apud* GORSKI, 2001, p.149, tradução nossa) a afirmar que: “[...] a atividade de comércio local e o espírito empreendedor de sua gente determinou um verdadeiro empurrão

---

<sup>105</sup> Há diferenças entre os recenseamentos, pois o Censo Nacional uruguaio é feito por departamentos. Dessa maneira, estes dados são os referentes apenas à Cidade do Chuy, sem levar em conta a área rural. E, uma vez que a área total do Chuí brasileiro é de apenas 203km<sup>2</sup> e que mais de 90% da sua população é urbana, não fizemos aqui a distinção entre população urbana ou rural. Vale notar também que a população chuiense corresponde a aproximadamente 0,0034% da população brasileira, enquanto a população chuyense corresponde a 0,33% da população uruguaia, situando o Chuy com uma importância bem maior em escala regional e nacional uruguaia do que o Chuí em relação ao Brasil.

<sup>106</sup> Não deixa de ser interessante a expressividade e força política desse grupo étnico, que, segundo os depoimentos colhidos dentro da comunidade por Jardim (2000, p.7), oscila entre 200 famílias ou 200 migrantes; segundo nossos entrevistados, a comunidade árabe teria ao redor de 400 integrantes. Ou seja, em qualquer um dos casos, é apenas uma parcela pequena da população total.

<sup>107</sup> Um detalhe interessante, que infelizmente não foi possível pesquisar com mais profundidade, é que grande parte destes vieram de outras zonas fronteiriças (Jaguarão, Santana do Livramento, Bagé, Uruguaiana, Ponta Porã...).

de crescimento que se mantém em pleno vigor e faz que o Chuy seja uma das populações que do ponto de vista demográfico progride a um ritmo mais vertiginoso, não somente no departamento mas em todo o interior da República (com a única exceção das ‘populações dormitório’ nos arredores da capital)”<sup>108</sup>.

Conforme dissemos anteriormente, há uma flutuação da população, flutuação esta que varia de acordo com a situação da época do ano, do desenvolvimento da economia local e dos países como um todo. No momento da pesquisa de campo, era maior o número de uruguaios (vindos de diversas partes do país, mas principalmente do próprio departamento de Rocha), que migraram por causa da crise no país. “*Há um fluxo muito grande aqui, Já te digo pela situação [econômica]...*”<sup>109</sup>. Ou, nas palavras de uma moradora: “*Sou apenas mais um número, que teve que vir viver na fronteira para poder sobreviver de uma maneira melhor. Em Rocha... tu segues sem trabalho e passa três meses sem trabalhar em nenhum lado. Não consegues nada, nem de faxineira*” (tradução nossa)<sup>110</sup>. Contudo, com a queda no movimento comercial da cidade, também é possível observar um êxodo populacional.

Há também o que poderíamos chamar de movimento pendular entre o Chuí e as localidades próximas (Barra del Chuy, 18 de Julio, Barra do Chuí, Santa Vitória do Palmar), de pessoas que trabalham no Chuí mas moram nestes lugares, incrementando as inter-relações e as redes sociais da região.

#### **4.1.8 Falar “brasileiro”, falar “uruguaio”: a questão dos idiomas**

Pelas ruas do Chuí, o transeunte pode ouvir três idiomas: o espanhol (também chamado de castelhano), o português e o árabe. A maioria das pessoas compreendiam bem e

---

<sup>108</sup> [...] la actividad de comercio local y el espíritu emprendedor de su gente determinó un verdadero empuje de crecimiento que se mantiene en pleno vigor y que hace que Chuy sea una de las poblaciones que desde el punto de vista demográfico progresa a un ritmo más vertiginoso, no sólo en el departamento sino en todo el interior de la República (con la sólo excepción de las ‘poblaciones dormitorios’ de los aldeaños capitalinos).

<sup>109</sup> Hay un flujo de uruguayos muy grande acá. Ya te digo por la situación...

<sup>110</sup> Soy un número más, que se tuvo que venir a vivir en la frontera para poder sobrevivir de una mejor manera. Porque acá en Uruguay, hace un tiempo atrás, en Rocha... Tú vas sin trabajo y vos pasa tres meses sin trabajar en ningún lado. No consigues nada, ni de fajinera.

se comunicavam ao menos razoavelmente nos dois primeiros, aos quais normalmente chamam de “brasileiro” e “uruguaio”<sup>111</sup>. Quanto ao árabe, somente os imigrantes, seus descendentes e pessoas mais próximas manejam o idioma. Alguns estabelecimentos anunciam suas ofertas (suponho) e produtos em cartazes nesta língua; e eventualmente se ouviu uma canção árabe na rádio local, músicas bastante famosas e antigas.

Por todo o núcleo urbano, há uma clara predominância do espanhol. Diferentemente dos outros pares de cidades da fronteira entre o Brasil e Uruguai (cf. mapa 1, item 3.1), apenas o Chuí/Chuy não se insere na zona de Dialetos Portugueses no Uruguai (DPUs), zonas em que uma parcela da população uruguaia tem o português dialetal como língua materna, geralmente em áreas rurais. *“Uma característica que eu acho muito marcante nessa fronteira aqui é o seguinte: o brasileiro fala uruguaio, fala espanhol. É uma fronteira que nós captamos, assimilamos a língua deles. Não tem um brasileiro que não fale espanhol, ao contrário, ele fala mal o português porque ele fala sempre em espanhol”*. Mesmo no Brasil, na maior parte dos estabelecimentos comerciais o atendimento é feito nesta língua, dado que os consumidores são na maioria uruguaios<sup>112</sup>. Nos supermercados, por exemplo, as seções são nomeadas *“Dulces”* (doces), *“Panadería”* (padaria), *“Pollos”* (frangos), *Fiambrería* (frios), etc. Também as ofertas e mesmo nas placas com preços, o destaque maior é dado ao espanhol ou ao valor em pesos uruguaios. Isso se repete também nas demais lojas, sendo que algumas colocam somente o valor em pesos. Os próprios nomes dos estabelecimentos são castelhanos, como a *Farmacia San Cono*<sup>113</sup> ou a danceteria *La Huaca Del Brujo*, bem como suas “especialidades”: *Carnicería* (açougue), *Vidrería* (vidraçaria), *Tapicería* (tapeçaria), *Heladería* (sorveteria),... Surpreendentemente, até alguns eventos oficiais, realizados pela Prefeitura do Chuí, recebem nomes ou cartazes em espanhol – a festa do aniversário da cidade recebeu o nome de *“La Gran Fiesta”*, ou a grande festa.

---

<sup>111</sup> Este domínio dos dois idiomas, quando existe, se dá somente na esfera da oralidade. Na comunicação escrita é comum que surjam erros ortográficos, por causa da fonética diferente de diversas letras (por exemplo, o “J”, o “G” e o “Y”).

<sup>112</sup> Aqui, convém recordar que o Chuy tem quase o dobro da população do Chuí, e que estes comércios são voltados para o turista uruguaio (cf. itens 4.1.4 e 4.1.7).

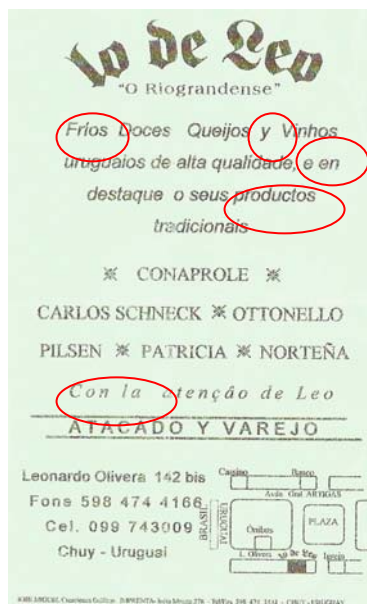
<sup>113</sup> *San Cono* é um santo de origem italiana bastante popular no Uruguai e na Argentina, que é relacionado com a prosperidade e, particularmente, com a sorte em jogos de azar, sendo considerado o protetor dos *quinieleros* (apostadores de loteria).

Já nos free-shops e lojas de produtos tipicamente uruguaios (couros, queijos, vinhos, doce de leite, etc.), voltados para o cliente brasileiro, se vê anúncios e placas em português. Todavia, é bastante comum que haja algum erro de português nesse material, ou a mescla dos idiomas (ver ilustração).

Já o atendimento destas lojas só é feito – quando é feito – em português após o vendedor descobrir a nacionalidade do cliente. Priorizar o espanhol num primeiro contato com um desconhecido é praticamente uma regra. Certa vez, um panfleteiro que fazia propaganda para um restaurante brasileiro me disse “*Menú turístico a 70 pesos: chorizo, pollo, churrasco, arroz, poroto, ensalada mixta, ensalada rusa y postre, señorita*”<sup>114</sup>. Ao perceber meu sotaque, falou: “*Ah, mas tu é brasileira! Já almoçaste?*”, em um português absolutamente sem sotaque.

FIGURA 1 – Mescla de idiomas no panfleto do mercado uruaio

“Lo de Leo”



<sup>114</sup> “Menu turístico a 70 pesos: lingüiça, frango, carne, arroz, feijão, salada mista, salada russa e sobremesa, senhorita”. Sobre o assunto, ler a seção dedicada aos hábitos alimentares.



Pelas avenidas centrais, os três idiomas estão presentes, mas na medida em que nos afastamos delas (duas quadras já são suficientes), quase não se ouve o espanhol no Chuí ou o português no Chuy. “*Aí mesmo no Chuy, tu entra num botequinho mais fora da fronteira, é difícil encontrar quem fale português*”. O árabe, por sua vez, realmente só foi perceptível nas imediações das lojas do centro.

Ao contrário do que se possa imaginar, o uso do portunhol (mistura do português com o espanhol) é raro<sup>115</sup>. “*Se tu olhar outras fronteiras, tu vê que por exemplo em Livramento e Rivera, o acento, a mistura do espanhol com o português é mais que o nosso. O nosso tem, o pessoal diz ‘Ah, ta, tu é da fronteira, tu é castilhano’. Mas não misturamos tanto o espanhol com o português...*”. Há, sim, palavras “emprestadas” de uma ou outra língua no uso cotidiano, mas não uma mistura dos idiomas. Inclusive alguns entrevistados apontaram que a mescla se dá mais neste nível, no das palavras: “*Às vezes, até mesmo em casa eu entrevero [misturo] o português, muitas palavras em português*”<sup>116</sup>, diz uma secretária uruguaia. Já para um comerciante brasileiro, “*tu mistura os dois idiomas, tu perde um pouco a identificação do teu país, às vezes tu que falar em português e tem que pensar para não falar uma bobagem. Porque tem muitas palavras nossas que por exemplo no Uruguai é bobagem. E tem palavras do uruguaio que nós escutamos e uma tremenda de uma palavra ruim, sacanagem vamos dizer assim. Tem várias palavras, então às vezes tu tem que pensar bem primeiro o que tu vai falar...*”. A mescla existe sim, mas dificilmente atinge o nível morfosintático de cada idioma, restringindo-se apenas ao léxico. Mas o mais provável – e bastante comum – é que cada indivíduo de comunique em um idioma, e que ambos se entendam perfeitamente. É o caso de uma comerciante brasileira, casada com um uruguaio: “*ele fala sempre em espanhol, eu sempre em português. A minha filha fala em espanhol com ele, e em português comigo*”.

Em casos mais extremos, pessoas de ambas nacionalidades expressam uma relutância em utilizar o outro idioma, ainda que saibam. “*Eu não tinha intenção nenhuma de*

---

<sup>115</sup> Esclareço que esta é uma visão pessoal, compartilhada com outros autores (como Gorski, 2001), mas que não é consensual entre os habitantes. Há os que concordam, e os que discordam veementemente. Também a esse respeito, o leitor não deve considerar os trechos transcritos das entrevistas ou mesmo das experiências relatadas como indício do uso corrente do portunhol, dado que eram situações específicas onde o interlocutor pode ter se utilizado deste artifício para facilitar a minha compreensão.

<sup>116</sup> A veces hasta mismo en mi casa yo entrevero el portugués. Muchas palabras en portugués.

*aprender o português. Não sei porque, eu não gosto*<sup>117</sup>. Estes casos são mais comuns entre as camadas mais altas da população, mas também são observados entre pessoas de nível socioeconômico mais baixo, como a ajudante de cozinha que acha que “*O brasileiro que vai falar o castelhano, a pronúncia fica horrível. Então eu acho que fica feio, eu não tento nem... Uma vez eu vinha de Santa Teresa no ônibus uruguaio, aí eu queria descer num determinado lugar. Quando o ônibus ia passar e eu me levantei – porque os ônibus andam muito rápido lá – e comecei a pensar o que eu tinha que dizer para o motorista... Que horrível. Aí eu olhei para ele e falei ‘Yo me quedo acá, yo me quedo acá’. Tu sabe que eu falei aquilo, e não parecia eu*”.

O aprendizado da segunda língua geralmente se dá de forma natural, e somente há poucos anos foi incorporado aos currículos escolares. Os brasileiros aprendem o espanhol pela convivência do cotidiano e pela própria necessidade do mercado de trabalho. Em diversas entrevistas, os respondentes disseram que praticamente foram obrigados a aprender o idioma. Ao serem perguntados sobre como aprenderam o espanhol, alguns responderam: “*Falando com o pessoal, convivendo com as pessoas e trabalhando com eles. Eles chegavam para conversar comigo e eu tinha que conversar com eles, então tive necessidade de aprender na marra.*”, ou “*Um que se cria aqui na fronteira praticamente aprende falando com os uruguaios, a grande maioria do pessoal fala espanhol aqui, é o que mais se usa. Então a gente aprende na marra*”, e ainda “*E aí quando cheguei aqui, eu sempre falei português. Eu fui numa loja do lado de lá, falava em português e ninguém entendia. Ninguém entendia mesmo o português. E aí eu tive que aprender obrigado o espanhol*”. Há, contudo, alguns entrevistados que disseram ter aprendido no cotidiano, com a convivência, ao natural.

Já os uruguaios aprendem o português também pela convivência, mas o fator fundamental é a difusão pela televisão (através das transmissões da Rede Globo). “*Só de ver televisão, já aprendi um pouco. Depois, sempre trabalhei do lado brasileiro...*”<sup>118</sup>, ou “[aprendi] *Com as pessoas da cidade, não fiz nenhum tipo de curso. E vendo a TV,*

---

<sup>117</sup> Yo no tenía intención ninguna de aprender el portugués. No sé, a mi no me gusta...

<sup>118</sup> Sólo de mirar la tele, ya aprendí un poco. Después, siempre trabajé del lado brasilero.

*principalmente*”<sup>119</sup>. Certo dia, fui assistir a um filme na casa de uma família uruguaia. Disse que não precisavam pôr a legenda em português, que eu entendia bem o espanhol. Obtive como resposta: *“Tu sabes que eu já me acostumei tanto [ao português] que quando colocamos um filme, o coloco em português. E já ao uruguaio, não entendo. Se eu escuto um filme em uruguaio, quando falo sobre ela, falo em brasileiro”*<sup>120</sup>.

Outro caso interessante em relação aos idiomas é o de uma garota brasileira, nascida no Chuí e filha de uma união bi-nacional, que resolveu viajar a Maldonado (cidade próxima a Punta Del Este) com as amigas. Seu pai a alertou que só falassem em castelhano, para que não soubessem que ela era brasileira. Não tive a oportunidade de falar com dito senhor, e a garota não soube me dizer o motivo da recomendação, porém fica claro o jogo identitário que a fluência nas duas línguas permite. Há um outro relato, feito em tom de brincadeira por um motorista brasileiro (cuja mãe é uruguaia), casado com uma comerciante uruguaia: *“Eu tenho a facilidade que eu falo os dois idiomas, ela nunca se deu conta que eu era brasileiro. Em nenhum momento ela desconfiou que eu era brasileiro. Quando eu contei para ela foi um choque, porque ela não queria um brasileiro”*.

Podemos concluir, dessa maneira, que o Chuí/ Chuy forma uma comunidade verdadeiramente bilíngüe<sup>121</sup>.

#### **4.1.9 Hábitos alimentares**

Os hábitos alimentares também refletem, de certa maneira, o padrão lingüístico da região. Há também uma certa predominância uruguaia, conforme veremos abaixo.

---

<sup>119</sup> Con la gente de la ciudad, no hice ningún tipo de capacitación. Y mirando la TV, principalmente.

<sup>120</sup> Tú sabes que yo me acostumbré tanto que cuando ponemos una película, la pongo en portugués. Y ya lo uruguayo no lo entiendo. Lo escucho alguna película en uruguayo, cuando la cuento, la cuento en brasilero.

<sup>121</sup> Não só plano terrestre, mas também no plano espiritual. Dois entrevistados – um espírita e um umbandista – relataram que espíritos/entidades se comunicam tanto em português como em espanhol. A relação das populações com o tema da religião não será abordado pela falta de dados (há uma igreja católica, um centro espírita cardecista, e uma igreja evangélica Universal do Reino de Deus em cada uma das cidades, e um centro umbandista e diversas outras igrejas evangélicas no lado brasileiro).

## Nos restaurantes

Como observamos antes, há poucos restaurantes no lado brasileiro e uma grande quantidade no lado uruguaio. Mais uma vez são sensíveis as diferenças entre as comidas servidas de cada lado.

No Chuí, os estabelecimentos se dividem em basicamente três tipos: churrascaria a rodízio (“espeto corrido”); lanchonete e restaurante; e comida “*al paso*” (trailers que vendem lanches ou comidas rápidas), também conhecidos como “*comipaso*”. Nestes últimos, cujos donos são em sua maioria uruguaios, as refeições são invariavelmente servidas à moda uruguaia: uma carne (ou frango) e uma guarnição, sempre fartas. O mais comum é a milanesa com fritas, um bife ou frango à milanesa (que ocupa praticamente todo o espaço de um prato de jantar), e as batatas fritas por cima ou numa travessa à parte. Já nas lanchonetes, se vendem sanduíches como o baurú<sup>122</sup>, milanesas (com três ou quatro guarnições à escolha: salada mista, salada russa, batatas fritas ou arroz), ou os “menús”, que seriam o equivalente ao “prato feito”: porções individuais que incluem arroz, feijão, carnes (um pedaço de frango, um de carne e uma lingüiça assados; ou um bife na chapa ou à milanesa, dependendo do local), salada mista (alface, tomate e cebola), salada russa, pão e sobremesa. Os preços variam de R\$ 6,00 a R\$ 8,00, por pessoa. Por último, nas churrascarias são servidos diversos tipos de carnes e guarnições. Curiosamente, todos estes restaurantes são locais em que não se espera muito tempo para a comida ficar pronta.

Os restaurantes do Chuy, por sua vez, se dividem em cinco tipos: *parrilladas*, lanchonetes, restaurantes de comida variada, pizzarias e *comipasos*. A *parrillada* (vide foto 14) é um tipo de churrasco bastante comum no Uruguai e na Argentina, cujas diferenças básicas do churrasco brasileiro são o corte e o preparo da carne, e o tipo de grelha utilizado (a *parrilla*). Nestes locais, as carnes são pedidas à la carte. As lanchonetes uruguaias servem

---

<sup>122</sup> Embora tenha o mesmo nome, é diferente do bauru de Porto Alegre ou de São Paulo: trata-se do comumente conhecido no Brasil como X-tudo: hambúrguer bovino, tomate, alface, queijo, ovo frito, panceta (uma espécie de bacon), catchup e maionese. Pode também levar ervilhas ou milho verde.

sanduíches diversos, como o misto quente ou frio, o *chivito*<sup>123</sup> e o *Pancho*, um cachorro-quente simples, feito com uma salsicha maior e mais saborosa que as vendidas no Brasil, bem como doces e bombons variados, dentre eles o *alfajor* e o *bocadillo* (este último uma espécie de bombom recheado com doce de leite).

FOTO 14 – *Parrillada*



(Autor: Adrián Sena)

Os restaurantes servem comidas variadas: carnes, frangos, peixes, massas, sempre acompanhados de uma porção de pão e raramente com guarnições (estas são pedidas separadamente, ainda que dificilmente os clientes o façam). A maioria dos restaurantes também servem o *chivito* “*al pan*” (no pão) ou “*al plato*” (com os ingredientes separados no prato). Já os *comipasos* servem os mesmos sanduíches que as lanchonetes e também o *choripan* (semelhante ao cachorro-quente, porém recheado com uma lingüiça frita, o *chorizo*). Um detalhe interessante é que alguns desses locais vendem dois tipos de *pancho*, o

---

<sup>123</sup> Sanduíche tipicamente uruguaio. Seu preparo varia de um local para o outro, mas geralmente leva os mesmos ingredientes do baurú, com a diferença de ser feito com filé ou contra-filé bovino. Também leva presunto, azeitonas e duas ou três fatias a mais de queijo.

uruguaio e o brasileiro, rigorosamente iguais exceto pela qualidade das salsichas utilizadas (que têm o mesmo tamanho). O uruguaio chega a ser 50% mais caro que o brasileiro. As pizzarias, por sua vez, servem além das pizzas, o *chivito* e o *pancho*. São ainda o local onde os jovens se reúnem antes de sair para dançar nos finais de semana, e o ponto de venda de ingressos para shows na região.

### Em casa

Também na comida que as pessoas fazem em suas casas, observamos diferenças. Os brasileiros consideram a culinária uruguaia bastante limitada, em contraste com a variedade brasileira. *“Não varia muito a comida uruguaia. O sopão, o assado, a milanesa frita, são os pratos típicos uruguaios. Não é como nós...”*. Ou, nas palavras de outro entrevistado, *“o cardápio deles é muito pequeno, tu sabe que não tem nada a ver com o nosso”*. Endossando esta visão, uma ajudante de cozinha brasileira postula que *“a gente gosta de feijão, arroz. Eles comem guiso, guiso, guiso<sup>124</sup>. A milanesa de carne picada, eles adoram isso. Tu faz um ensopadinho de couve, e eles ‘ai, que horror’. E isso para nós isso é normal... Comer guisadinho<sup>125</sup> com batata... Para eles tu faz massa, abóbora... é a comida preferida”*.

Outra “reclamação” comum é a pouca diversidade de pratos servidos numa refeição: *“Tu senta numa mesa para tomar café no Uruguai, é só um pãozinho com manteiga, e não existe mais nada. Essa coisa de suquinho, frutinha, não tem. Nas comidas também, eles são muito assim de fazer uma ou duas coisinhas... O brasileiro é muito difícil, a gente sentar na mesa que tenha um prato ou dois, é sempre mais, né? Nessas coisas de comida, às vezes não combina. Faz uma coisa só e põe na mesa para comer... Às vezes eu vou para lá, e sempre fico achando que vai aparecer outra coisa, mas é aquela comida e terminou. E a gente tem esse costume [de ter vários pratos à mesa], nem que não coma.”*

Os uruguaios, por sua vez, estranham a maneira de comer do brasileiro. *“Porque eles comem tudo misturado, por exemplo, comem lingüiça assada, ovo frito, arroz branco e*

---

<sup>124</sup> Guiso: ensopado com carne, também conhecido como *puchero*.

*feijão. Tudo misturado, o ovo, o arroz e o feijão. E eles riram de mim porque eu comi o arroz branco com o ovo, o arroz branco com o feijão, o arroz branco com a lingüiça. Tudo separado*<sup>126</sup>.

Uma visão bastante semelhante é dada por outra entrevistada: *“Eles misturam muito para comer. Comem tudo junto, nós uruguaios não. Nós por exemplo comemos o feijão com macarrão, e não colocamos por exemplo salada, tomate, ovo frito. Comemos separado, e o brasileiro não, misturam tudo, comem (sic) tudo junto. Aqui comemos de uma maneira, e lá se come diferente...”*<sup>127</sup>

O uso do feijão é talvez a diferença mais evidente: *“Eu acho estranho que sempre comem feijão, todos os brasileiros que conheço sempre comem feijão. Alguma coisa e feijão”*.<sup>128</sup> *“Nós [uruguaios] comemos feijão uma ou duas vezes no ano, e vocês... É todo dia, todo dia... Não te enjoa?”*<sup>129</sup>.

O abastecimento é feito em geral nos supermercados brasileiros. Mas há diversos produtos adquiridos preferencialmente no lado uruguaio: *“Tem produtos que tu compra muito mais no Uruguai, os produtos uruguaios na maioria é melhor, são mais livres de produtos químicos. O presunto por exemplo é muito melhor que o daqui. A carne. É uma questão de costume também. Os uruguaios, tudo o que é coisa de supermercado eles compram aqui. Essas coisas de frutas, presunto, carne, queijo, eu compro tudo no lado de lá”*. Os principais produtos – além do já citado *pancho*<sup>130</sup>, são massas frescas, presuntos, carnes, queijos, manteiga, doce de leite, sorvete, vinho, cerveja, e produtos de padaria (os bizcochos – pães doces-, doces de confeitaria, as galletas – também conhecido como pão de

---

<sup>125</sup> Guisadinho: carne moída

<sup>126</sup> Porque ellos comen todo entreverado, por ejemplo, comen chorizo asado, huevo frito, arroz blanco y poroto. Todo entreverado el huevo, el arroz y el poroto. Y ellos se reían de mí porque yo comí el arroz blanco con el huevo, el arroz blanco con el poroto, el arroz blanco con el chorizo. Todo por porción, separado.

<sup>127</sup> Ellos misturan mucho para comer. Se comen todo junto, nosotros uruguayos no. Nosotros por ejemplo el poroto, lo comemos con fideo, y no ponemos por ejemplo ensalada, tomate, huevo frito. Comemos separado, y lo brasilero no, entreveran todo, comen todo junto. Acá comemos de una manera, y allá se come diferente de lo que comemos en casa.

<sup>128</sup> Yo extraño que siempre comen poroto, todos los brasileiros que conozco siempre comen poroto. Otra cosa y poroto.

<sup>129</sup> Nosotros [uruguayos] comemos porotos una o dos veces al año, y ustedes... Todo día, todo día... ¿No te enojas?

<sup>130</sup> No Uruguai não se diferencia a salsicha e o cachorro quente, ou seja, uma pizza com salsichas é uma pizza de *pancho*. De uma maneira geral, os chuienses brasileiros também não fazem essa diferenciação.

campanha, um tipo de pão específico da região, com durabilidade maior, de pelo menos cinco dias). Ou seja, produtos derivados de leite ou farinha; e relacionados a carnes em geral, ou bebidas.

Em relação às bebidas, é raro o consumo de sucos (principalmente naturais), sendo preferidos os refrigerantes<sup>131</sup>, a água com gás (em diversos locais não se vende água sem gás), o vinho e a cerveja. No desjejum e durante o dia se toma café ou mate (chimarrão). O consumo de bebidas alcoólicas é feito em larga escala, sendo a cerveja e o vinho os principais, mas com muita variedade (Amarula, Vodka, Whisky, Tequila, Conhaque...) em função dos Free-Shops.

#### **4.1.10 Lazer e entretenimento**

Ir aos restaurantes, principalmente nas pizzarias, é uma das formas de lazer mais comuns numa região que, segundo a percepção dos moradores, “*não tem nada, [em termos] de diversão*”. Esta “ausência” foi marcante. Ao serem indagados sobre o que deveria mudar na cidade, muitas vezes os entrevistados pontuaram que gostariam “*que tivesse mais coisas culturais, mais encontros culturais, que trouxessem coisas de outros lados que nós não temos aqui*”, ou que tivesse “*mais recreação, um pouco de tudo*”, “*mais diversão, com um cinema... mais opções para sair, teatro, alguma coisa assim...*”<sup>132</sup>. A falta de um cinema na cidade foi um tema recorrente, como se pode observar nesse relato, “*E [faltam atividades] culturais também. Nem preciso dizer, não há um cinema! Isso já é muito indicativo. No cotidiano de uma cidade grande tu encontras um cinema, um teatro, uma confeitaria, um*

---

<sup>131</sup> Segundo o dono de uma lanchonete uruguaia, a Coca-cola uruguaia tem uma política especial para a região de fronteira, por causa da diferença de preços. “*Eles [os turistas] vêm aqui com o 13º. [salário], desce a família inteira passam 15 a 20 dias, comem, tomam coca-cola o dia inteiro, porque lá no Uruguai é impossível tomar uma coca-cola de 2 litros. Uma Coca hoje no Uruguai deve estar mais de 6 reais*”.

<sup>132</sup> Más diversión, con un cine... más opciones para salir, teatro, alguna cosa así.



*lugar onde tu possas ir. Percebes a diferença, às vezes num sábado à noite quero ir ao cinema, ao teatro [...] aqui não tem*<sup>133</sup>”.

Nos arredores das cidades existem vários atrativos naturais e culturais, como a praia, a Lagoa Mirim e os fortes de São Miguel e Santa Tereza (ambos têm em suas instalações museus). Contudo, com a exceção da praia, os atrativos da região são pouco aproveitados como alternativas de lazer em seu potencial. A Lagoa, por exemplo, é utilizada somente para a pesca (passatempo muito comum na região, “*Pescar, é o que eu mais gosto de fazer*”) e por alguns empreendimentos turísticos que oferecem passeios de barco no verão, desconsiderando todos os esportes aquáticos e outros usos que a Lagoa e sua orla poderiam ter. Os fortes são visitados por seu atrativo cultural (ambos são também parques ecológicos) somente pelos turistas. A população praticamente só vai quando há algum evento, como o *Día del Patrimonio*<sup>134</sup>. “*Tem belezas naturais muito lindas, aqui pelos arredores, muito lindas. Tem centros culturais muito lindos, mas não muito bem aproveitados [...], tem lugares lindos para ir visitar, educativos. Poucos, mas tem. Não se aproveita nada disso*”.

Além disso, nos arredores das cidades também há a área rural (a *campanha*), com muitas chácaras e estâncias que são utilizadas para o lazer por seus donos e parentes e amigos. “*Vou muito pro campo, gosto de andar a cavalo*”, aponta um entrevistado.<sup>135</sup>

As atividades de lazer também são influenciadas pela sazonalidade. No verão, evidentemente, há uma grande procura pela praia. Porém, a grande maioria da população acaba aproveitando muito pouco, porque esta é a época em que mais se trabalha também. “*Nesse verão eu fui duas ou três vezes para a praia só. Gosto de ir à praia sim, se eu pudesse ia seguido*”. As pessoas vão para a praia quando acaba o expediente de trabalho ou há uma folga. Somente os autônomos, os donos de comércios, servidores públicos e alunos em férias, e aposentados usufruem a praia durante todo o verão.

---

<sup>133</sup> Y culturales también. Ni preciso decir, ¡no hay un cine!, eso ya es mucho indicativo. En el cotidiano de una ciudad grande tú encuentras un cine, un teatro, una confitería, un lugar donde tú puedes ir. Encuentras la diferencia, a veces me pasa de en un sábado a la noche querer ir al cine, a una hora de teatro, algo bueno, [...] aquí no hay

<sup>134</sup> Feriado uruguaio, realizado no dia 23 de setembro, no qual são abertos todos os prédios públicos para visitação. No caso do Forte de São Miguel, houve uma encenação histórica sobre a tomada do forte junto aos portugueses pelos espanhóis, com direito a tiros de canhão de festim.

<sup>135</sup> Vale lembrar que estas atividades se constituem em trabalho para uma parcela da população.

Durante o inverno, presumivelmente, as pessoas passam mais tempo em casa, exceto pelas atividades oferecidas pelo Club Social (aulas de pintura, yoga, etc.) e quando eventualmente há um evento diurno, como um campeonato de motocross ou alguma inauguração ou comemoração nas ruas<sup>136</sup>. Nesta época é mais comum também que as pessoas se organizem para fazer jantares ou simplesmente reunirem-se para tomar chimarrão, “*tomar chimarrão é o que mais faz o gaúcho*”.

As pessoas geralmente se consideram muito caseiras (mesmo no verão). “*Normalmente fico em casa, fico em casa. Mas se tenho um tempo livre um pouco maior, gosto de ir a praia, gosto de ler*”<sup>137</sup>. “*Eu não tenho tido muito tempo livre ultimamente. Quando eu tenho, fico lendo uma revista, vendo algum filme. [...] Só trabalho. E fico mais em casa, eu sou muito caseiro*”.

As atividades manuais também são um importante passatempo, principalmente o tricô, crochê, ou artesanato em madeira ou palha. “*No inverno, eu gosto de fazer crochê, fazer tricô, ficar com a minha neta, ... Às vezes [a gente] se entedia, sabe? Como eu trabalho tanto, quando eu saio de lá eu quero estar em casa. Vejo TV, filme... No inverno eu vejo muito filme.*”

A televisão, o aluguel de filmes e o rádio são as principais atividades apontadas nas entrevistas. Em relação à programação televisiva, chama a atenção que apesar de existir um canal local uruguaio, a grande preferência é pela Rede Globo: “*Aqui na fronteira, assisto à RBS [afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul] ou ao canal local do Chuy, [canal] 4. Mas primeiro a Globo*”<sup>138</sup>. Segundo os moradores, isso se deve à qualidade da programação: “*Tem o canal uruguaio, mas é de ruim para baixo*”. Mesmo aqueles que têm televisão a cabo, fornecida por uma empresa uruguaia às duas cidades, a preferência é pelo canal brasileiro: “*Na tv, sempre vejo a Globo. O único que vemos no Uruguai é o noticiário,*

---

<sup>136</sup> Há uma série de eventos, especialmente em feriados, como as paradas do dia 7 de setembro (Independência do Brasil) e 20 de setembro (dia da Revolução Farroupilha), o já citado *Día del Patrimonio*, o carnaval, etc. Optou-se por não abordar estes eventos porque esta dissertação tem como foco o dia-a-dia fronteiriço, e eles se constituem em fatos extra-ordinários, não cotidianos.

<sup>137</sup> Normalmente quedo en casa, me quedo en casa. Pero si tengo un tiempo libre que es un poco más largo, me gusta irme a la playa, me gusta leer.

<sup>138</sup> Aquí en la frontera asisto a la RBS o al canal local de Chuy, 4. Pero primero la Globo.

*porque os canais uruguaios não me agradam. Não vejo graça. Não sei se eu já me acostumei tanto ao brasileiro, que já não mudo nunca de canal...”<sup>139</sup>.*

Segundo um entrevistado, o que se vê é a televisão brasileira e o que se escuta é a rádio uruguaia “*porque é o que nós temos*”, ou seja, porque não há muitas opções. As rádios mais ouvidas são as duas emissoras uruguaias “*Oceánica*” e “*La Coronilla*”, embora a Rádio Cultura, de Santa Vitória do Palmar também esteja disponível. A estação “*La Coronilla*” é a preferida, tanto por uruguaios como por brasileiros. “*Rádio a gente ouve também, mais uruguaia do que brasileira até. Tem música melhor, a programação é melhor*”. Na rádio, é bastante comum que se ouça músicas brasileiras (no momento da pesquisa o funk carioca era o gênero mais popular, junto com o reggaeton – música pop caribenha – e o rock uruguaio) e há até alguns programas totalmente em português.

Diante desta configuração, uma entrevistada uruguaia reclama que “*Nós [uruguaios] escutamos música brasileira, e eles [brasileiros] dificilmente escutam música uruguaia. E nós também vemos o canal brasileiro, e eles não vêem, a não ser o noticiário*”<sup>140</sup>. A música uruguaia, contudo, é bastante tocada nas danceterias ou nos shows da região, em maior quantidade do que a brasileira.

À época da pesquisa de campo, havia duas discotecas no Chuí (*La Choza* e *La Huaca del Brujo*), e uma no Chuy (*Laberinto*). Entre as duas últimas, não há grandes diferenças: ambas são pequenas (ficam tão cheias que mal se consegue andar), abafadas e escuras. O repertório é composto por rock e pop internacional, *hip hop* americano, rock uruguaio, reggaeton, funk carioca e eventualmente alguma música de pop-rock brasileiro. Os locais começam a encher a partir das 2h da manhã, atingindo seu pico por volta das 3h30, recebendo desde adolescentes a partir de 12 ou 13 anos até senhores solteiros na faixa dos 50 anos. Antes de começar a “esquentar” as festas, as pessoas se reúnem nas pizzarias (cf. item 4.1.9), ou ficam dando voltas pelo centro: a pé, de moto ou carro, sempre numa velocidade inferior a 30km/h<sup>141</sup>.

---

<sup>139</sup> En la TV, siempre miro la Globo. Lo único que miramos en el Uruguay es el informativo, porque los canales uruguayos no me gustan. No encuentro gracia. No sé si yo me acostumbré tanto al brasilero, que ya no cambio nunca de canal de la Globo...

<sup>140</sup> Nosotros escuchamos música brasilera, y ellos dificilmente escuchan música uruguaya. Y nosotros también miramos el canal brasilero, y ellos no miran, a no ser el informativo.

<sup>141</sup> Passear pelo centro também é uma coisa comum durante o dia.

Da mesma maneira, em festas familiares como os aniversários de 15 anos - bastante comuns e valorizados -, observa-se a mesma “configuração”: o mesmo repertório musical, o mesmo abarrotamento de gente, o mesmo horário para começar a “esquentar” a festa e a mesma diversidade etária - porém há desde crianças de 7 ou 8 anos a idosos de mais de 70. A festa de “*quinzeañera*” é um dos eventos mais importantes na vida das adolescentes da região.

A noite das sextas-feiras é mais cheia no *Laberinto*, e dos sábados, na *Huaca*. Na *Chozza*, por sua vez, o repertório musical é bastante distinto, composto basicamente de *cumbia* (ritmo uruguaio bastante próximo aos ritmos caribenhos) e outros ritmos caribenhos. “*Na Chozza se dança junto*”<sup>142</sup>, ou seja, em par. Esta casa atrai um público mais popular, conforme me disse uma amiga: “*Na Chozza, o ingresso é cobrado conforme a quantidade de dentes da pessoa: se ela tem todos os dentes, paga inteira. Se tem metade dos dentes, paga meia entrada. E se não tiver dente nenhum entra de graça*”. Não pude conhecer o local, dado que nenhum dos meus amigos se dispôs a ir lá, e ir sozinha seria pouco indicado, pois uma mulher desacompanhada é vista como totalmente disponível, ou seja, qualquer homem poderia vir agarrá-la.

Além das discotecas, eventualmente há shows e festas na cidade, com bandas locais e/ou vindas de Montevideu ou Pelotas. “*São sempre os mesmos que estão cantando nas festas, do lado brasileiro ou do lado uruguaio*”<sup>143</sup>. Dentre essas festas, algumas das mais concorridas são o Baile do Vinho (onde as pessoas vestem-se de maneira bastante formal), *Noche de Nostalgía* (com músicas dos anos 60, 70 e 80), a festa de *Halloween* (à fantasia), e a festa do CTG (Centro de Tradições Gaúchas) no encerramento da Semana Farroupilha (semana do dia 20 de setembro). Há também um pequeno número de pessoas que freqüentam o Cassino (os jogos de azar são permitidos no Uruguai), em sua maioria, senhores de meia-idade.

No verão, conforme exposto anteriormente, a vida noturna se transfere para os balneários: além das pizzarias e lanchonetes, não há praticamente movimento na cidade depois das 21h (cf. item 4.1.6).

---

<sup>142</sup> En la Chozza se baila junto.

<sup>143</sup> Son siempre los mismos que están cantando en las fiestas, del lado brasileiro o del lado uruguayo.

É interessante notar que a prática de esportes não se constitui em uma forma de lazer relevante na cidade. *“Não há diversão, recreação para as crianças. Não há uma praça de esportes onde possa levá-lo para brincar, esse tipo de coisa não tem nada...”*<sup>144</sup>. Há um pequeno número de pessoas que caminham ou andam de bicicleta por diversão. O único esporte apontado como entretenimento foi o futebol, bastante praticado principalmente pelas crianças.

#### **4.1.11 Futebol**

Tanto o Brasil como o Uruguai são reconhecidos internacionalmente como países com tradição no futebol e grande interesse da população em acompanhar os jogos das respectivas seleções nacionais.

A rivalidade no futebol foi um dos tópicos mais abordados tanto ao se falar de conflitos gerados por causa das nacionalidades diferentes quanto ao se falar de discriminação. Este conflito fica mais evidente nas relações bi-nacionais, em que essa diferença nacional é trazida para a esfera familiar. Às vezes, isso é resolvido com brincadeiras, *“Um torce para um lado, e outro torce pro outro. E fica mexendo um com o outro, mas é só no futebol...”*, mas há casos que a questão é mais problemática, como mostram esses três exemplos abaixo: *“Eu torço para o Uruguai, sempre. Embora não fale na frente dele, porque ele fica bravo, ele fica furioso. Mas meu coração torce para os uruguayos”*; *“Aí é brabo, porque ela torce para o Uruguai e eu torço para o Brasil. Cada um tem que olhar num lugar”*; *“Mas quando dá um jogo do Brasil com o Uruguai, que é muito difícil, aí ele fica quieto, não diz nada”*.

Curiosamente, muitos dos moradores disseram que quando não há confronto direto com a seleção de seu país, torcem pelo país vizinho (*“Agora quando joga o Brasil com outro país, aí eu torço para o Brasil”*), ao passo que outros afirmam que *“os uruguayos são*

---

<sup>144</sup> No hay diversión, recreación para los niños. No hay una plaza de deportes donde pueda llevarlo a jugar, este tipo de cosa no tiene nada...

*o contrário, ele torcem para qualquer país menos para o Brasil. Até se jogar com a Argentina, eles torcem para Argentina, para qualquer país, menos para o Brasil”.*

Independente do adversário, é comum nos dias de jogo das seleções nacionais haver um “buzinaço” ao fim da partida: se o Brasil ganha, os brasileiros saem pelas ruas comemorando; se o Brasil perde, os uruguaiois saem pelas ruas para buzinar e incomodar os brasileiros. E vice-versa. Geralmente isso é encarado com bom humor e cordialidade, mas nos dias de jogos entre as seleções dos dois países, o “buzinaço” pode ser visto como pouco cordial. *“Se o Brasil ganha eles ficam bem quietinhos, mas se Uruguai ganha, eles metem o pau no Brasil. E falam que os brasileiros isso, os brasileiros aquilo, essas coisas assim... Mas convivem bem, mas nessa coisa de jogo... E os brasileiros não ofendem eles. Quando tem um gol (contra o Brasil), eles chegam até a soltar foguete. Bem na cara dos brasileiros eles atiram”.*

Evidencia-se nos relatos que muitas vezes a maneira das pessoas lidarem com essa diferença nacional é através das brincadeiras e provocações. Diversos autores (dentre eles Mauss e Radcliffe-Brown) apontam a importância que a jocosidade desempenha na flexibilização das relações sociais, mediando tensões que poderiam gerar conflitos e violência. Por seu intermédio se torna possível exprimir visões e sentimentos que não seriam manifestados de outra forma, e que supostamente devem ser entendidos como brincadeira. Evidentemente, muitas vezes a diferença entre jocosidade e conflito é muito tênue.

De qualquer maneira, falar de futebol é mexer com os brios e o orgulho nacional, não hesitando o uruguaio em lembrar do final da Copa de 1950, e o brasileiro, das conquistas recentes da sua seleção. *“No futebol é uma coisa séria, nem sabe como é. Tem aquela rixa com o Brasil, e já foram campeões uma vez, há muito tempo atrás, em 1950, eles não esquecem mais aquilo. Talvez por ser um país pequeno, não sei, eles se sentem inferior e eles têm que se apegar a alguma coisa”.*

## **4.2 Entrelaçamentos: relações sociais, identidades, nacionalidades e a fronteira**

Desvendar o que chamamos aqui de entrelaçamentos que atravessam a fronteira é, ao mesmo tempo, uma tarefa simples e complicada. Simples porque é evidente o grau de interação entre pessoas de nacionalidade distinta. Complicada porque muitas vezes é difícil localizar a nacionalidade da pessoa em questão e seus significados, como veremos adiante. A partir deste momento, as descrições não serão mais tão facilmente separáveis como no item anterior (“Cotidiano fronteiriço”), dado que, como o próprio títulos diz, são questões entrelaçadas. Tentar-se-á, na medida do possível, separar os componentes, de forma a facilitar a compreensão.

### **4.2.1 Percepções sobre as cidades**

As visões positivas sobre viver na fronteira estão ligadas a basicamente dois fatores: a tranqüilidade da região e a variedade de opções à disposição. Embora muitos entrevistados pontuem que, em comparação a Santa Vitória do Palmar ou outras cidades do departamento de Rocha, “*o Chuí é bem mais movimentado, [tem] muito mais gente*”, e que o Chuí é “*diferente, porque tem movimento diferente dia-a-dia*”; a maioria dos depoimentos aponta para a tranqüilidade e segurança, em comparação aos grandes centros urbanos. “*É um lugar bom de morar, tranqüilo... É muito comércio, é muito trabalho. Mas em si é bem tranqüilo, tu pode sair na rua não tem problema de ser assaltado, te passarem a arma por trás, ou alguma coisa assim...*”. De fato, a uma violência urbana gira em torno de pequenos furtos, “seqüestro” de motocicletas (onde os criminosos roubam a moto e pedem resgate para devolvê-la), sendo que dificilmente há um assalto à mão armada ou homicídio. A visão predominante é de um núcleo urbano pequeno, calmo e hospitaleiro, principalmente no período do inverno.

Em relação à variedade de opções, geralmente elas dizem respeito às possibilidades de aproveitar as diferenças cambiais para adquirir produtos a preços mais

baixos. *“É bom morar numa cidade de fronteira, é bastante bom a gente morar porque tem opção para comprar: quando tá barato do lado de lá, compra, quando tá barato do lado de cá... então tem muita opção”*. Ainda que, segundo um entrevistado, não são só as vantagens que se aproveita de cada lado, porque também se sofre *“diante dos problemas tanto de um lado como de outro. Absorves todos os problemas dos dois lados”*<sup>145</sup>.

Morar na fronteira também pode ser bom *“porque tem as duas opções conhecer pessoas de outro país, tens a opção de aprender a falar uma outra língua, um outro idioma, podes conhecer cidades do o Uruguai também, porque estás perto, tens mais possibilidades. Isso é legal”*. Essa variedade de opções se reflete também na possibilidade maior de conhecer pessoas, costumes e músicas diferentes (principalmente no verão) do que em outras partes dos países.

Entretanto, a maioria das visões é bastante negativa. A impressão geral é de que *“o Chuí está muito largado”*, ou como dizem os uruguaios, um *“relajo corrido”*. O saneamento, a pavimentação das ruas, a limpeza das cidades, o tratamento do esgoto, o desemprego e a miséria foram alguns dos pontos mais citados, juntamente com a falta de *“modernidade”*, ou seja, um certo atraso tecnológico. *“Estou aqui, no Chuí, uma cidade de merda, não tens um teatro, não tens um cinema, só um centro desportivo. Não tenho acesso a outros lugares, a outros centros, a outra sociedade, a outra modernização”*<sup>146</sup>.

Outra questão bastante levantada diz respeito à convivência (entre as pessoas, não *“entre os povos”*) e ao comportamento das pessoas da localidade. *“Vejo que a sociedade é muito complexa, não há disciplina, é cada um por si. Realmente se perdeu tudo o que é companheirismo, não existe a solidariedade... Há muito egoísmo e muita competitividade. Ao não ter tantos empregos, há muita competitividade. Então esta competitividade faz com que as pessoas não sejam tão boas como eram, tratam de escalar e escalar, sem se importar com nada”*<sup>147</sup>. Essa idéia de que *“cada um por si”* foi bastante recorrente. *“Porque é uma*

---

<sup>145</sup> delante de los problemas tanto de un lado como de otro... Absorbes todos los problemas de los dos lados.

<sup>146</sup> Estoy acá, en Chuy, una ciudad de mierda, no tienes un teatro, no tienes un cine, sólo un centro deportivo. No accedo a otros lugares, a otros centros, a otra sociedad, a otra modernización.

<sup>147</sup> Veo que la sociedad es muy compleja, no hay disciplina de vida, todo mundo hace lo de cada uno. Realmente se ha perdido todo lo que es compañerismo, no existe la solidaridad... Hay mucho egoísmo en la gente, y mucha competitividad. Al no haber tanto trabajo, hay mucha competitividad. Entonces esta competitividad hace que las personas no sean tan buenas personas como eran, tratan de escalar e escalar, sin importar nada.



*cidade só de comércio, não é uma cidade familiar. Não é uma cidade que tu tem os teus vizinhos, e tu convive todos os dias, e faz programas, vai para uma praia... É uma cidade voltada só para o trabalho. Isso aqui é só uma escravidão*". Assim, "*Não há nada de consciência coletiva. Não há consciência nem para cuidar a cidade*"<sup>148</sup>.

Um outro ponto importante destacado diversas vezes é o isolamento da região, especialmente em relação ao resto do Brasil. "*O Chuí é 300km longe de tudo*" (referindo-se à distância aproximada entre a cidade e Pelotas ou Montevideú), "*Aqui é um ponto muito distante*", "*Aqui é o fim do Brasil*", "*Aqui é o cu do Brasil*", "*A cidade é isolada, esquecida pelo governo*". Note-se que a prefeitura e alguns agentes do setor turístico tentam mudar a visão de fim para começo com o slogan: "*Aqui começa o Brasil. De fronteira aberta do Pampa ao Mar a te esperar*". Uma dona de hotel aponta que "*nós não queríamos que o fim do Brasil seja aqui, nós queríamos que o início do Brasil seja aqui. Essa foi a idéia que a gente colocou nas camisetas, e nós vendemos muito. É importante. Tem gente que vem só para ver onde termina, onde é o ponto extremo do Brasil*", ao mesmo tempo que ressalta a idéia de "término".

Também foi comum a idéia de que "*Chuí é uma terra de ninguém, ninguém se importa com ele*", ou que "*O Chuí é terra de ninguém, aqui vale tudo, do lado uruguaio e do lado brasileiro. O que acontece no Chuí não acontece em nenhum lugar do país*"<sup>149</sup>. Uma terra sem leis, ou "*uma região que é propícia a atividades que fogem da legalidade, pela própria característica fronteira*".

#### **4.2.2 Visões sobre a fronteira**

Esta percepção de "terra de ninguém" pode estar relacionada à ausência de controles estatais no núcleo urbano, reforçado muitas vezes nos relatos dos entrevistados.

---

<sup>148</sup> No hay nada de conciencia colectiva. No hay conciencia ni para cuidar a la ciudad...

<sup>149</sup> El Chuy es tierra de nadie, acá vale todo, del lado uruguayo y del lado brasilero. Lo que pasa en Chuy no pasa en lugar ningún del país

*“Toda a fronteira é aberta, não há contenção nenhuma. Este canteiro de um metro e pouco é o que divide, a linha”<sup>150</sup>, “não existe uma divisão da cidade, é só passar...”*.

Destacamos que em diversos momentos as diferenças políticas, legais e culturais influenciam no dia-a-dia, e em outros não, por existir uma forte interação em um cotidiano comum. Isto fica claro também quando se observa a visão das pessoas sobre a fronteira. *“O Chuí é uma cidade que eu definiria como duas cidades em uma só, com três povos numa só cidade. Uruguaio, brasileiro, e uma participação dos árabes, não muito grande, mas tem”*. Num depoimento similar, um comerciante aponta que morar na fronteira é *“aprender a conviver com duas tradições, com duas culturas, tu tem ‘duas’ para tudo, duas línguas, duas culturas. Duas ou três, porque tem vezes que você convive com pessoas de fora, não é só gente do Uruguai e do Brasil”*.

Eventualmente, alguns entrevistados pontuaram que o lado brasileiro *“é como uma continuação do Uruguai. As mesmas características então, salvo as diferenças legais”<sup>151</sup>*, dado que, como vimos anteriormente, há uma supremacia populacional e lingüística uruguaia.

O mais comum, todavia, é a utilização da metáfora de uma “linha imaginária”, como apontam dois moradores: *“eu acredito que os problemas maiores que existem nessa fronteira são criados por quem não é daqui. Porque nós não temos linha divisória, nós temos linha imaginária”*. *“As pessoas que vivem na região aqui não vêem a linha divisória, ela é só imaginária. Não é uma linha divisória, é uma linha imaginária. Não há uma diferença. Eu posso morar do lado uruguaio, e o uruguaio pode morar no lado brasileiro, e como isso começa a juntar e entrelaçar...”*.

Este entrelaçamento ocorre, como vimos, em diversos níveis, tendo reflexos nas relações sociais e nas adscrições identitárias.

---

<sup>150</sup> Toda la frontera es abierta, no hay nada de contención, ninguna. Este cantero de un metro y algo es lo que divide, la línea.

<sup>151</sup> es como una continuación del Uruguay. Las mismas características entonces, salvo las diferencias legales.

### 4.2.3 Relações sociais

Inicialmente, o foco deste trabalho era o estudo de matrimônios bi-nacionais (ou seja, casamentos em que os cônjuges eram adscritos a nacionalidades diferentes), preferencialmente aqueles em que uma das partes era brasileira e a outra uruguaia. Assim, dirigi-me aos cartórios de registro civil de um e outro lado da fronteira para pesquisar os registros matrimoniais.

Cabe destacar aqui que em ambos os cartórios fui recebida com desconfiança. No Chuí, tive que apresentar minha identidade estudantil e explicar a pesquisa. Com a intenção de analisar as possíveis variações no decorrer dos anos, pesquisei todos os livros-ata, durante aproximadamente três semanas. Já na segunda semana, na medida em que os escrivães estivessem mais familiarizados com a minha presença, começaram os gracejos quase diários de que eu estaria ali pesquisando a vida das pessoas para saber se o meu “pretendente” era casado, onde morava, onde tinha nascido. Era também comum que brincassem dizendo “*tu ainda vai te casar com um castilhano*” e “*aposto que tu ainda a viver aqui na fronteira*”.

No cartório do Chuy, a pesquisa foi ainda mais complicada. Na primeira visita, após explicar o trabalho, fui informada que para ter acesso aos dados era necessária uma autorização do juiz, a qual a própria atendente se encarregaria. Dias depois, foi autorizada a coletar os dados, entretanto eu mesma não poderia manusear os livros-ata. O tempo todo fui avisada que determinadas informações são sigilosas e não poderiam ser passadas (o mesmo ocorreu na aduana e na intendência uruguaia). Assim, a atendente passou os dados apenas dos matrimônios bi-nacionais entre uruguaio e brasileiros, sem contar os outros possíveis enlances e tampouco o total de registros (para que se pudesse ter uma porcentagem aproximada). Outro problema foi o fato que todo final de ano os registros civis uruguaio são enviados para a capital departamental. Dessa maneira, só tive acesso os registros do ano de 2005.

Para complicar ainda mais a pesquisa, “*não se nasce no Chuí*”. Como explicitamos no item 4.1.1, no Chuí não há hospitais. “*O grande problema do Chuí brasileiro é que não tem maternidade, então a pessoa ou nasce do lado uruguaio, ou nasce em Santa Vitória. Se*

*você consultar o site do IBGE não existe índice de natalidade no Chuí*". Este fato, juntamente com as naturalizações (que decorrem ou não dele), evidenciam que pode haver uma diferença brutal entre a nacionalidade e a adscrição nacional, isto é, entre a naturalidade que consta em um documento e a (auto) identificação nacional. Assim, as pesquisas nos cartórios foram bastante inócuas, servindo só para demonstrar a complexidade desta zona fronteiriça.

Contudo, isto torna possível para os brasileiros que se utilizam do hospital uruguaio para a maternidade, a "aquisição" da nacionalidade uruguaia. Segundo Dorfman e Bentancor (2005, p.12),

Os critérios *ser nascido de* e *ter nascido em* tem tradução jurídica na atribuição da nacionalidade por *jus sanguini* e *jus soli*, respectivamente adotados no Uruguai e no Brasil. Eis a base legal para a chamada *doble-chapa*, dupla nacionalidade brasileiro-uruguaia. As concepções diferentes de nacionalidades representam mais do que uma brecha legal [...].

Ou seja, é possível ao morador escolher a sua nacionalidade em termos de estatuto legal, ou mesmo aproveitar os benefícios de ambas nacionalidades, através da dupla-nacionalidade, tal como os filhos de casamentos bi-nacionais (também conhecidos como *doble-chapas*, mesmo quando não têm a dupla-nacionalidade). "*Tem o outro que também não é uruguaio puro, que tem uma mãe brasileira ou um pai brasileiro, que é doble-chapa, como chamam*". Fica bastante claro o valor da dupla-cidadania no seguinte comentário de um entrevistado: "[a dupla-nacionalidade] *é a melhor coisa que existe: no Uruguai tem coisas são mais fáceis, que no Brasil você tem dificuldade... Aproveita os dois lados...*".

Quadrelli (2002, *apud* DORFMAN e BENTANCOR, loc. cit.), resume as implicações deste tipo de prática:

Uma das questões centrais que revela esta prática é a disjunção entre a experiência da nacionalidade (no sentido de definir-se como brasileiro ou uruguaio), e o lugar físico de nascimento. (...) De fato, para o ator fronteiriço, a nacionalidade, através desta prática, pode converter-se numa opção, sendo este quem decidirá qual será a sua nacionalidade (ao menos aquela que lhe interessa reconhecer), independentemente do lugar onde nasceu [...]. Deste modo, não são

as regras do Estado que definem a nacionalidade dessa população, são os atores fronteiriços os que resolvem ou escolhem a sua nacionalidade, segundo as suas próprias regras.

Assim, foi necessário mudar o foco da pesquisa e procurar no cotidiano fronteiriço as pistas para entender esta dinâmica. Um fato interessante é que todas as pessoas com quem eu conversei tinham pelo menos uma pessoa na família com um cônjuge/parceiro de outra nacionalidade (no sentido de auto-adscrição). Ou seja, os dados levantados apontam para um grande número de famílias mistas em termos de nacionalidade, *“tu vai encontrar muito disso aí [uniões mistas], é muito comum na fronteira”*. Há inclusive situações mais complexas, como a apontada por um servidor público: *“É comum ter pessoas por exemplo brasileiras casadas com uruguaios, e vice-versa, e com filhos brasileiros e filhos uruguaios. O casal ter dois filhos, um brasileiro e o outro uruguaio”*.

Essa “normalidade” de situações de famílias mistas (*“Pelo menos na cidade é normal isso”*), tem como consequência a ausência de conflitos em relação à entrada e convivência de um membro de outra adscrição nacional na família. Ao menos, esta é a percepção da maior parte dos casais entrevistados. Conforme aponta um comerciante brasileiro, *“Não tem diferença. Aqui tu aprende a te relacionar com o uruguaio, tu aprende a conviver com outra nacionalidade. Eu tive uma namorada coreana, tive uma namorada palestina, e uruguaia. Brasileira eu acho que nunca tive”*.

Apesar desta ausência de conflitos e da grande aceitação dessas relações [*não tem diferenças*], há um certo estranhamento<sup>152</sup>, conforme relata a mãe de uma garota uruguaia que à época da pesquisa estava noiva de um rapaz brasileiro. Ao ser perguntada sobre como se sente em relação ao noivado da filha, respondeu: *“Traída [risos]. Claro, porque eu pensava que [ela] ia se casar com um uruguaio. Por ela ser uruguaia, eu gostaria que ela se casasse com um uruguaio, para que os filhos fossem uruguaios. Porque se [se] casa no Brasil, os filhos serão brasileiros. Aí me matou. Não gosto muito da idéia de que meus netos*

---

<sup>152</sup> Aparentemente, ainda que não haja uma perspectiva de prescrição em relação ao matrimônio entre cônjuges de mesma nacionalidade, este seria um matrimônio preferencial.

*sejam brasileiros. Se fosse por mim, iam à escola do Uruguai<sup>153</sup>*”. E ao ser perguntada sobre as causas dessas opiniões, respondeu apenas: *“Porque eu gosto da cultura uruguaia”*. Isto aliás foi bastante comum, as pessoas justificarem simplesmente, por exemplo, *“porque eu sou brasileiro, então eu gosto mais do Brasil”*, apesar de todos os esforços para que aprofundassem um pouco mais a questão. Percebe-se, então, que muitas vezes a nacionalidade é sentida como possuidora de uma qualidade primordial, ou seja: algo “dado”, uma característica *a priori* da existência humana.

Somente em relação aos árabes parece haver algum tipo de conflito, como demonstra uma entrevistada brasileira (casada com um uruguaio) cuja família ilustra bem a questão do entrelaçamento de nacionalidades no tecido social fronteiriço: *“Nenhuma de nós era casada com um brasileiro, duas casadas com árabes e três com uruguaio. Meus pais só não gostaram muito delas terem casado com árabe, porque eles são muito complicados com as mulheres. Mas depois meus pais aceitaram, e se deram muito bem com eles. Nossa família é mais ou menos tudo descendente de espanhol pelos dois lados. Meu avô também era uruguaio, e na família da minha mãe também, dos dois lados”*.

Evidentemente, o mesmo acontece nas relações de amizade e até mesmo de vizinhança: *“Aqui nós temos um vizinho japonês, uns vizinhos brasileiros, tem uruguaio, tem argentinos, tem palestino, isso só aqui na quadra. Ou seja, que se junta todo mundo e aprende a viver, do jeito que nós estamos vivendo todo mundo. Cada um com a sua cultura. Eu levo pra eles um prato de comida brasileira, eles me trazem um prato de comida árabe, entende? Nós assim, trocando cultura. Seria mais um encontro de raças aqui”*.

Em relação às amizades, todos os entrevistados tinham pelo menos um amigo ou amiga de outra nacionalidade, em parte porque *“Tem de tudo, brasileiros, uruguaio e árabes. É fronteira né? Aparece gente de vários países. E é um lugar pequeno, então a gente conhece todos. Dificilmente você não vai conhecer alguém... É desde pequeno, na escola, na festa...”*. O funcionamento dessas redes sociais é explicitado por um morador de Santa Vitória do Palmar que viveu sua infância e adolescência no Chuí: *“Tenho muitos*

---

<sup>153</sup> Traída. Claro, porque yo pensaba que se iba a casarse con un uruguayo. Pero... Por ella ser uruguaia, me gustaría que se casara con un uruguayo, para que los hijos fueran uruguayos. Porque si casa en Brasil, los hijos van a ser brasileiros. Ahí me mató. No me gusta mucho la idea de que mis nietos van a ser brasileiros. Si fuera por mí, se iban a la escuela de Uruguay. Porque me gusta la cultura uruguaia.

*amigos no Chuí, tanto uruguaios como brasileiros. Na época em que eu morava lá, era bem parelho [equilibrado]. E eu vejo que agora é da mesma forma, as amizades. Até porque tu tem... Funciona assim: tu é brasileiro, mas o teu primo é uruguaio. Tu te dá [bem] com teu primo, e teu primo tem mais uns amigos. E tu tem mais uns amigos. E assim vai se entrelaçando, e as amizades vão se cruzando. Ou tu é brasileiro e tua namorada é uruguaia, e começa aquela afinidade, aquele cruzamento, e no final fica tudo uma coisa só. É porque a cidade é uma só, não é que nem acontece em Jaguarão. É Jaguarão, tu atravessa a ponte, é Río Branco. Há uma distância. O Chuí não tem, não tem nada que separe...”.*

As relações sociais na região são, nas palavras de uma funcionária pública uruguaia, “*uma mescla que é especial*”<sup>154</sup>, entretanto nem todos têm uma visão tão positiva desta mistura. Uma entrevistada justifica que houve uma perda de valores porque: “*Me dá a impressão de que, ao haver tanta gente de tantos lugares, palestinos, árabes, turcos, jordanianos, uruguaios e brasileiros, se produziu uma mescla de culturas que só produziu uma degeneração social*”<sup>155</sup>.

#### **4.2.4 Nós, os Outros e os Outros, entre outros: a multiplicação das etnicidades**

Foi possível identificar na área estudada diferentes tipos de identidades: nacionais, étnicas, regionais e locais. Dentre as identidades nacionais, destacam-se três grupos: brasileiros, uruguaios e palestinos. Existem também outras minorias nacionais, principalmente argentinos, japoneses e árabes de outras procedências. Em relação às identidades étnicas, poderíamos dizer que elas se organizam basicamente nos termos da dicotomia árabe-não árabe. As identidades regionais são na realidade muito semelhantes e conseqüentemente difusas: o gaúcho e o gaúcho da campanha. Por último, as identidades locais, ou melhor dizendo, a identidade local de chuiense em oposição às pessoas de outros locais, na figura dos turistas ou dos agentes estatais que são deslocados para a região.

---

<sup>154</sup> una mezcla que es especial.

<sup>155</sup> Me da la impresión que, al haber tanta gente de tantos lugares, palestinos, árabes, turcos, jordanos, uruguayos, brasileiros, se ha hecho una mezcla de culturas que só produció un degeneramiento social.

## Outsiders

Ao contrário das outras sub-seções deste item, onde utilizaremos categorias nativas para descrever as possibilidades identitárias localizáveis na região do Chuí, para esta sub-seção não havia uma nomenclatura própria para a categoria que abarca a oposição entre as pessoas de outros locais, na figura dos turistas ou dos agentes estatais que interferem na região, e os habitantes de ambos lados da fronteira. Assim, optamos pela nomenclatura utilizada por Elias e Scotson (2000) na obra clássica “Os estabelecidos e os *outsiders*”. Partindo de um estudo sobre um povoado industrial, estes autores detectaram estas duas categorias: os estabelecidos (no caso, os habitantes mais antigos do local) e os *outsiders* (recém-chegados ao bairro), que não estavam ainda socialmente assimilados.

Podemos dizer, analogamente, que os estabelecidos seriam esta comunidade fronteiriça Chuí/Chuy, e os *outsiders*, os viajantes e o(s) próprio(s) Estado(s) nacional(is), ou seja, os “de fora”.

Isso fica bastante claro se analisarmos algumas frases dos moradores da região como: “**Dentro do Brasil**, quando é feriado todo mundo fecha as lojas, **aqui** [no Chuí] **não**”, “Há 3 anos **fui ao Brasil**, a um congresso ecológico...”<sup>156</sup>, “Eu digo que ela é um erro geográfico, ela não devia ter nascido no Uruguai. Porque ela adora o feijão, se ela pudesse comia feijão todo dia. Ela gosta do calor, que nós temos **lá para cima do Brasil**, e a comida ela gosta muito da brasileira”, “Gostaria de no futuro **ir viver no Brasil**”<sup>157</sup>, “Se eu fosse viver **Brasil adentro**, gostaria que meus filhos tivessem a documentação brasileira”<sup>158</sup>, “tanto é que **o pessoal do norte** gosta do pessoal do sul, que são mais trabalhadores, mais responsáveis”, ou “**Lá para cima** tem disso?”. Essas frases todas denotam um sentido de que o Chuí seja um pouco diferente do restante do Brasil, chegando a não ser considerado como Brasil em alguns depoimentos. Por exemplo, tanto a pessoa que disse ter ido ao congresso ecológico, como a que disse que gostaria de ir viver no Brasil, na realidade moram no Chuí! E o primeiro depoimento, situa o Chuí “fora” do Brasil.

---

<sup>156</sup> Hace 3 años me fue a Brasil, a un congreso ecológico...

<sup>157</sup> Me gustaría en el futuro irme a vivir en Brasil.

<sup>158</sup> Si yo fuera a vivir adentro en Brasil, me gustaría que mis hijos tuvieran los papeles brasileiros.



Os turistas nem sempre são vistos de forma positiva, sendo até considerados como um “mal necessário”. Segundo um relato obtido por Gorski (2001, p.151), “*Na população em particular [...] vemos o turista de duas formas: uma, é fonte de divisas, de recursos, ... mas por outro lado às vezes é um mal exemplo, porque coisas que uma pessoa não faz na frente da sua casa, faz aqui porque é uma cidade de fronteira. Vemo-los acampados na praça, onde a uns 10 metros tem uma lixeira, e jogam o lixo no chão*”<sup>159</sup>.

Os turistas brasileiros são vistos como rudes, conforme demonstra uma camareira de hotel, “*eu acho que o brasileiro é meio metido, arrogante. Quando chegam os turistas, o brasileiro é mais agressivo para falar*”<sup>160</sup>.

De maneira semelhante, observa-se uma diferença em relação aos uruguaios de outras partes do país. “*Na fronteira eles são mais acessíveis, mais tolerantes, porque também precisam da fronteira, mas **entrando pra dentro do Uruguai** tem uma discriminação contra o brasileiro*”, ou “*Aqui são todos iguais. Mas se comparar aos de Montevideú com os daqui do Chuí, aí sim há diferença*”<sup>161</sup>. Gorski (2001, p.148), ao postular nas suas “notas de observação” sobre os turistas no centro do Chuí – “**Pelo aspecto**, forma de falar e placas dos carros, se deduz que se trata em sua maioria de argentinos e **uruguaios montevidianos**”<sup>162</sup> (tradução e grifos nossos) - nos dá indícios de que também os montevidianos percebem os chuyenses como (uruguaios) diferentes. Num relato obtido pela mesma autora, um entrevistado aponta para uma visão muito negativa que os outros uruguaios teriam do Chuy: “*[...] o resto do país, que nos vê como a ‘fronteira do contrabando’, da droga, como a fronteira que estamos muito perto dos palestinos e libaneses, e ‘vai saber se não vendem até armas...’, e essas coisas*”<sup>163</sup>.

---

<sup>159</sup> En la población en particular [...] vemos al turista de dos formas: una, es una fuente de divisas, de ingresos,... pero por otro lado a veces es un mal ejemplo, porque cosas que una persona no hace frente a su casa, lo hace acá porque es una ciudad de frontera. Los vemos acampados en la plaza, donde a los 10 metros tienen un tarro de basura y la basura la tiran al costado.

<sup>160</sup> yo acho que el brasileiro es meio metido, arrogante. Cuando vienen turistas, como que lo brasileiro es más agresivo para hablar

<sup>161</sup> Acá son todos iguales. Pero si comparar a los de Montevideo con los de acá del Chuy, ahí sí hay diferencia.

<sup>162</sup> Por el aspecto, forma de hablar y chapas de los coches, se deduce que se trata en su mayoría de argentinos y de uruguayos montevidianos.

<sup>163</sup> [...] el resto del país, que nos ve como la ‘frontera del contrabando’, de la droga, como la frontera que estamos muy cerca de los palestinos y los libaneses, y ‘andá a saber si no venden hasta armas...’, y esas cosas.

Evidentemente, quando o Estado nacional é visto como estranho, a situação é um pouco distinta, até mesmo porque o poder de intervenção deste na realidade é muito maior e mais duradouro do que o impacto pela vinda de turistas. Do ponto de vista dos governos locais, há uma percepção de que as leis nacionais não se ajustam à realidade fronteiriça. “*Eu acredito que os problemas maiores que existem nessa fronteira são criados por quem não é daqui. É quem assiste de longe e olha o Chuí, e precisa dar notícias*”. “*Porque a lei nacional foi feita para o Brasil, não foi feita para o Chuí. Mas as fronteiras têm sua atipicidade, têm suas peculiaridades, e os nossos legisladores não podem esquecer disso*”. “*A Polícia Federal é como um estranho aqui. Porque como se rege pelas leis federais, são mais exigentes. Ao contrário, a prefeitura e os governos estaduais já têm mais uma relação de vizinhança que a Federal, e a Federal não se integra. Por exemplo, para nós é comum que a Polícia uruguaia e a polícia brasileira (a Brigada [Militar] e a Polícia Civil) realizem ações conjuntas para levar adiante esta situação... Mas a Federal não, a Federal não se integra neste tipo de coisa*”<sup>164</sup>.

Contudo, os *outsiders* não se constituem em uma identidade, e sim como um fator contra o qual se contrasta e pelo qual se cria(m) a(s) identidade(s) local(is) (dos “estabelecidos”).

### Os (historicamente) estabelecidos

Nos inícios das conversas, os discursos mais comuns eram os que pregam a semelhança entre brasileiros e uruguaios: “*Não tem diferença. São gente como assim como nós*”, “*Não tem diferença nenhuma, só, a única diferença são as regras de cada país*”, “*Não é muito diferente*”<sup>165</sup>, “*É a mesma coisa*”, ou “*vivem em harmonia aqui, uruguaios e brasileiros*”. Gorski (2001, p.149) destaca entre as frases obtidas em conversas informais, a

---

<sup>164</sup> La Policía Federal es como un extraño acá. Porque como se rige por las leyes federales, son más exigentes. En cambio, la prefectura y los gobiernos estadales ya tienen más de una relación de vecindad que la Federal, y la Federal no se integra. Por ejemplo, nosotros es común que la Policía uruguaya y la Policía brasilera (la Brigada y la Policía Civil) realicen acciones conjuntas para llevar adelante esta situación... Pero la Federal no, la Federal no se integra en este tipo de cosa.

<sup>165</sup> No es mucho diferente.

seguinte: “*Aqui somos todos como uma grande família*”<sup>166</sup>. Note-se que estes relatos não incluem a comunidade árabe, mesmo que boa parte dos seus integrantes seja nascida no Brasil e se identifique como brasileiro, se considerando às vezes até mais brasileiro do que um natural do Chuí. Ao ser perguntado se via diferenças entre as duas cidades, um descendente de um palestino casado com uma brasileira respondeu: “*de costume, muito pouco. Porque a maioria dos brasileiros que mora aqui na fronteira, eles têm uma ascendência uruguaia. Eu digo para eles às vezes, eles dizem ‘você é meio a meio, meio árabe, meio brasileiro’, e eu digo ‘se depender de vocês, eu sou mais brasileiro que vocês’. Eu digo e eles ficam de cara [bravos]*”.

De fato, há registros de uniões bi-nacionais (e por tanto famílias mistas) que podem ser rastreadas até pelo menos o final do século XIX, mas possivelmente já havia este tipo de formação familiar muito antes disso. Por isso, “*aqui o pessoal todo é meio uruguaio, meio brasileiro*” e “*há uma subdivisão muito estranha [entre os naturais do Chuí], ‘quem é que eu prefiro, o Brasil ou o Uruguai?’*.” Ou seja, as grandes diferenças entre ambas as nacionalidades são o idioma e a comida, dado que “*a identidade daqui da zona é uma mescla, há muita integração*”<sup>167</sup>. Uma entrevistada aponta que “*eu acho que aqui tem uma nacionalidade diferente de qualquer outro lugar. Deveria ser ‘brasiuru’, ou algum outro nome...*”.

Esta identidade “mesclada” abre espaço para situações de ambigüidade identitária, ainda que pelos dados que pude pesquisar, estes fatos não sejam tão comuns. Para ilustrar melhor este tipo de situação, descrevo aqui os relatos de um casal chuiense, entrevistados separadamente. O marido diz “*Casei com uma uruguaia. Aliás, não é uruguaia, nasceu no Uruguai mas é brasileira*”, identificando claramente a adscrição nacional de sua esposa. Esta, por sua vez, ao ser perguntada sobre sua nacionalidade, fez uma longa pausa e respondeu: “*Agora sou brasileira. Mas eu nasci no Uruguai. Minha mãe me registrou no Uruguai. Me batizei e me casei no Uruguai. Só que minha mãe tirou todos os papéis para mim e me fez brasileira. (...) Afinal não sei o que sou. Sou uruguaia, os papéis esses eu tirei depois de casada. Afinal não sei, sou mais uruguaia do que...*”. Não deixa de ser curioso que

---

<sup>166</sup> Acá somos todos como una gran familia.

<sup>167</sup> La identidad de acá de la zona es una mezcla, hay mucha integración.

em diversas outras situações de convivência, ela se apresentava a mim como uruguaia (quando disse, por exemplo, que preferia morar no lado uruguaio porque “*acho que é meu sangue, que eu já nasci no Uruguai*”), mas ao final da entrevista, sua última frase foi “*Eu acho que sou a metade...*”.

Muito dessa “indiferenciação” pode ser atribuída a uma herança cultural compartilhada: a identidade como gaúcho (ou *gaucho*).

### O gaúcho

A figura do gaúcho remonta ao século XVIII e está muito ligada a toda região dos Pampas, uma planície que abarca partes da Argentina, Uruguai e Brasil (estado do Rio Grande do Sul). As suas principais características seriam a valentia em lutas, o espírito indomável e apreço à liberdade, a solidão, a mestiçagem (entre portugueses, espanhóis, índios e negros), as habilidades com as lidas do campo e principalmente com seu cavalo. A região da Campanha é, em certa medida, uma espécie de referência do “ser gaúcho”: os maiores festivais de canção nativista (cancioneiro típico gaúcho) e a maior parte das manifestações artísticas relacionadas com a figura tradicional do gaúcho são originadas nesta região. É preciso considerar que, ainda que haja uma semelhança/ identificação dos gaúchos de ambos os lados, estas identidades se inserem de maneira diferente nos contextos nacionais. No Uruguai, esta figura é tida como parte do imaginário nacional, parte da própria conformação do povo uruguaio (um exemplo disso pode ser visto no próprio Museu Criollo, do Forte de São Miguel, onde a figura do gaúcho é representada como um dos fatores constitutivos do povo uruguaio). No Brasil, trata-se de uma identidade regional com bastante força e apelo, e muito organizada pelo MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), através dos CTGs (Centros de Tradições Gaúchas). No lado brasileiro do Chuí localiza-se o CTG Sentinela da Fronteira, fundado em 1996, um importante espaço de sociabilização da localidade. Inclusive, “*Muitos uruguayos vão para lá*<sup>168</sup>”, mesmo porque não há instituições semelhantes no Uruguai. “*Talvez o rio-grandense é diferente da maioria dos brasileiros. E*

---

<sup>168</sup> Van muchos uruguayos para allá.

somos muito parecidos”<sup>169</sup>, assinala um funcionário público uruguaio. Segundo ele, há na fronteira uma herança cultural “*Que vem do gaúcho: uma pessoa que viveu na solidão, no campo, com coragem. O brasileiro do Rio Grande do Sul têm algo de uruguaios. Se irmanam o gaúcho uruguaio e o gaúcho brasileiro. Há uma coisa diferente, que provavelmente o carioca não sente, o paulista não sente. O Rio Grande é muito parecido com a Argentina e o Uruguai*”<sup>170</sup>.

É preciso destacar, ainda, que este “gaúcho” pode não ser igual aos de outras regiões do Brasil ou dos países platinos, conforme aponta este mesmo funcionário público uruguaio: “*Eu tive a oportunidade de conviver com eles [gaúchos de São José do Norte e Mostardas, ambos municípios do Rio Grande do Sul], são totalmente diferentes do gaúcho daqui, de Santa Vitória*”<sup>171</sup>. Azambuja (1992 *apud*: CHUÍ, s./d.) compartilha dessa visão, afirmando que “de outra parte, o gaúcho destas plagas não se assemelhou nas origens e nos costumes típicos e idiomáticos, ao [gaúcho] dos lugares mais além do [Banhado do] Taim, nem aquém da fronteira [...]”. Observa-se então uma relação de proximidade e diferença, em que o vínculo regional se torna bastante visível. Nesse sentido, há que se considerar que seriam três tipos de identidade em torno da palavra “gaúcho”: a figura quase mítica que habitava toda a região dos pampas, incluindo Uruguai, Argentina e Brasil; o gaúcho da região do Chuí ou das regiões de fronteira (muito semelhantes); e o gaúcho enquanto identidade sul-rio-grandense (do estado do Rio Grande do Sul, como seriam os cariocas ou os baianos em relação aos seus estados).

Esta identidade sul-rio-grandense é também bastante forte, “*o gaúcho é brasileiro por opção*” é uma frase recorrente. Há sempre uma valorização desta identidade em relação aos outros estados, como se observa nas seguintes frases ditas por um entrevistado: “*aqui no Rio Grande do Sul a maioria do pessoal tem tudo faculdade, não é que nem no norte, né? Tanto é que o pessoal do norte gosta do pessoal do sul, que são mais trabalhadores, mais*

---

<sup>169</sup> Ahora, tal vez el riograndense es diferente a la mayoría de los brasileiros. Y somos muy parecidos...

<sup>170</sup> Una persona que vivió en soledad, en el campo, con coraje... El brasileiro de Río Grande del Sur son algo uruguayos. Se hermanan el gaucho uruguayo y el gaucho brasileiro. Hay una cosa diferente, que probablemente el carioca no lo siente, el paulista no lo siente. El Río Grande es muy parecido con Argentina y Uruguay.

<sup>171</sup> Yo tuve la oportunidad de convivir con ellos. (para arriba de Río Grande, São José do Norte y Mostardas) Son totalmente diferentes al gaucho de acá, de Santa Vitoria.

*responsáveis. Você vê em Salvador, é tudo festa. Aqui não, aqui todo mundo trabalha”, ou quando explica seu orgulho de ser brasileiro (em relação aos uruguaianos): “No caso os uruguaianos não se acham melhores, por que o Brasil é forte em tudo... Por isso tenho orgulho de ser brasileiro, por tudo, pelo comércio que é mais forte, no futebol e no vôlei é o melhor do mundo, basquete, judô, até a ginástica. Ainda mais ser gaúcho, é melhor ainda. Por que o melhor jogador do mundo é gaúcho, ginástica, gaúcha, no judô, gaúcho...”. Mas o mesmo entrevistado pontua que não há muitas diferenças entre os uruguaianos e brasileiros na região do Chuí: “é a mesma coisa, a amizade é amizade mesmo”.*

FOTO 15 – Chegada do piquete carregando a Chama Crioula ao CTG Sentinela da Fronteira como parte das comemorações da Semana Farroupilha (note-se que as bandeiras brasileira e uruguaia são carregadas lado a lado)



(Autora: Ana Rosa Domingues dos Santos)

---

A percepção é de que os uruguaiois “*não são muito diferentes do gaúcho, é carne, churrasco, mate. Aonde tem um castilhano tem um mate. E os gaúchos também. É mais ou menos parecido*”. Porém, o que é mais ou menos parecido também é mais ou menos diferente. É neste contexto que as visões sobre “os brasileiros” e “os uruguaiois” se evidenciam, de uma maneira bastante curiosa: no geral, não há muita diferença entre a auto-percepção de um grupo e a percepção do outro grupo sobre o primeiro.

### Os Uruguaiois

Os uruguaiois no Chuí, conforme pontuamos no item 4.1.7 formam um grupo numericamente maior do que a população brasileira na localidade, sendo mais do que o dobro desta. Apesar das percepções descritas anteriormente, destacando as semelhanças entre uruguaiois e brasileiros, e a “irmandade gaúcha”, há também aqueles que ressaltam as diferenças (algumas delas já mostradas nos itens língua e hábitos alimentares). Um exemplo é um relato obtido por Gorski (2001, p.151), de que “*Aqui nesta fronteira não se dá o que acontece em outras fronteiras do Uruguai; nós compartilhamos, convivemos e cada um de nós mantém sua identidade, tanto brasileiros como uruguaiois*”<sup>172</sup>. Lembramos que as descrições abaixo dizem respeito à população uruguaia da região do Chuí, visões e estereótipos locais, não sobre a população uruguaia em geral (ainda que muitas vezes sejam transpostos numa abrangência maior).

“*Eles [uruguaiois] são completamente do avesso. Na maneira de comer, de vestir, os costumes deles são diferentes. É outra cultura, sabe? Eles costumam usar muito tênis, sapatilha... A gente não é assim. Eles são diferentes, são. A maneira de eles se vestir é completamente diferente da nossa*”. A mesma entrevistada prossegue dizendo que “*Eu acho bem diferente. As manias... Com filho, são rígidos. Eles tratam o filho como adulto, e são pequenos, para eles tem que ser adulto. É bem diferente*”.

Esta “rigidez” está ligada a outro fator destacado pelos moradores: o conservadorismo, segundo uma entrevistada, parte de uma mentalidade clássica uruguaia: ao falar dos comportamentos que observa na fronteira, diz que “*eu posso achar ruim algumas*

*ações das pessoas que hoje em dia já são aceitas, já é parte da sociedade... Mas também isto é parte da minha mentalidade um pouco mais conservadora, clássica como uruguaia*<sup>173</sup>. Uma outra entrevistada diz que os uruguaios “*são assim mais conservadores... na maneira de vestir, prefere coisa mais escura, mais fechada. E também não são tão festeiros como nós, tem diferença nessas coisas assim*”. Outra diferença foi apontada por uma entrevistada negra, que afirma que “*as pessoas são mais racistas, do lado uruguaio. São muito racistas*”.

Outra característica negativa atribuída aos uruguaios seria o desapego aos estudos. “*Ele não tem cultura o uruguaio daqui, ele também ficou meio sem cultura, se tu começar a observar, ele não estuda. São muito poucos os que estudam, que saem e voltam formados... E não é por poder aquisitivo, porque muita gente fez dinheiro aqui. Eu acho que eles não têm mesmo cultura, educação. E não se importam que os filhos também não tenham. Eles não têm essa cultura de fazer os filhos progredirem, porque eles não progrediram. E eles ficaram, com dinheiro ou não, trabalhando de sol a sol nas lojas, tanto do lado brasileiro quanto do lado uruguaio*”.

Uma entrevistada uruguaia, discorrendo sobre o tema da educação - em particular sobre o comprometimento com os estudos e a vontade de continuar numa educação de nível superior - aponta para um argumento semelhante. Segundo ela, os brasileiros (da região) ainda buscam prestar vestibular e fazer uma faculdade, “*E do lado uruguaio, não! Como não há fontes de trabalho, não estão pensando ‘ok, termino o ensino médio, e há uma profissão: sou carpinteiro, sou eletricista. Meu pai não pode me sustentar para que eu faça medicina, mas faço outra coisa’, não os vejo com essa mentalidade. ‘Depois se vê’. Em uma etapa, tudo bem pensar assim, mas depois... Se vai se [dis]torcendo muito desde pequeno, depois te convertes em um bebum [dependendo de] teus amigos, um alcoólatra, rouba rádios e consegues alguns pesos para sair, clonas cartões de créditos...*”<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> Acá en esta frontera no se da lo que pasa en otras fronteras de Uruguay; nosotros compartimos, convivimos y cada uno de nosotros mantiene su identidad, tanto los brasileiros como los uruguayos.

<sup>173</sup> Yo puedo ver mal algunas acciones de la gente que hoy en día ya está todo bien, ya es parte de la sociedad...Pero esto es parte también de mi mentalidad un poco más conservadora, clásica como uruguaya

<sup>174</sup> Y del lado uruguayo, ¡no!. Como no hay fuentes de trabajo, no están pensando ‘ta, termino el liceo, hay un oficio: soy carpintero, soy electricista. Mi padre no puede enviarme a hacer medicina, pero hago otra cosa’, no los veo con esa mentalidad. “Después se ve”. En una etapa está bien pensar así, pero después... Si se



Esta falta de “fontes de trabalho” emergiu muitas vezes em conversas informais, assim como nas entrevistas. Na percepção de muitos respondentes, tanto brasileiros como uruguaios, “*O Uruguai é um país subdesenvolvido, tem pouco comércio, tem pouco lugar para trabalhar*”, ou “*O Uruguai é um país subdesenvolvido, isso implica que não é muito moderno. A economia do país faz com que os jovens e pessoas já algo maduras como eu não tenhamos acesso a [boas] fontes de trabalho*”<sup>175</sup>. Contudo, este “atraso” também é visto como algo bom na medida em que “[o Uruguai é] *um país que não é muito moderno, que a tecnologia está muito atrás do que no Brasil. O Brasil é mais moderno, mais avançado na cultura, os adolescentes amadurecem muito mais rápido. A pessoa se dá conta disso, e não quer isso para si. No Uruguai tudo vai mais devagar*”<sup>176</sup>, inclusive o processo de amadurecimento dos jovens, que não queimariam etapas antes do seu devido tempo.

Ainda em relação a questões relativas ao mercado de trabalho, segundo uma empresária, “*os uruguaios trabalham melhor que os brasileiros. Eu gosto mais do povo uruguaio, o povo uruguaio é mais fiel, o povo uruguaio é mais simples. E ele quando gosta dos patrões, trabalha muito bem, não dá problema. São muito mais discretos, eles têm uma diferença...*”, embora também exista um estereótipo de que os uruguaios seriam mais preguiçosos, como informa, contrariada, uma senhora uruguaia: “*Mas em algumas ocasiões eu escutei algo das pessoas falarem que os uruguaios são haraganos, que não trabalham*”<sup>177</sup>.

Quanto aos comportamentos, as diferenças também foram apontadas. Há uma percepção diferente em relação aos homens e mulheres uruguaios. Neste ponto, há uma discordância entre a auto-percepção e a percepção dos outros. Os uruguaios, especialmente as mulheres, vêem as uruguaias como mais sérias do que as brasileiras. Contudo, para

---

va torciendo mucho desde chico, después te convierte en un bebedor de tus amigos, un chupador, roba radio y consigues algunos pesos para salir, clonas tarjetas

<sup>175</sup> Uruguay es un país subdesarrollado, eso implica que no es muy moderno. De acuerdo a la economía del país hace que los jóvenes y ya personas algo maduras como yo no tengamos acceso a fuentes de trabajo

<sup>176</sup> Estoy en un país que no es muy moderno, que la tecnología va bastante más atrás que en Brasil. Brasil es más moderno, más avanzado en la cultura, los adolescentes maduran mucho más rápido. Uno se da cuenta de eso, y no quiere estar más a par de esto. En Uruguay todo va más lento.

<sup>177</sup> Pero en algunas ocasiones yo escuché algo de la gente hablar. Que los uruguayos son haraganes, que no trabajan.

alguns brasileiros com quem eu conversei, isso não passaria de fingimento. “A uruguaia não se veste direito, é mais relaxada na vestimenta, no jeito... no início eu até preferia ir no Brasil [nas festas], ia no Uruguai porque era mais perto, no início, quando tinha muita gente ... e não conseguia ficar com uma mulher uruguaia por causa que por mais fácil que seja, que ficava com todo mundo, mas quando tu ia chegar, se fazia de difícil. Disfarçavam que era boa, mas não eram”. Ou, nas palavras de um outro entrevistado “As uruguaias são bem fechadas, tem que saber lidar com elas. Num relacionamento ela não se abre muito... Elas se fazem de muito sérias, mas quando tu conhece elas tu vê que não tem nada a ver, fazem miséria. Quando vai ver por baixo da saia...”. Ainda assim, a maioria acredita (tanto brasileiros como uruguaios) que as brasileiras são mais fáceis, e que as uruguaias são mais fiéis, pois “a vantagem de ter uma namorada uruguaia é que a brasileira apronta muito, que ela é fácil. Então uma pessoa... é sempre perigoso a traição no caso da brasileira, por causa que ela é muito fácil, então pode outra pessoa chegar e trovar, trovar e conseguir. A uruguaia é mais fiel que a brasileira. E com os homens também, é a mesma coisa”. Em relação aos homens, foi apontada uma quantidade menor de diferenças, resumindo-se somente a duas características: “O homem uruguaio é menos carinhoso que o brasileiro, mas é mais fiel que o brasileiro”.

Gorski (2001, p.149) aponta alguns relatos que valorizam bastante a “uruguaidade”, como “A uruguaidade influencia mais em muitos aspectos, que a cultura brasileira”<sup>178</sup>; “Em determinado momento, os jovens se voltam ao estilo mais sóbrio do uruguaio”<sup>179</sup>, e “Aqui é uma fronteira totalmente distinta de Rivera, aqui é uma fronteira totalmente em espanhol, nós [uruguaios] dominamos a fronteira”<sup>180</sup>.

No ambiente de trabalho, uma entrevistada relatou uma diferença grande entre os homens e mulheres uruguaios. “Eu vou te dizer, eu me dou bem com os homens uruguaios. As mulheres uruguaias são muito... mulher uruguaia! Elas fazem muita competencia [competição], elas são melhor, elas fazem melhor trabalho, são prepotentes. Me dou bem com os homens. Elas têm muita competencia [competição], muita rivalidade, elas fazem

---

<sup>178</sup> La uruguayez influencia más en muchos aspectos, que la cultura brasilera.

<sup>179</sup> En determinado momento, los jóvenes vuelven al estilo más sobrio de lo uruguayo.

<sup>180</sup> Acá es una frontera totalmente distinta a Rivera, acá es una frontera totalmente en español, nosotros dominamos la frontera.

*diferença da rivalidade entre a mulher brasileira e uruguaia. ‘Ah, porque as brasileiras não...’, ‘ah, porque eu sou melhor’, elas têm isso. E te dizem, sabe? Te dizem. Que são melhor, que são isso e aquilo”.*

Há, também, muitas piadas e comentários jocosos um pouco pejorativos em relação aos uruguaiois. “Às vezes tu brinca: ‘tá cheio de gente a avenida’, ‘não, tá cheio de uruguaio’. É essas pequenas coisas, mas é brincadeira. Mas não é uma coisa que tu deve brigar”. Este tipo de comentário foi bastante recorrente em outras versões: “Lembras uma vez que te perguntei: ‘Tem muita gente no centro?’ e respondeste ‘Não, só tem castilhano?’”<sup>181</sup>, reclamava uma senhora uruguaia quando o marido brasileiro de sua amiga disse que não via diferenças entre uruguaiois e brasileiros.

Outro tipo de comentário comum é justificar os erros de um uruguaio por ele ser desta nacionalidade (no sentido que seria menos inteligente ou capaz de realizar aquela tarefa). Um entrevistado aponta que no ambiente de trabalho uma vez presenciou a seguinte cena: “Eu já vi uma vez um uruguaio incomodado porque o patrão tinha dito para ele ‘Ah, os uruguaiois...’, fez uma piadinha, como dizendo, ta desculpado [o erro está desculpado por ele ser uruguaio]. Bobagem, né? Mas a pessoa ficou incomodada”. Outra entrevistada uruguaia, descreve, indignada, que “Sempre está a brincadeira. Sempre dizem: ‘é burra’, ‘é... é uruguaia, o que você vai esperar [dela]’, estas coisas assim. Como se fosse a mesma coisa [o mesmo tipo de piada] que loira”<sup>182</sup>. Ainda que sejam feitas como apenas brincadeiras, é comum que as pessoas se ofendam, não somente aqueles para quem são dirigidas, mas qualquer pessoa que ouça o comentário. “Eu me ofendo da mesma forma se o dizem a outra pessoa, como se fosse comigo, porque sou uruguaia”<sup>183</sup>. Mais uma vez, se observa a nacionalidade como vínculo primordial. Há, de uma maneira geral, bastante patriotismo por parte dos uruguaiois, através de um grande orgulho da nacionalidade uruguaia.

## Os Brasileiros

---

<sup>181</sup> ¿Te acuerdas una vez que te pregunté ‘¿Hay mucha gente en el centro?’ Y me contestaste ‘No, sólo castillanos’?

<sup>182</sup> Siempre está la joda. Siempre te dicen: “es burra” “es... ¿es uruguaya, que vas a esperar?”, estas cosas así. La misma cosa que loira.

<sup>183</sup> Yo me ofendo igual si lo dicen a otro, como si fuera conmigo, porque soy uruguaya.

É interessante notar que a maior parte das visões em relação aos brasileiros é complementar às visões sobre os uruguaios, geralmente em contraste. Por exemplo, enquanto os uruguaios são mais conservadores e/ou relaxados na maneira de se vestir, os brasileiros – principalmente brasileiras – são mais arrumados. Há quem diga que somente olhando uma mulher caminhar pelo centro é possível identificara sua nacionalidade. “São mais chiques as brasileiras, se arrumam mais”<sup>184</sup>, “As brasileiras são mais escandalosas na maneira de se vestir. As mulheres uruguaias quase sempre andam de salto baixo, e as brasileiras sempre andam de [salto] plataforma. As uruguaias não, todavia andam mais de chinelas, alpargatas...”<sup>185</sup>. A maior parte dos entrevistados do sexo masculino dizem que “no geral brasileira é mais bem apresentada, é mais bonita, se arruma, se produz”. Inclusive, um deles pontua que “Eu gosto mais das brasileiras, por tudo isso... São mais bonitas, mais simpáticas... e a brasileira mais fácil que a uruguaia, não fica se fazendo [de difícil]”. Observa-se outra vez a contraposição, sendo a uruguaia mais séria e fiel, e a brasileira mais fácil. Disse-me uma vez um uruguaio que “as brasileiras não querem nada com nada, só querem saber de festejar [fazer festa, fazer bagunça]”, e por isso não deveriam ser levadas a sério numa relação amorosa. Porém, uma uruguaia rebate que “as brasileiras são mais fáceis, creio que sim. Me parece que são. Mas de ser fiel ou não, acredito que vai de cada pessoa”<sup>186</sup>. Ou seja, as brasileiras seriam apenas mais acessíveis. Um entrevistado aponta que “os caras brasileiros, e as mulheres também, são mais extrovertidos, são mais festeiros, um pouco mais trabalhadores (um pouco, não é muito), os brasileiros são mais dados, e os uruguaios são mais fechados”. Mais uma vez ficam claras as oposições de que o uruguaio é mais conservador, mais fechado/ o brasileiro é mais liberal<sup>187</sup>, mais extrovertido. Além disso, “talvez o brasileiro seja mais carinhoso”, diz uma entrevistada, corroborando com a opinião demonstrada na seção anterior, de que o uruguaio seria mais fiel, mas menos carinhoso. A grande diferença, nessa esfera dos relacionamentos amorosos, foi em relação

---

<sup>184</sup> son más chiques las brasileras, se arruman más.

<sup>185</sup> las brasileras son más escandalosas en la manera de vestirse. Las mujeres uruguayas casi siempre andan de salto bajo, y las brasileras siempre andan de plataforma. Las uruguayas no, sin embargo andan más de chinelas, alpargatas...

<sup>186</sup> las brasileras son más fáciles, creo que sí. Me parece que son. Pero de ser fiel o no, creo que va de la persona.

<sup>187</sup> Note-se que esta palavra não foi utilizada pelos entrevistados.

ao sexo. “*Em cima de uma cama também não é a mesma coisa... Muda mesmo, [a uruguaia] não tem a mesma ginga que a brasileira*”.

Em relação ao compromisso com os estudos, a percepção também se dá por oposição: “*Acho que o brasileiro, no tema dos estudos, aqui no Chuí, vejo que são mais dedicados. A gurizada brasileira... Vejo-os com mais vontade de querer terminar sua escola, seu ensino médio, e depois prestar um vestibular. Vejo-os com mais esperança de fazer isso, e fazendo-o*”<sup>188</sup>.

No ambiente de trabalho, a única observação que surgiu é a de que os patrões brasileiros seriam melhores que os uruguaios, dado que “*No Brasil respeita-se mais os direitos dos trabalhadores que no Uruguai. [os patrões brasileiros] São mais retos, no Uruguai não... Na minha experiência, no Brasil há um outro tipo de cuidado para os empregados*”<sup>189</sup>. Geralmente, as visões sobre o Brasil são mais positivas, “*porque no Brasil tem mais futuro. Porque o Brasil tá desenvolvendo, é grande, o comércio é muito forte, então acho que tem mais vantagem no Brasil*”, “*é melhor para viver, eu acho que o sistema no Brasil é melhor que o sistema uruguaio*”.

Também se observa um orgulho por parte dos brasileiros de seu país, “eu acredito que o brasileiro é muito apegado ao seu país”, ou conforme exposto anteriormente, “Por isso tenho orgulho de ser brasileiro, por tudo, pelo comércio que é mais forte, no futebol e no vôlei é o melhor do mundo, basquete, judô, até a ginástica”. Porém, uma entrevistada indica que, em comparação a Santana do Livramento (outro município fronteiriço), o chuiense não se identificaria com a sua cidade: “Livramento é uma cidade grande, é uma cidade tem gente que é de lá, que nasceu lá. Brasileiros que prezam pela cidade. Chuí não tem isso, essa identidade tu não acha. Porque Santa Vitória é muito perto. Os brasileiros de Santa Vitória, eu relaciono com os santanenses de Livramento. Porque o que é que tem no Chuí? Muitos árabes e muito uruguaio casado com um brasileiro, que fez um outro tipo de família, fez uma mescla. Então na realidade, o brasileiro não tem quase. Aí tu vê a diferença de Livramento. Porque o brasileiro tem amor pelo país dele, então ele faz o país, ele faz

---

<sup>188</sup> Acho que el brasilero, en lo tema de los estudios, acá en el Chuy, lo veo que son más dedicados. A los chiquilines brasileros, los veo más de querer terminar su escuela, su liceo, después acceder a un vestibular. Los veo con más esperanza de hacer eso, y haciéndolo.

<sup>189</sup> En Brasil se respeta más los derechos de los trabajadores que en Uruguay. Son más rectos, en Uruguay no.... En mi experiencia, en Brasil hay otro tipo de cuidados para los empleados.

cidade”. Ou seja, no Chuí haveria pouco patriotismo por causa da mistura de nacionalidades e por isso a cidade estaria tão “largada”. É um discurso semelhante ao da “degeneração” social, visto no item 4.2.3. Em ambos discursos, se observa que parte da “culpa” seria pela presença dos árabes.

### Os árabes<sup>190</sup>

Como vimos no item 4.1.7, a comunidade árabe é numericamente pequena, mas possui uma grande influência política e econômica. Embora a comunidade árabe esteja bem inserida no cotidiano fronteiriço (tendo inclusive elegido por dois mandatos um prefeito de origem árabe), é vista com certo estranhamento pela população brasileira e uruguaia. Vimos no item 4.2.3 o relato de uma entrevistada dizendo que houve conflitos na família quando sua irmã casou com um palestino, mas não quando ela própria casou-se com um uruguaio. Outro exemplo desta diferenciação é o de uma dona de loja de roupas, que ao ser perguntada sobre sua clientela, assinalou que *“entre brasileiro e uruguaio não [há diferenças], mas do árabe sim. Brasileiro e uruguaio é igual, não tem diferença. Os árabes vêm comprar eles querem que praticamente tem que dar a mercadoria, e eles querem preço mínimo. É mais ou menos como cigano, como se você tivesse um vendendo para um cigano, é a mesma coisa. Tem alguns que é exceção, mas é muito difícil”*.

As percepções são geralmente pejorativas, tanto em relação aos seus costumes (vistos como “exóticos” pela população local) quanto ao compromisso e participação na comunidade chuiense. *“Para o árabe, Chuí tanto faz como tanto fez, ele enche os bolsos e manda o dinheiro para a terrinha deles. Então por isso eles nunca deram bola para o Chuí. Por isso que o Chuí é o que é hoje”*. *“O árabe, no que ele tem dinheiro, manda os filhos para a terra deles”*.

Porém, é bastante curioso notar que apesar de atualmente grande parte desta comunidade ser nascida no Brasil, ainda assim são vistos como “estrangeiros”. *“A maioria, cerca de 80%, chego a dizer até 90% são naturalizados, porque os árabes que estão aqui já estão praticamente na segunda geração”*.

---

<sup>190</sup> Para uma visão mais aprofundada sobre a comunidade palestina no Chuí, consultar Jardim (2000).

Muitos entrevistados concordam que *“No início foi uma boa afluência para o Chuy-Uruguai e Brasil, que eles tenham vindo, porque dão trabalho a muita gente, ainda que explorando, mas deram trabalho, que não havia”*<sup>191</sup>. O problema seria que *“é só pra eles, o comércio é só pra eles, não trás benefício nenhum pro Chuí”, “eles ganham dinheiro aqui para mandar os filhos para fora, não investem nada aqui”*, reforçando os argumentos expostos anteriormente.

As características associadas a eles dificilmente são positivas. *“São muito exploradores, gananciosos e vivem envolvidos em rolos, cartão de crédito, essas coisas”,* aponta um entrevistado. Outro acrescenta *“E muito ambiciosos, muito querendo se adonar de tudo. Eles se acham donos de tudo e de todos. Se acham os reis do mundo”*. Reclamações sobre este tipo de postura foram bastante comuns: *“O que eu não gosto deles é que vieram de lá praticamente mortos de fome para cá, colocaram uma loja, exploram os uruguaios – porque a maioria que trabalha ali são uruguaios – e todavia acreditam que são os donos do Chuí”*<sup>192</sup>. Ainda mais porque é de conhecimento geral que *“Muitas pessoas que hoje são senhores aqui, que vieram jovencinhos, muitos deles foram pessoas marginais. Gente que se vê atrás do balcão, e que matou gente, participou de guerras, e aí são ‘os’ senhores aqui no Chuí”*<sup>193</sup>.

Ainda que a grande maioria da comunidade árabe tenha ascendência palestina, para a população são “turcos” que não se misturam, são exploradores, são desconfiados, não participam da comunidade, se isolam, são asquerosos (arrogantes), *“Vêm trabalhar no país dos outros e não querem cumprir as regras”* (frase dita por um morador que estava na agência dos Correios no último dia do prazo para regularização do CPF, quando um senhor árabe – dono de um dos principais supermercados da cidade – tentou furar a fila). A comunidade árabe também era considerada como pouco higiênica, principalmente durante a

---

<sup>191</sup> En su principio fue muy buena afluencia para el Chuy Uruguay y Brasil, que vinieron ellos, porque dan trabajo a mucha gente, aun que explotando, pero dieron trabajo, que no había.

<sup>192</sup> Lo que no me gusta de ellos es que ellos vinieron de allá prácticamente muertos de hambre para acá, pusieran una tienda, explotan los uruguayos – porque la mayoría que trabajan allá son uruguayos – y todavía se creen los dueños del Chuy.

<sup>193</sup> Muchas personas que hoy son maduras acá, que vinieron jovencitos... muchos de ellos habían sido tipos marginários. Gente que se las ves detrás del mostrador, y que mataron gente, que participaron en guerra, y ahí son los señores acá en el Chuy.

“época de ouro” do Chuí, conforme relata uma empresária brasileira: *“Eu nunca me esqueço a primeira vez que eu vim, e entrei numa loja de árabe para comprar umas cuecas para meu filho. Todas em caixinhas. Aí eu falei para a moça que não precisava das caixas, para deixar o pacote menor. E ela fazia assim: desenrolava da caixa e atirava por cima de mim, na rua, a caixa vazia. E ali ficava. Eu comentei com uma amiga de Livramento árabe, ela disse que é isso mesmo, que era assim a Palestina”*.

Por outro lado, um descendente de árabes defende a comunidade dizendo que *“fica aquela mágoa dentro do natural [da região] ‘Tchê, mas esse cara vem aqui, ele roubou todo mundo, explorou todo mundo e tá rico!’*. Não será porque ele teve mais persistência, não será porque ele trabalhou mais horas do que você, não será por que ele teve mais visão que você?”. Quanto aos estereótipos mais comuns, o mesmo entrevistado diz que *“Não é que ele se isole, é que é um cara desconfiado, preocupado, ele sempre será o segundo plano de um governo, de uma atitude policial, de uma atitude de fiscalização, ‘esses caras vão me perseguir sempre porque eu sou estrangeiro’*. Mas com tudo isso, ele tem certeza de que ele tem que ser vencedor, e sentimento rumo a vida deles. Eles são muito trabalhadores, e se tiver que trabalhar 20 horas, eles trabalham 20 horas. Então dizem que o estrangeiro desconfiado, que ele é reservado, que ele se isola, que ele não participa da comunidade onde ele vive -principalmente esse tipo de comunidade-, é exatamente por esse sentimento, ele ter que vencer. Quando eles começam a ter um certo poder econômico, eles pensam em solucionar a situação legal deles. Mas todo aquele tempo que eles fizeram dinheiro, eles passaram no ostracismo, eles não podiam ser notados. Depois disso, é que ele começa a se integrar na sociedade”.

#### Palestinos X árabes de outras ascendências

É importante salientar que esta “comunidade árabe” não é completamente homogênea. Segundo um entrevistado, *“98% dos árabes do Chuí são de procedência palestina”*, isto é, 2% da população árabe do Chuí tem origem em países diversos, como o Líbano e a Síria, por exemplo. Esta parcela, por um lado, é identificada sob a designação geral de “árabe”, ou “turco” pela população em geral; e por outro lado, é identificada e se identifica como diferente, dentro da comunidade árabe. *“Eu sou de uma outra nacionalidade*



*árabe, diferente da nacionalidade árabe que existe no Chuí. Eu sou descendente de libaneses, nós estamos falando de um país árabe onde o ocidente era latente permanentemente. Esse país um dia foi a Suíça do Oriente Médio. Quer dizer, as minhas culturas e os meus costumes divergem nos costumes e modo de viver dos palestinos do Chuí. Dentro dessa comunidade, a maioria infelizmente é de nível cultural muito baixo”. Este entrevistado aponta também que “a gente convive muito bem, mas ele simplesmente não é desagregador, a diferença é por aí. Ele não desagrega, nós falamos as mesmas línguas, temos os mesmos costumes. É como dizem, nós nos conhecemos. Mas óbvio, se dentro da comunidade palestina tiverem que escolher entre eu e um representante deles, é óbvio que vão escolher um representante deles. Eu já sofri isso diretamente numa eleição. Se não houvesse isso, eles não veriam essa diferença. E há. Particularmente ficou evidenciado para mim quando fui candidato contra alguns representantes da comunidade palestina. E se há uma preferência daquele, um motivo tem que ter. Porque informação e condições culturais, a pessoa não tinha. O que pesou mais? É ele ser filho de palestino”.*

Observa-se assim a multiplicação de etnicidades, que será analisada no próximo capítulo. Evidentemente, não se pretendeu aqui esgotar as possibilidades de identidades/identificações existentes na localidade, apenas selecionar aquelas que possuem relevância para este trabalho.

## 5 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FRONTEIRAS

Nos últimos capítulos descrevemos a formação histórica e o cotidiano fronteiriço, onde foi possível observar a emergência de dois temas-chave para entender a organização social das fronteiras: a influência do poder estatal no dia-a-dia de quem vive em zonas fronteiriças e seu papel na estruturação da realidade social<sup>194</sup>; e a multiplicidade de identidades sociais, algumas vezes aparentemente contraditórias.

### 5.1 A presença do(s) Estado (s) no cotidiano fronteiriço

No capítulo 1 vimos que as zonas de fronteira são lugares onde o poder estatal é especialmente marcado e sentido pelas populações locais. Contudo, é necessário lembrar que a presença do Estado na vida cotidiana não se limita às fronteiras, tampouco aos regimes e formações sociais particulares. “O estado existe. Suas instituições e seus representantes fazem e reforçam as leis que regem a maior parte das atividades cotidianas de seus cidadãos e residentes, em relação direta de causa e efeito” (WILSON e DONNAN, 1998, p.8, tradução nossa)<sup>195</sup>, e suas ações obviamente trazem conseqüências para essa população, inclusive no nível dos processos culturais materiais e simbólicos.

Trouillot (2001, p. 126, tradução nossa) sugere que o Estado processa e opera em múltiplas instâncias, reconhecíveis através dos seus efeitos.

---

<sup>194</sup> Ainda que, conforme demonstrado em diversas situações, a presença estatal seja mais um esforço de controle do que um controle de fato, conforme observado tanto na dificuldade de contenção ao contrabando até nos casos de vácuo legal, exposto no item sobre as aduanas, por exemplo.

<sup>195</sup> The state exists. Its institutions and representatives make and enforce the laws which regiment most daily activities of its citizens and residents, in direct relation of cause and effect.

Esses efeitos incluem (i) *um efeito de isolamento*, ou seja, a produção de sujeitos individualizados e atomizados, moldados e modelados pelo governo como parte de um ‘público’ indiferenciado porém específico; (2) *um efeito de identificação*, ou seja, um realinhamento de subjetividades atomizadas com de linhas coletivas dentro das quais os indivíduos se reconhecem como iguais; (3) *um efeito de legibilidade*, ou seja, a produção de tanto uma linguagem como um conhecimento para a governança e de ferramentas teóricas e empíricas para classificar e regular as coletividades; e (4) *um efeito de espacialização*, ou seja, a produção de limites e jurisdições.<sup>196</sup>

Nas áreas fronteiriças tais efeitos são maximizados, na medida em que são vividos e (re) atualizados cotidianamente. Isto se deve ao fato de que essas zonas geralmente são valiosas para os Estados nacionais, seja por causa de seus recursos naturais ou humanos, ou por ter importância estratégica ou simbólica; e tornam-se a evidência territorial do Estado-nação, o limite de alcance de uma determinada unidade política.

Este processo de territorialização (ou de espacialização, nos dizeres de Trouillot), por sua vez, implica a idéia de soberania do Estado, constituída por uma série de fatores como monopólio legítimo do uso da força física, capacidade de estruturar as formas de comunicação e as normas de trocas sociais reprodutivas (como a moeda ou os impostos), e o controle efetivo do território. A normatização dos movimentos locais (o quê, quem e porquê cruzam a fronteira) é um exemplo claro deste controle.

Uma “violação” das fronteiras estatais é também uma violação do poder estatal, e de acordo com Machado (1998, p.2), por isso “[...]a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação”. A questão da soberania se atrela também ao uso da autoridade e poder estatal para organizar e diferenciar a população, e até mesmo direcionar o seu comportamento (como parte do efeito de legibilidade a que se referia Trouillot).

---

<sup>196</sup> These effects include (1) *an isolation effect*, that is, the production of atomized individualized subjects molded and modeled for governance as a part of an undifferentiated but specific ‘public’; (2) *an identification effect*, that is, a realignment of the atomized subjectivities along collective lines within which individuals recognized themselves as the same; (3) *a legibility effect*, that is, the production of both a language and a

Ao delimitar as fronteiras políticas (limites de soberania), os Estados nacionais também demarcam o espaço entre aqueles que são membros da comunidade política e os que não são, definindo quem está “dentro” e quem está “fora”. Ou seja, definem o acesso à cidadania, e tudo o que ela implica: deveres cívicos (como o pagamento de taxas e impostos, por exemplo), acesso aos serviços públicos, a empregos nos serviços civis e militares, a programas governamentais, direitos ao voto e a um passaporte, acesso aos recursos de uma comunidade. Corroborando tal visão, Ribeiro (2000, p.172) aponta que: “Lealdades políticas freqüentemente são delimitadas por territórios e tecnologias de identificação de ‘cidadãos’ e ‘usuários autorizados’ [...] (carteiras de identidade, números de CPF, passaportes, carteiras de motoristas, cartões de crédito, senhas, etc.)”.

No capítulo anterior, pudemos observar como a presença dos Estados se impõe de maneira clara e em muitas instâncias do cotidiano, desde as mais óbvias até as mais sutis, desde as mais diretas e propositais (como a instituição do horário de verão de um país não coincidir com o do outro, começando ou terminando em dias diferentes) até as naturalmente conseqüentes, como é o caso do traçado urbano se fundamentar ao longo da linha de fronteira.

A influência dos Estados também se contextualiza historicamente, e se transforma com o passar do tempo. Isso significa que a configuração da realidade chuiense (e das visões das pessoas a respeito dela) tem raízes no passado da região. Contudo, como este não é um trabalho sobre a formação histórica da localidade (inclusive, esta é uma perspectiva que se abre para um aprofundamento da pesquisa), e não temos dados suficientes para fazer afirmações categóricas. Sugerimos portanto que do ponto de vista histórico se destacam alguns eventos importantes, tanto por seu simbolismo ou para as práticas locais, que acabam por constituir uma mitificação da história local. Isso porque, conforme explica Hall em relação às culturas nacionais, (2003, p.56): “As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’, quando a nação era ‘grande’; são tentadas a restaurar identidades passadas”. Certamente podemos pensar de maneira análoga em relação às culturas regionais.

Um destes eventos foi o estabelecimento dos Campos Neutrais, no século XVIII, estabelecendo uma zona que não obedecia à soberania nem do Império Português, e tampouco do Espanhol. Nesse sentido, se aproxima bastante do significado original do termo “fronteira” como margens do mundo conhecido, ainda mais tendo em vista que nessa época a região do Chuí (e da Campanha gaúcha em geral) se caracterizava pelo vazio demográfico. Os Campos Neutrais se constituem num marco simbólico pelo qual os moradores justificam a conformação social nos termos da dicotomia brasileiros/uruguayos. Em outras palavras, o estabelecimento dos Campos Neutrais (e a sua não-submissão à jurisdição de qualquer império) teria permitido e sido o responsável pelo contato e a interpenetração – a mistura – entre esses dois povos; sendo também identificado com a figura do gaúcho, cujo apreço à liberdade era correspondido pela falta de autoridades jurisdicionais. Entretanto, também é possível relacionar este tipo de visão da região como algo marginal aos Estados em comentários como “*O Chuí é terra de ninguém*”, apresentados no capítulo anterior.

Outro fator de grande importância foi a instauração das ditaduras militares, principalmente a ditadura brasileira. Sua doutrina de segurança nacional deu grande atenção às fronteiras, deslocando contingentes civis e militares para essas regiões, reinstalando pelotões do exército e coibindo liberdades individuais, com a finalidade de proteger a fronteira. Obviamente o cotidiano fronteiriço deve ter sofrido grande influência com a vinda desses servidores civis e, principalmente, militares. A doutrina de integração nacional, por sua vez, foi relevante para a fronteira no sentido de ter fortalecido um processo de nacionalização na educação (inculcando ideais, por exemplo, através das aulas de educação moral e cívica ou de história, e até mesmo no reforçar o ensino do português como elemento integrador de uma unidade nacional), e também de ter construído estradas como a BR 471, e dessa maneira, unindo a região do Chuí ao resto do país. A rodovia parece ter influenciado muito no cotidiano, conforme o relato exposto no capítulo anterior: “*Então era o mais natural que, por exemplo, que toda gente que viva no município de Santa Vitória, tudo se voltava para o lado do Uruguai[...]. A partir disso [da construção da rodovia] é que começou a se integrar esta parte sul ao resto do Brasil*”. Podemos presumir que foi a partir deste momento histórico que o processo de multiplicação das etnicidades ganha impulso, não só pelo (novo) afluxo de brasileiros de e para a região, mas também pela chegada de imigrantes – principalmente palestinos -, pelo início das transmissões televisivas, e por melhorias de infra-estrutura urbana.

Também em função das políticas econômicas adotadas neste período, que repercutiram no período inflacionário do início dos anos 1980 e se traduziram na “época de ouro” do Chuí.

Atualmente a presença dos Estados é sentida em diversas instâncias. Uma das mais importantes é a definição das políticas macro-econômicas de ambos países, pois influenciam não somente a taxa cambial, mas também vinculam indiretamente a escolha do local de moradia, os movimentos demográficos de e para a região, o fluxo turístico (que por sua vez pode definir o uso preferencial de um ou outro idioma para atender à demanda deste público), e principalmente o comércio: o que se vende (ou o que cada país importa ou exporta, por meios legais ou não, inclusive no “contrabando”<sup>197</sup> diário de produtos brasileiros para o Chuy e de produtos uruguaios para o Chuí), para quem se vende (turistas brasileiros, turistas uruguaios, bagayeros ou talvez sacoleiros brasileiros, numa conjuntura diferente da atual), e como se vende. O principal mecanismo de controle nestes casos é o controle alfandegário

Os Estados também interferem de forma muito perceptível em relação aos sistemas legais distintos e à rigidez no cumprimento das leis, como foi explorado no item sobre as aduanas. Mas estas mesmas leis regem outras esferas, como por exemplo a burocracia e a carga tributária para abrir um estabelecimento comercial, sendo inclusive um atrativo turístico para a região: a possibilidade de fazer compras livres de impostos nos Free-Shops ou de tentar a sorte no Cassino são exemplos disso. Até mesmo nos termos da pesquisa de campo a questão dos estatutos legais ficou clara, a partir do momento em que existiu uma dificuldade de acessar informações de registro civil, de controle alfandegário e de administração pública uruguaios.

Se considerarmos os meios de comunicação como mecanismos indiretos de intervenção estatal, na medida que é um agente de socialização popular numa cultura nacional, percebemos a presença estatal também em relação à difusão dos idiomas nacionais (no caso do Chuí/Chuy, basicamente através das rádios uruguaias e dos canais de televisão brasileiros, e em menor escala, da internet) e até mesmo de comportamentos e estereótipos sobre os outros.

As diferenças de organização governamental, infra-estrutura urbana, e mesmo de acesso a serviços públicos e facilidades são bastante claras. Isso porque os Estados delimitam

---

<sup>197</sup> Pusemos a palavra “contrabando” entre aspas porque esta não é uma categoria nativa: os moradores não consideram esta prática como contrabando, pelo contrário, a legitimam, ainda que do ponto de vista dos Estados nacionais possa ser considerado como tal.

não só os limites de soberania (não somente até onde os Estados legislam – e de que forma –, mas também até que extensão seus órgãos têm o dever de oferecer os serviços à população), mas de cidadania. Ou seja, quem tem direitos e deveres em cada Estado nacional, sejam eles civis, legais, políticos ou socioeconômicos, traçando um senso de igualdade entre os seus membros. A delimitação dos limites de cidadania foi expresso visivelmente no drama de reciprocidade em relação ao atendimento médico relatado no item 4.1.2.

Por outro lado, conforme observado anteriormente, pode haver uma diferença brutal entre a nacionalidade e a adscrição nacional, isto é, entre a naturalidade que consta em um documento e a (auto) identificação nacional, seja pela diferença de critérios de atribuição de nacionalidade pelos Estados - a diferença entre *ser nascido de* (ou *jus sanguini*) e *ter nascido em* (ou *jus solis*); seja pela naturalização – por exemplo, os árabes naturalizados possuem todos os direitos de cidadania brasileiros, e contudo não necessariamente se identificam como tal. Ou seja, é possível ao morador escolher a sua nacionalidade em termos de estatuto legal, ou ainda aproveitar os benefícios de ambas nacionalidades, através da dupla-nacionalidade, até mesmo burlando a lei (por exemplo, registrar uma criança nascida em solo uruguaio no cartório brasileiro sob a alegação que teria sido realizado um parto caseiro)<sup>198</sup>.

Embora seja um indicador de pertencimento a uma comunidade política nacional, a cidadania passa a ter um valor muito mais instrumental do que simbólico, sendo um operador prático da nacionalidade (em contraposição aos operadores simbólicos que serão analisados no próximo item). Um exemplo disso está no relato de uma moradora que diz “*Minha mãe me registrou no Uruguai. Me batizei e me casei no Uruguai. Só que minha mãe **tirou todos os papéis para mim e me fez brasileira***”.

Além desse poder de assinalar quem faz parte ou não da comunidade política nacional, “o estado busca o monopólio sobre um poder de assinalar identidades para aqueles que entram neste espaço” (KEARNEY, *in*: WILSON e DONNAN, 1998, p.124, tradução

---

<sup>198</sup> É interessante notar que em diversas situações a população local atribui sentidos diversos a questões que em princípio são definidas pelos Estados, como os feriados nacionais, o senso do que está “dentro” e “fora”, como mostra o relato de que “*Dentro do Brasil, quando é feriado todo mundo fecha as lojas, aqui [no Chuí] não*”; o senso de quem tem direito a cidadania, ou nas palavras de Ribeiro (2000), quem são os “usuários autorizados”; e até mesmo do que é lícito ou não, ao não considerarem como “contrabando” a prática de fazer compras do outro lado da fronteira.

nossa)<sup>199</sup>. Este é efeito de identificação ao qual se refere Trouillot (2001, p. 132, tradução nossa): “[...] a capacidade de desenvolver uma convicção de ‘estamos todos no mesmo barco’ e assim interpelar os sujeitos como membros homogêneos de várias comunidades imaginadas”<sup>200</sup>. Logo, o estabelecimento das fronteiras e a intervenção estatal têm conseqüências na expressão local das identidades sociais.

## 5.2 Identidades e nacionalidades na fronteira Chuí/Chuy

Por outro lado, é preciso levar em conta que a expressão das identidades sociais é um processo de mão dupla, no qual as pessoas não são apenas cidadãos legais: elas também participam da *idéia* de uma comunidade (simbólica), gerando sentimentos de identificação, pertencimento e lealdade.

Wilson e Donnan (1998, p.12-3, tradução nossa) apontam que a antropologia em fronteiras nacionais busca desvendar

[...]como as identidades sociais são modeladas pelo estado e podem emergir como resultado de, ou em a resposta a, tentativas do estado de definir ou redefinir seus limites externos. Por causa de sua natureza liminal e freqüentemente contestada, as fronteiras tendem a ser caracterizadas por identidades que são volúveis e múltiplas, cujas formas são moldadas por configurações específicas do estado que as abarcam e dentro das quais pessoas devem atribuir significado às suas experiências de vida fronteiriça.<sup>201</sup>

---

<sup>199</sup> The state seeks a monopoly on the power to assign identities for those who enter this space.

<sup>200</sup> [...] the capacity to develop a shared conviction that ‘we are all in the same boat’ and therefore to interpellate subjects as homogeneous members of various imagined communities.

<sup>201</sup> [...] how social identities are shaped by state and may emerge as a result of, or in response to, the state’s attempts to define or redefine its outer limits. Because of their liminal and frequently contested nature, borders tend to be characterized by identities which are shifting and multiple, in ways which are framed by the specific state configurations which encompass them and within which people must attribute meaning to their experience of border life.



Parafraseando Smith (1991, p.15) poderíamos dizer que as identidades sociais são construtos complexos com diversos componentes inter-relacionados: o étnico, o cultural, o territorial, o econômico e o político-legal. Elas significam vínculos de solidariedade entre membros de comunidades unidos por tradições, mitos e memórias compartilhadas que podem ou não encontrar expressão nos seus Estados, mas que são completamente diferentes dos laços puramente legais ou burocráticos do Estado, e que permitem a auto-adscrição a um grupo e a adscrição dos outros por esse mesmo grupo.

A identidade pode ser considerada como o “[...] processo de construção de significado com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 1999, p.22). Fica então evidente a inter-relação entre cultura e identidade, que é, conforme visto anteriormente, fruto do sistema social em que se insere.

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos do poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (CASTELLS, 1999, p.23)

Tal visão também é compartilhada por Roberto Cardoso de Oliveira (1976, pp.43-4),. Citando Berger & Luckmann, ele aponta que a identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade, e que, “uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais envolvidos na formação e manutenção da identidade são determinados pela estrutura social” (idem, p.44). Um dos principais elementos desse processo é o jogo dialético entre a *semelhança* e a *diferença*, seja numa perspectiva diacrônica (semelhanças e diferenças de um indivíduo consigo mesmo ao longo do tempo), ou sincrônica (entre o indivíduo e o outro, dentro de um grupo, ou entre grupos).

A identidade é formada pelos aspectos relacionados ao “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e regionais ou nacionais, representando vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares (HALL, 2003, p.8).

O processo de construção da identidade social tem sempre caráter ideológico altamente seletivo e excludente, no sentido que elege algumas características consideradas fundamentais e deixa de fora muitos outros fatores, e o que torna possível construir várias versões sobre a identidade é o fato de representarem interesses, valores e grupos sociais distintos. Portanto, a apreensão do sentido de continuidade e do sentido de comunidade são veículos imprescindíveis da identidade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p.102).

Neste trabalho é particularmente importante a concepção proposta por Barth – um dos primeiros antropólogos<sup>202</sup> a diferenciar analiticamente cultura e identidade, e a trabalhar com a noção de fronteiras culturais – de identidade contrastiva:

[...] quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do *nós* diante dos *outros*, jamais se afirmando isoladamente. Um indivíduo [...] afirma sua etnia contrastando-se com uma *etnia de referência*, tenha ela um caráter tribal [...] ou nacional. (ibidem, p.36)

O conceito de identidade étnica, como identidade grupal contrastiva, é construído no contexto das relações e conflitos intergrupais concretos. A análise se dá através da observação de todo o processo de enfrentamento, oposição, dominação, submissão, resistência que ocorre simultaneamente no plano simbólico e no plano das relações sociais e que resulta de um processo concreto de confronto e diferenciação.

Para Barth, os grupos étnicos (os quais podem ou não ter um caráter nacional) pode ser observados como tipos de organização social, cujas categorias de análise devem ser aquelas que os próprios atores consideram significantes, não apenas a soma das

---

<sup>202</sup> Vale assinalar que tal distinção foi antecipada por Cardoso de Oliveira (1960, p.111) ao discutir a questão da assimilação dos indígenas, conceituando-a como um “[...] *“processus” pelo qual um grupo étnico se*

diferenças culturais “objetivas”, que podem tanto permear toda a vida social, como ser relevantes apenas para determinados setores de atividade. Ou seja,

[...] alguns traços culturais são utilizados pelos atores como sinais e emblemas de diferenças, outros são ignorados, e, em alguns relacionamentos, diferenças radicais são minimizadas ou negadas. O conteúdo cultural das dicotomias étnicas parecem ser analiticamente de duas ordens: 1. sinais ou signos manifestos – traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida; e 2. orientações de valores fundamentais – os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas. Desde que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa que possui aquela identidade básica, isso implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade. (BARTH, *In*: POUTIGNAT e STREIFFERNART, 1999, p.194)

Nessa perspectiva, os grupos étnicos se definem muito mais pela fronteira étnica (os limites do grupo) do que pela matéria cultural que abrange, e ambas (fronteiras étnicas e culturais) podem competir, subverter ou fortalecer as fronteiras estatais, dependendo tanto da força relativa do estado e como dos laços culturais que unem e dividem as pessoas nas fronteiras internacionais.

A interação social implica a definição critérios para determinar o pertencimento e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão, cujas expressão e validação contínuas podem ser um importante material para pesquisa. Dessa maneira, “[...]as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de mobilidade, contato e informação.” (id., p.188) Tampouco dependem de uma ausência de interação, instabilidade social ou de grandes conflitos interétnicos. Relações sociais estáveis e persistentes podem ser mantidas através dessas fronteiras, muitas vezes baseadas nos estatutos étnicos dicotomizados, canalizando a vida social.

---

*incorpora noutro, perdendo sua (a) peculiaridade **cultural** e (b) sua **identificação étnica**.*” (itálicos do autor, grifo nosso).

Contudo, onde indivíduos de culturas diferentes interagem, poder-se-ia esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma congruência de códigos e valores – melhor dizendo, uma similaridade ou comunidade de cultura (cf. Barth, 1966, onde se encontra minha argumentação a respeito). Assim, a persistência dos grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais. O traço organizacional que, segundo minha tese, deve ser encontrado em quaisquer relações interétnicas consiste em um conjunto sistemático de regras dirigindo os contatos interétnicos.” (ibid, p.196)

Nas situações em que as relações são estáveis, pressupõe-se uma estruturação da interação social através de um corpo de regras que dirigem as situações de contato, permitindo a articulação em determinados setores de atividade e proibindo-a em outros. Isso porque, posto que a identidade cultural é associada a um conjunto específico de padrões valorativos, existem circunstâncias em que a identidade em questão pode ser realizada com sucesso e limites para além dos quais o sucesso é impraticável. (BARTH, *In*: POUTIGNAT e STREIFFERNART, 1999, p.209). Logo, há uma limitação das identidades e conjuntos de padrões alternativos que estão disponíveis para o indivíduo, os quais podem ser utilizados pelo ator social de acordo com os diferentes interlocutores com quem interage ou nos cenários e contextos em que se situa. Em relação a este aspecto do jogo identitário, Cardoso de Oliveira (2002) enfatiza a existência de mecanismos sociais de manipulação das identidades culturais, principalmente em situações de ambigüidade, ou seja, quando há esta gama (limitada) de alternativas para a escolha da identidade.

[...]essa manipulação não se faz apenas pelo costume gerado no processo de fricção interétnica, mas como ações providas de razoável taxa de racionalidade. Uma manipulação que ocorre em circunstâncias possuidoras de um certo grau de indeterminação, que, por sua vez, envolvem condições em que impera a liberdade de ação. O Eu é o agente de uma ação só viabilizada pelo exercício de uma indispensável liberdade individual. Eis-nos, assim, na esfera da moral. (op.cit., p.21)

As fronteiras nacionais constituem-se, conforme mencionado anteriormente, um locus de investigação onde a nacionalidade ganha operacionalidade e contornos excepcionalmente nítidos, com grande poder de sinalização de indivíduos ou grupos no sistema societário envolvente, uma vez que a identidade nacional está sujeita a ser invocada quase cotidianamente. Os atores vivem, compulsoriamente, em contato com outros indivíduos que se submetem a outras leis, costumes, padrões culturais, idiomas, etc., num processo contínuo de rejeição/ acomodação da presença diária do Outro. Assim, nas fronteiras, “[...] aquilo que surge como poderoso determinador social, político e cultural[...] passa a ser a nacionalidade dos agentes sociais. É quando nacionalidade e etnicidade se interseccionam, tal qual identidades que passam a ocupar um mesmo espaço” (id., p.16-7).

Cardoso de Oliveira (2006, p.107-8), citando um trabalho seu de 1997, argumenta que

É assim que em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa. No caso das etnias – se me é concedido o direito de especular -, não se trata mais de considerá-las em si mesmas, isto é, enquanto tais, mas de inseri-las num outro quadro de referência: o quadro (inter) nacional. A rigor, poder-se-ia dizer que tal quadro teria sua configuração marcada por um processo *transnacional*, apontando esse termo para o caráter dinâmico das relações sociais vividas em fronteira.

Além da instrumentalização da identidade nacional (enquanto identidade política, ou seja, nacionalidade) que vimos no início do capítulo por situações concretas como a busca de assistência de saúde, educação dos filhos ou uma eventual proteção junto a forças militares de fronteira - ou seja, casos de manipulação de identidade junto a representantes dos Estados nacionais em questão- (Cardoso de Oliveira, 2006, p.109); a identidade nacional também opera em contextos simbólicos – dados por operadores simbólicos que

expressam a natureza da identidade contrastiva como a terra, a história, o sangue, a língua, a propriedade e o caráter (id., 2006, p.104).

As fronteiras tornam-se um “único espaço virtual”, da perspectiva social e cultural, ao longo de um processo histórico em que muitas vezes, apenas as identidades políticas são os diacríticos entre os indivíduos de um ou outro lado da fronteira.

Wilson e Donnan (1998, p. 21, tradução nossa) apontam que

Mesmo onde as linhas de fronteira já estão estabelecidas e relativamente estáveis, as fronteiras em si, e as identidades daqueles que ali vivem, podem ser caracterizadas por negociação e mudança contínua, a linha de fronteira em si pode não mudar, mas as relações através dela assim como dentro dela – entre um povo fronteiriço e seu centro político – podem estar sujeitos à redefinição repetidamente.<sup>203</sup>

Contudo, como se organizam as identidades e nacionalidades, dentro de um conjunto relações relativamente estáveis (como parece ser o caso da fronteira Chuí/Chuy), especialmente considerando que este par de cidades forma uma conurbação urbana em uma fronteira seca, que, conforme demonstrado nos capítulos precedentes, é um contexto no qual ao mesmo tempo a interação social é facilitada, e cuja dinâmica sofre grande influência das conjunturas política e econômica?

No final do capítulo anterior apresentamos o complexo sistema social fronteiriço, de onde emergem os seguintes tipos de identidades enunciadas: nacionais, étnicas, regionais e locais. Dentre as identidades nacionais, são três grupos majoritários: brasileiros, uruguaios e palestinos. Existem também outras minorias nacionais, principalmente argentinos, japoneses e árabes de outras procedências. Em relação às identidades étnicas, poderíamos dizer que elas se organizam basicamente nos termos da dicotomia árabe-não

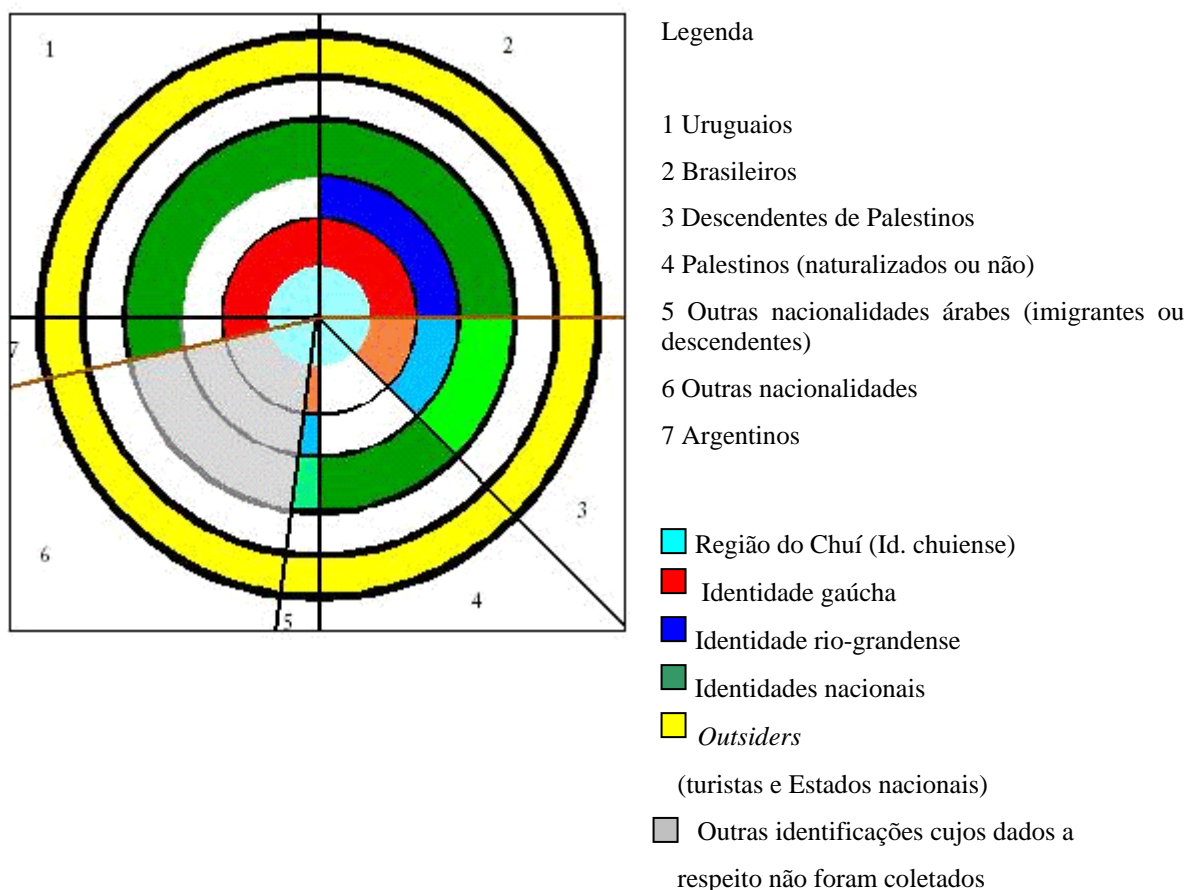
---

<sup>203</sup> Even where borderlines are already established and relatively stable, the borders themselves, and the identities of those who live there, may be characterised by continual change and negotiation; the boundary line

árabe. As identidades regionais são na realidade muito semelhantes e conseqüentemente difusas: o gaúcho, o gaúcho da campanha e o riograndense. Por último, as identidades locais, ou melhor dizendo, a identidade local de chuiense em oposição às pessoas de outros locais, na figura dos turistas ou dos agentes estatais que são deslocados para a região (chamados então de *outsiders*).

Inspirada tanto no gráfico de categorias sócio-espaciais dos Nuer, quanto no princípio de segmentação e oposição entre segmentos, propostos por Evans-Pritchard (2005, p. 127 e p.155, respectivamente), a figura abaixo ilustra a multiplicação de etnicidades na região do Chuí<sup>204</sup>.

ILUSTRAÇÃO 2 – Representação gráfica das etnicidades na região do Chuí



itself may not shift, but the relations across it as well as within it – between a border people and their political core – may be subject to repeated redefinition.

<sup>204</sup> É preciso ter em vista que é uma figura meramente ilustrativa, e não proporcional ao tamanho das populações

Nesta ilustração, percebe-se que cada linha se reporta a um limite identitário<sup>205</sup>, seja uma fronteira étnica (dada pela linha radial em marrom), regional (dada pelos círculos concêntricos e sua respectiva coloração), nacional (representada pelo eixo vertical, incluindo também a zona 5 do gráfico) ou local (área central da ilustração). Note-se que a questão da identidade nacional inclui uma coloração mais clara nas áreas 3 e 5, indicando que essas faixas da população não necessariamente se identificam com uma ou outra identidade. Na área 4, lembramos que a identificação pode ser tanto com relação à identidade palestina como em relação à identidade brasileira.

Essas linhas radiais podem desaparecer em função da situação observada. Isso significa que em certos momentos - dependendo da necessidade de articulação – podemos ter, por exemplo, uma identificação/união de brasileiros e uruguaios (e talvez, argentinos) em oposição aos árabes (áreas 3, 4 e 5), delimitando uma fronteira étnica; ou de brasileiros e árabes em oposição aos castilhanos (uruguaios e argentinos, áreas 1 e 7 do gráfico), ou até mesmo de argentinos e árabes (eles mesmos *outsiders* no sentido de Elias e Scotson) *versus* brasileiros e uruguaios (os estabelecidos).

Evidencia-se, dessa maneira, a estruturação da interação social e manipulação de identidades referida por Barth e Cardoso de Oliveira, ou seja, as circunstâncias em que a articulação pode ser realizada com sucesso e os limites da mesma. Porém, como assinala Ribeiro (2000, p.246), “o trânsito constante entre experiências internas e externas [...], com os correspondentes jogos de imagens e estereótipos, é uma das fontes da criação de uma forte ambivalência cultural e identitária”, o que justifica relatos como o da senhora que acha que é a “metade”, ou o relato no qual a pessoa inventou um nome (brasi-uru) para tentar nomear um dos processos em curso na localidade.

Observamos, de certa maneira, dois “eixos” principais: o Eixo vertical representando a diferença nacional, e o Eixo horizontal representando a diferença étnica, um representando a fronteira estabelecida pelos Estados e outro representando as fronteiras que os próprios grupos criam, para organizar socialmente a diferença. Há, dessa maneira, uma tensão entre uma fronteira étnica (concebida em termos de laços primordiais) e uma



fronteira nacional, como se cada uma competisse para impor a organização social. Ao mesmo tempo, percebe-se que também emerge um sentido local de fronteira, onde a fronteira deixa de ser uma coisa entre dois países e passa a ser um lugar próprio, o "nosso" lugar, o Chuí como uma totalidade, em oposição aos "lá de cima" ou "adentro" e, particularmente, em oposição aos Estados nacionais. Os grupos étnicos se diferenciam para organizar o acesso a certos recursos, como explica Barth, e neste caso o estariam fazendo de uma maneira complementar. Eles se diferenciariam para instrumentalizar a fronteira enquanto recurso, para oportunizar o máximo possível os tempos da fronteira, as variações cambiais, etc. Em função disso, na representação gráfica os Estados nacionais, assim como os turistas, estão numa esfera à parte, por serem percebidos dessa maneira pelos habitantes locais (o que não quer dizer, obviamente, que não exerçam uma influência direta no cotidiano, conforme argumentamos no início do capítulo).

Assim, a população local elabora um *modus vivendi* no qual se destaca a sobreposição, a justaposição e a contraposição de identidades no nível simbólico e no nível prático (a nacionalidade enquanto cidadania), e que muitas vezes incorpora jogos identitários, ambigüidades e contradições (dado que há comportamentos que enfatizam que 'aqui nós todos somos família' e outros nos quais distinções bastante elaboradas são desenhadas).

### **5.3 Considerações finais**

A fronteira se apresenta como uma zona com várias profundidades teóricas e simbólicas, das quais selecionamos apenas algumas. Evidentemente, este é um tema que não pretendemos (e tampouco seria possível) esgotar nesta pesquisa, dado que a própria complexidade da região estudada permite diversos desdobramentos em nível teórico, metodológico, etnográfico, etc. Algumas possibilidades seriam: o aprofundamento da pesquisa histórica para compreender melhor a conexão entre a interferência estatal e

---

<sup>205</sup> Talvez esta quantidade de fronteiras simbólicas justifique o exercício comparativo que se impõe

organização das fronteiras, especialmente a inter-relação entre diferenças cambiais e fluxos demográficos; a investigação sobre outras esferas, como os eventos cívicos e sua simbologia; o estudo sobre outras fronteiras que foram apenas sugeridas (mas não aprofundadas): raciais, sociais, religiosas, entre outras; uma pesquisa sobre a cosmologia da fronteira política e suas instituições estatais, isto é, uma etnografia baseada não nas percepções das populações locais, mas baseada nos agentes estatais; um alargamento da área de pesquisa para outras fronteiras (em particular a fronteira entre Santana do Livramento e Rivera, muitas vezes comparada pela população local com a fronteira do Chuí/Chuy), realizando uma comparação cruzada entre cada um dos lados dos dois pares de cidades, entre ambos os pares em sua totalidade, ou entre as cidades de cada país; um estudo sobre o papel do Chuí no imaginário brasileiro e o papel do Brasil no imaginário chuiense; uma investigação sobre a segmentação étnica do mercado de trabalho; entre outros. De qualquer maneira, a problemática que a delimitação de uma fronteira nacional produz é um tema que subjaz ou perpassa, de maneira complexa e sutil, diferentes aspectos da vida fronteiriça, e qualquer pesquisa em áreas de fronteira em algum momento se depara com ele. Ou seja, as fronteiras nacionais são um *lócus* que permite a percepção dos mecanismos ideológicos, de como o poder estatal é mantido numa base cotidiana e da negociação permanente de significados entre Estados e populações locais, bem como as formas de resistência destas à imposição (exógena) das fronteiras nacionais – através do conhecimento de procedimentos burocráticos e formas de evadi-los em pelo menos dois países, da persistência de aspectos culturais ou redes sociais “indesejadas” pelos Estados, ...

Neste trabalho buscamos compreender quais são, por quem e como se organizam socialmente as fronteiras, a partir do cotidiano fronteiriço das cidades de Chuí/ Chuy, buscando tanto aspectos teóricos, históricos e etnográficos para o entendimento desta realidade complexa.

O capítulo 2 se constituiu em uma base teórica para a compreensão da fronteira e suas inúmeras acepções, apresentando a polissemia conceitual que o termo assume. Foram abordadas as diversas visões teóricas sobre as fronteiras e suas relações com as nações, tanto da perspectiva da geopolítica como do ponto de vista da antropologia, buscando

---

naturalmente no cotidiano da região estudada.

mostrar algumas das diversas possibilidades teóricas de análise deste objeto e a relação entre pensar a fronteira e pensar a nação, fundamental para o entendimento da confluência dos limites simbólicos e político-jurídicos entre os estados nacionais.

Por sua vez, o terceiro capítulo apresentou uma exposição sobre a formação histórica da região, considerando que essa dimensão temporal (histórica) é um importante fator que levou as cidades e a sociedade local a se configurarem tal como são hoje. Evidencia-se portanto a indissolubilidade entre as relações sociais e os processos históricos que as compõem, influenciando na composição do cotidiano fronteiriço e mesmo na produção, ressignificação, diluição ou reforço dos sentidos e práticas locais.

O capítulo 4 é composto um apanhado de descrições sobre situações e visões sobre a fronteira, as cidades, os habitantes e as influências externas, demonstrando a produção, recriação e (re)atualização diária das fronteiras, procurou também fornecer subsídios para responder às questões norteadoras deste trabalho: “quais são, por quem e como se organizam socialmente as fronteiras?”.

A partir da análise destes três capítulos, pode-se dizer que a partir do estabelecimento de uma fronteira estatal, uma verdadeira confluência de fronteiras tomou lugar na região, concordando com Sahlins (*in*: WILSON e DONNAN, 1998, p.89, tradução nossa) que

[...] o conceito da ‘zona fronteiriça’ requer uma desagregação numa multiplicidade de zonas fronteiriças conforme o critério definidor seja político, social ou econômico (em alguns contextos outros critérios como a religião podem estar em jogo também). As várias fronteiras tendem à sobreposição e a serem hierarquicamente ordenadas nos termos de importância para os fronteiriços, de acordo com as situações com o espaço físico, bem como simbólico, da fronteira.<sup>206</sup>

---

<sup>206</sup> [...] the concept of ‘the borderland’ requires disaggregation into a multiplicity of borderlands according to whether the defining criterion is political, social, or economic (in some contexts other criteria such as religion may be in play as well). The several borderlands are likely to overlap and be hierarchically ordered in terms of their importance for the borderlanders themselves according to their situation within the frontier’s physical, as well as symbolic, space.

Fica bastante proeminente o contraste entre a invisibilidade física da fronteira-paisagem com a densidade da fronteira-significada, em diversas esferas (aliança, conflito, interação, animosidade, disputas, reciprocidade, jocosidade, etc) nas quais se organiza e se constrói as fronteiras no plano simbólico e no plano das relações sociais - a partir de dispositivos pelos quais se constroem as diferenças e as articulações entre grupos, e que se mostram ou não relevantes dependendo do contexto situacional em que se inserem. Ou seja, trata-se das maneiras como a fronteira é imaginada e incorporada à vida cotidiana, sendo um suporte que marca o olhar das populações locais e organiza a existência humana.

Evidentemente, ao se encontrar na região populações não-homogêneas social e culturalmente, tem-se que não somente os interesses são distintos, mas mesmo os sentidos atribuídos são diferentes, permitindo assim uma multiplicidade de fronteiras simbólicas.

Em um processo contínuo de sobreposição, justaposição, contraposição e acúmulo, diversas fronteiras confluem no cotidiano da região do Chuí. São fronteiras políticas, econômicas, jurídicas, históricas, étnicas, regionais, nacionais, sociais, e simbólicas. São fronteiras construídas e (re) atualizadas diariamente por diversos atores sociais – populações locais, agentes estatais, turistas, Estados nacionais - , de maneira a organizar socialmente a diferença cultural, reforçando as identidades culturais e organizando ainda o acesso a recursos.

Também poderíamos dizer que as diferentes visões sobre a nação são observáveis na região estudada, com relação direta aos tipos de fronteira. Assim se considerarmos a nação desde uma perspectiva geopolítica, teremos a preocupação quase exclusiva com as questões políticas e jurídicas da fronteira, enquanto uma visão maussiana apontaria para as diferenças nacionais das populações, em termos de operadores práticos da nacionalidade como a cidadania (dos “habitantes que acatam o Estado e as leis”) e também de operadores simbólicos, como *sua* civilização, *sua* língua, *sua* consciência nacional. A abordagem de Hobsbawn seria útil para explicar a tensão entre as identidades locais e nacionais, mutáveis e influenciadas pelas condições econômicas, administrativas, técnicas e políticas; especialmente a situação da identidade local chuiense e regional (gaúcha), dado que este autor assinala a transformação da cultura preexistente ou até mesmo a invenção ou o apagar de traços culturais.

Também a perspectiva de Anderson explicaria a tensão entre o local e o nacional, já que na fronteira há um duplo movimento de uma dimensão do sentimento de pertença a uma comunidade local e a dimensão imaginada do pertencimento a uma nação, sendo que muitas vezes o senso de habitar um mesmo espaço e tempo homogêneos em nível local supera o nível nacional, que se torna o “lá para cima”. Ou seja, há duas dimensões de comunidades imaginadas de pertencimento, em constante interação.

Por sua vez, a visão de Smith sobre as nações, além de igualmente fornecer subsídios para entender a questão local/nacional, oferece também elementos para entender a ambiguidade dos árabes na comunidade local, posto que estes não compartilhariam o território histórico, não teriam os mitos e memórias comuns, ou seja, não compartilham efetivamente da comunhão da coletividade, ainda que participem da economia e dos direitos e deveres legais.

Portanto, não são só diferentes fronteiras que estão em jogo, mas diferentes visões sobre a nação. Talvez por isso há uma certa crise na localização do poder estatal e na percepção e reação dos cidadãos ao seu posicionamento. Assim, mesmo uma zona de fronteira relativamente estática do ponto de vista geopolítico está em constante movimento de separação/ aproximação, impedimento/ viabilização da circulação de pessoas, bens, idéias, moedas, disjunção/ conjunção. Esta relação dialética de união e separação se faz presente tanto nas relações sociais, nas práticas e nos significados simbólicos.

Trata-se, antes de tudo, de uma permeabilidade fronteira, da adaptação das populações dessas zonas nas suas tentativas de construir ideologicamente as diferenças e dos esforços dos estados nacionais em controlar os campos culturais que transcendem as fronteiras. Assim, entender as regiões de fronteiras nacionais significa compreender realidades em processo, onde há uma sobreposição, contraposição e justaposição de fronteiras em diversos níveis, tanto por parte dos Estados nacionais, como – e principalmente – por parte dos seus moradores, os verdadeiros agentes da construção e da organização cotidiana das diferenças fronteira.

Percebe-se, dessa maneira, como uma fronteira imaginária é elaborada e (re)atualizada cotidianamente, através de diversos processos, impondo-se ou sendo sobreposta por outras fronteiras, tornando sua invisibilidade tangível numa eterna dialética de união e separação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the origin and spread of nationalism. London: New York: Verso, 1991.

AUBERTIN, Catherine e LÉNA, Philippe. Apresentação. *In*: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1998.

AZAMBUJA, Péricles. Tahim: A última divisa. Santa Vitória do Palmar: Editora Polygraph Serigrafia & Stillus Artes Gráficas, 2001.

\_\_\_\_\_. História das terras e mares do Chuí. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul: Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe e STREIFFERNART, Jocelyn. **Teorias da etnicidade**. São Paulo : UNESP - Universidade Estadual Paulista, 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da identidade**: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

\_\_\_\_\_. Introdução. *In*:\_\_\_\_\_, e BAINES, Stephen G. (orgs.) **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Coleção Américas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. O Eu, suas identidades e o mundo moral. *In*: **Anuário Antropológico 99**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2002

\_\_\_\_\_. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15/ Unesp, 2000a.

\_\_\_\_\_. Epílogo I: Fronteras, naciones e identidades: comentarios. *In*: GRIMSON, Alejandro. (org.) – **Fronteras, naciones e identidades**: La periferia como centro. Buenos Aires: Ediciones Ciccus; Ediciones La Crujia, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

\_\_\_\_\_. **O processo de assimilação dos Terêna**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DONGHI, Tulio Haperin. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos**: 1750-1850. Madrid: Alianza, 1985.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: J Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer:** Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GONÇALVES, Solismar Gomes. **Chuí:** A última saga. Porto Alegre, Imprensa Livre: 2002.

GRIMSON, Alejandro. **Los Flujos de la Fronterización:** Una etnografía histórica de la nacionalidad en Uruguayana (Brasil) - Paso de Los Libres (Argentina). Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Introducción ¿Fronteras políticas versus fronteras culturales? In: \_\_\_\_\_. (org.) – **Fronteras, naciones e identidades:** La periferia como centro. Buenos Aires: Ediciones Ciccus; Ediciones La Crujia, 2000.

GORSKI, Sonia Romero. **Identidades regionales emergentes em Uruguay o ciudades de frontera en la sub-región Plata-Mercosur.** 2001(não publicado)

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade.** 8.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HOBBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOUAISS Antonio e VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil:** Identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade. Chuí/RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

KEARNEY, Michael. Transnationalism in California and Mexico at the end of Empire *In:* WILSON, Thomas e DONNAN, Hastings. **Border Identities:** Nation and state at international borders. Cambridge (UK), Cambridge University press.

LASK, Tomke. Construcción de la identidad nacional: Sistemogénesis de la frontera franco-alemana. *In: GRIMSON, Alejandro (org.) – Fronteras, naciones e identidades: La periferia como centro.* Buenos Aires: Ediciones Ciccus; Ediciones La Crujia, 2000.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. *In: STROHAECKER, T.M. et. All. (orgs.) Fronteiras e espaço global.* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Porto Alegre, 1998

MAGNOLI, Demétrio. *O que é geopolítica.* Coleção Primeiros Passos. Vol. 8. São Paulo: Círculo do livro, S/D.

MARCANO, Elvia Elena Jiménez. **La construcción de espacios sociales transfronterizos entre Santa Elena de Uairen (Venezuela) y Villa Pacaraima (Brasil).** Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Programa Conjunto de Doutorado sobre América Latina e Caribe, Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações.** 4.ed. São Paulo: Contexto, 1998. série Repensando a Geografia.

MAUSS, Marcel. La nación (1920). *In: Sociedad y Ciencias Sociales.* Obras III. Barcelona: Barral Editores, 1972.

NARANCIO, Edmundo M. **La independencia de Uruguay.** Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

ODDONE, Juan Antonio. **La formación del Uruguay moderno:** la inmigración y el desarrollo económico-social. Biblioteca de América – Libros del Tiempo Nuevo. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires, 1966.

POZO, José del. **Historia de América Latina y del Caribe: 1825-2001.** Santiago: LOM Eds., 2002

PRZEWORSKI, Adam, e TEUNE, Henry J. **The logic of comparative social inquiry.** New York: John Wiley & Sons, 1970

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e Política no mundo contemporâneo.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.



RIBEIRO, João. **As nossas fronteiras**: breve synopse. Oficina Industrial Graphica, Rio de Janeiro:1930.

SAHLINS, Peter. State formation and national identity in the Catalan borderlands during the eighteenth and nineteenth centuries. *In*: WILSON, Thomas e DONNAN, Hastings. **Border Identities**: Nation and state at international borders. Cambridge (UK), Cambridge University press.

SCHÄFFER, Neiva Otero. **Urbanização na fronteira**: Expansão de Sant'Ana do Livramento/ RS. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, 1993.

SMITH, Anthony. **National identity**. Reno: Lãs Vegas: London, University of Nevada Press, 1993.

\_\_\_\_. **The ethnic origins of nations**. Oxford: Blackwell Publishers, s/d. [1986]

SOARES, Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Conselho federal de cultura. Rio de Janeiro, 1972.

SPRANDEL, Marcia Anita. Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras & limites no Brasil. *In*: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto, e BAINES, Stephen G. (orgs.) **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Coleção Américas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

TEMPRANO, Antonio Gonzáles. Fronteira. *In*: **Dicionário de Ciências Sociais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/ Ministério da Educação e Cultura, 1987

TOLOSANA, Carmelo Lisón. **Las mascararas de la identidad**: claves antropológicas. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

WILSON, Thomas M. e DONNAN, Hastings. Nation, State and Identity at international borders. *In*: \_\_\_\_\_. **Border Identities**: Nation and state at international borders. Cambridge (UK), Cambridge University press.

### **Periódicos:**

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *In: Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP): n.49, nov., 1997.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: a perenidade das identidades indígenas como objeto da investigação antropológica. *In: Revista de estudos e pesquisas*. Brasília: FUNAI: CGEP/CGDOC, v. 2, n.1, 2005.

SPRANDEL, Marcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. *In: Estudos avançados*. Dossiê Migração. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.20, n.57, mai-ago. 2006.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The Anthropology of the State in the age of globalization: Close encounters of the deceptive kind. *In: Current Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, v. 42, n.1, fev. 2001.

### **Meios eletrônicos:**

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Fronteira Brasil-Uruguai: Região do Chuí** (Mapa). Disponível em: < <http://www2.mre.gov.br/daa/umap4.html> >. Acessado em 03 out. 2006.

COMPLEJO Turístico Chuy. **Playa de Barra del Chuy**. Disponível em <<http://www.complejoturisticochuy.com/playa.htm>>. Acessado em 04 nov. 2006

DORFMAN, Adriana, e BENTANCOR ROSÉS, Gladys Teresa. Nacionalidade doble-chapa, identidade de fronteira. *In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL*, 6, 2005, Montevideu. **VI Reunión de Antropología del MERCOSUR: Identidad, fragmentación y diversidad**. Montevideo: Departamento de Antropología Social - Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, 2005. CD-ROM

ESTAÇÃO Primeira de Mangueira .**Os modernos bandeirantes**. Samba-enredo para o carnaval de 1971. Disponível em: <[www.mangueira.com.br](http://www.mangueira.com.br)> Acessado em 04 nov. 2005.

GONZÁLEZ, Félix Flügel. **Historial de Chuy**: Desde la época precolombina hasta nuestros tiempos. 2003. Disponível em: < [www.chuynet.com.uy/historial/index](http://www.chuynet.com.uy/historial/index) >. Acessado em 25 jul. 2005.

GOOGLE EARTH. Programa gerador de mapas. Disponível para download em: < <http://earth.google.com> >. Acessado em 02 nov. 2006

MOSS, Gerárd e Margi. **Projeto Brasil das Águas**. Disponível em <[http://360graus.terra.com.br/extremoss/brasildasaguas\\_galeria\\_mostra.asp?did=10550](http://360graus.terra.com.br/extremoss/brasildasaguas_galeria_mostra.asp?did=10550)>

RAMOS, Alcida Rita. **Nações dentro da nação**: Um desencontro de ideologias. Série antropologia, n.147. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. Disponível para download em:

< [www.unb.br](http://www.unb.br) >. Acessado em 16 abr. 2006

SOBRAL, José Manuel. **Memória e identidade nacional**: Considerações de carácter geral e o caso português. Working Papers. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. Disponível em <[www.ics.ul.pt](http://www.ics.ul.pt)>. Acessado em 10 out. 2006.

### **Outros:**

CHUÍ, Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo. **Sem Título**. Chuí. s/d. (material impresso sobre o município)